

ANITA GUAZZELLI BERNARDES
GILEAD MARCHEZI TAVARES
MARCIA MORAES



CARTAS PARA PENSAR

políticas de pesquisa em Psicologia



Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari · 514 · Campus de Goiabeiras
CEP 29 075 910 · Vitória – Espírito Santo, Brasil
Tel.: +55 (27) 4009-7852 · E-mail: edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor | Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora | Ethel Leonor Noia Maciel

Superintendente de Cultura e Comunicação | Ruth de Cássia dos Reis

Secretário de Cultura | Rogério Borges de Oliveira

Coordenador da Edufes | Washington Romão dos Santos

Conselho Editorial

Agda Felipe Silva Gonçalves, Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Gilvan Ventura da Silva, Glícia Vieira dos Santos, José Arminio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Maria Helena Costa Amorim, Rogério Borges de Oliveira, Ruth de Cássia dos Reis, Sandra Soares Della Fonte

Secretário do Conselho Editorial | Douglas Salomão

Revisão de Texto | Pedro Antonio Freire

Projeto Gráfico e Diagramação | Oficina de Letras

Capa | Pedro Godoy

Revisão Final | As organizadoras

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C322 Cartas para pensar [recurso eletrônico] : políticas de pesquisa em psicologia / Gilead Marchezi Tavares, Marcia Moraes, Anita Guazzelli Bernardes [organizadores]. - Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2014.
164 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-207-5

Também publicado em formato impresso.

Modo de acesso:

<http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0>

1. Psicologia. 2. Subjetividade. 3. Pesquisa. 4. Ciências sociais - Pesquisa. 5. Filosofia. 6. Sociologia. I. Tavares, Gilead Marchezi. II. Moraes, Marcia, 1966-. III. Bernardes, Anita Guazzelli.

CDU: 159.9

ANITA GUAZZELLI BERNARDES
GILEAD MARCHEZI TAVARES
MARCIA MORAES



CARTAS PARA PENSAR
políticas de pesquisa em Psicologia




EDUFES

VITÓRIA, 2014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Marcia Moraes

Anita Guazzelli Bernardes 07

SOBRE ESCREVER CARTAS

Marcelo Santana Ferreira 15

CARTA PARA FOUCAULT E AGAMBEN (... E A VOCÊ, LEITOR!)

Andrea Scisleski

Anita Guazzelli Bernardes 23

UMA CARTA ENDEREÇADA À “PROTEÇÃO INTEGRAL”

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho 33

AOS PSICÓLOGOS EM ATUAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Lutiane de Lara

Neuza Guareschi

Zuleika Gonzales 43

CARTA PARA USUÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lílian Rodrigues da Cruz

Luciana Rodrigues 55

CARTA À INFÂNCIA

Gilead Marchezi Tavares 61

CARTA AO GT TECNOLOGIAS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Irme Salete Bonamigo 69

UMA CÂMERA NA MÃO E UM DISPOSITIVO NA CABEÇA: CARTA AOS PESQUISADORES

Luciana Lobo Miranda 77

CARTA AOS PARCEIROS NOS COLETIVOS, COAUTORES DESTA CARTA

Rosa Pedro 89

CARTA ÀS COMPANHEIRAS DO CÍRCULO CARIOCA DE BAKHTIN: MARILIA, MARIA TERESA E SONIA – TROIKA CARIOCA DOS ANOS 1990 <i>Solange Jobim e Souza</i>	97
AOS PREZADOS COLEGAS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA CAPES <i>Ronald Arendt</i>	107
AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO <i>Arthur Arruda Leal Ferreira</i>	117
CAROS COLEGAS PESQUISADORES <i>Alexandra Tsallis</i>	123
DO “PESQUISARCOM” OU DE TECER E DESTECER FRONTEIRAS <i>Marcia Moraes</i>	131
CARTA A UM ADOLESCENTE INQUIETO: SUBSTANTIVOS, ADJETIVOS E SINÉDOQUES <i>Hebe Signorini Gonçalves</i>	139
CARTA ABERTA SOBRE DIÁLOGOS NAS E COM AS PRÁTICAS DE PESQUISA <i>Simone Maria Hüning</i>	149
SOBRE OS(AS) AUTORES(AS).....	159

APRESENTAÇÃO

Foi no ano de 2010, no XII Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), realizado em Fortaleza (CE), que alguns pesquisadores entenderam que era o momento de consolidar um coletivo de trabalho, já que havia entre eles uma afinidade de pesquisas não tanto no que toca aos campos de investigação ou aos seus métodos, mas antes uma afinidade quanto aos modos de pensar a Psicologia. Estas afinidades de pesquisa já se faziam presentes em diversas atividades de colaboração que reunia os pesquisadores que acabaram por propor à Anpepp o Grupo de Trabalho (GT) Tecnologias e Modos de Subjetivação. Esse percurso de colaboração e de trabalhos conjuntos produziu, como um de seus efeitos, o livro *Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia*. Isso porque a reunião dos textos que compõem a coletânea é fruto da existência de afinidades mais estreitas entre as pesquisas realizadas, bem como o momento de consolidar o modo de pensar que nos reúne e que nos engaja na prática de pesquisa em Psicologia, por isso o título *Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia*. O que reúne os pesquisadores do GT Tecnologias e modos de subjetivação não é um campo de investigação ou uma temática como já foi escrito, nem uma teoria que serviria de referência. Antes, o que nos reúne é certo modo de pensar a Psicologia e as suas práticas que está atrelado a uma ênfase nos processos, mais do que nos produtos feitos, nas formas consolidadas. Focalizar os processos, nessas formas de pesquisar em Psicologia, significa seguir o rastro de linhas de força que constituem territórios existenciais na contemporaneidade. Os territórios existenciais são forjados por conjuntos heterogêneos de tecnologias humanas e não humanas, por políticas sejam elas de cognição, de subjetivação, que produzem ontologias no presente.

Essas ontologias são processos que se constituem a partir do caráter performativo das práticas sociais. Interessa-nos esse caráter performativo das práticas sociais que compõem os campos de investigação, que ao invés de se conformarem como evidências a serem desveladas, são casos-pensamentos, conceitos-problemas que põem as máquinas óticas para funcionar. Nesse sentido, a característica comum aos pesquisadores é considerar a pesquisa como uma prática inventivo-interventiva e performativa. As inspirações teóricas dos pesquisadores convergem para o plano da

política, da articulação entre ciência, sociedade e tecnologia, para um plano de composição de forças heterogêneas que produzem aquilo que se toma por realidade. Os processos de investigação dos pesquisadores são engajados em lutas políticas que se voltam para as distintas formas que indexam subjetividade a regimes de verdade, que produzem modalidades de relação do sujeito consigo mesmo, que constituem certas ontologias no presente mediante a produção de redes sociotécnicas. Assim, afirmamos que há um laço inextrincável entre epistemologia e política: os modos de conhecer engendram realidades, produzem mundos.

É mediante essa inspiração que este livro tomou certos contornos. O primeiro deles é a própria noção de política de pesquisa, ou seja, uma aposta no exercício de pesquisar não descolado daquilo que produz: ao inventarmos nossas pesquisas, seguir/tracejar/criar rastros de interrogações e modalidades de conhecimento, constituímos certas experiências de mundo, de subjetividades, de relações. Nesse sentido, a política traz esse caráter de uma investigação engajada com aquilo que ela mesma produz, bem como com uma estética da existência: a construção de conhecimento é uma modalidade de investimento e invenção do mundo e de si. Mais do que seguir protocolos de comprovação da realidade, seguimos linhas de criação de realidades. E essas realidades assumem para nós tanto um caráter de ineditismo quanto de outridade, de um pesquisarCOM*, isto é, de um modo de pesquisar que se faz com o outro e não sobre o outro e que está articulado com as perguntas que formulamos em parceria com aqueles com quem pesquisamos: em que mundos queremos viver? O que e quem conta no mundo que engendramos com nossas práticas de pesquisa? Portanto, ao pesquisar, indexamos esse exercício às dimensões políticas, estéticas e éticas que compõem as formas de viver.

O segundo contorno, que para nós é fruto justamente dessas discussões e reflexões do GT acerca de políticas de pesquisa, é a possibilidade de afirmação de que a escrita é, para nós, um campo de luta. Isto é, ao afirmarmos o pesquisarCOM como um modo de conhecer situado e engajado, comprometemo-nos com uma escrita, também ela, situada, localizada. Ou seja, uma escrita que não oculta as suas marcas, mas que preza por afirmá-las. Assim,

* MORAES, M. *PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual*. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: NAU/Faperj, 2010.

a escrita não é para nós apenas uma forma de comunicar à comunidade acadêmica dos resultados de nossas investigações. Ela é antes, nosso laboratório†. Afirmar a escrita como laboratório significa nela incluir marcas, hesitações, silêncios, gagueiras. A escrita não é de modo nenhum um espaço liso, isento de conflitos. Ela é um terreno de lutas porque nela e por ela fazemos existir certos mundos e não outros. Em nossos escritos, alguns mundos ganham consistência, enquanto outros são apagados. Escrever é, pois, mais um dos planos onde se exerce o pesquisarCOM. Nesse sentido, os autores que se reúnem nesta coletânea investem numa outra estética de produção de conhecimento: a carta. A carta tornou-se para o grupo uma ferramenta narrativa que permite modalidades outras de posicionarmos a forma como interrogamos não só quanto às políticas de cognição científica, mas, sobretudo, quanto às formas que damos à produção do que pesquisamos. A carta assume uma intensidade de compor no papel aquilo que fazemos em nosso cotidiano: o exercício do diálogo, do endereçamento, da parceria, da conexão, das zonas de vizinhança que nos retiram de uma condição de apenas relatores solipsistas de conhecimento para uma relação imanente ao pensamento – o outro. A carta é uma tecnologia que nos insere no tempo, nos afetos, nos desejos. A carta é sempre parte de um percurso, aberta, portanto, história de um processo, de um momento. A carta apresenta um caráter de indiscernibilidade entre escrita e vida. A carta pode ter, contemporaneamente, um caráter secundário na literatura científica, porém, para nós torna-se um instrumento não secundário e sim, como diria Deleuze e Guattari, uma literatura menor. Menor como aquilo que desponta no maior, menor como aquilo que desterritorializa, “menor já não qualifica certas literaturas, mas as condições revolucionárias de qualquer literatura no seio daquela a que se chama de grande (ou estabelecida)”*, portanto, uma política de pesquisa.

Desse modo, o arranjo do livro-carta é tecido não por objetos ou temáticas comuns para os quais se direcionariam os textos. A organização se dá a partir de figuras conceituais com as quais os autores dialogam e que em certos momentos permitem linhas de convergência entre as cartas. As cartas possuem endereçamentos

† LATOUR, B. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-rede*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

* DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 41.

heterogêneos, mas, ao mesmo tempo, partilham em alguns momentos linhas intensivas e afetivas, ou seja, figuras conceituais, que criam zonas de vizinhança entre os autores.

O fio condutor que abre o livro tem como figura conceitual a própria experiência de escrita de cartas. Marcelo endereça sua carta a duas parceiras de trajetória de vida intitulado-a “Sobre escrever cartas”. Esse texto, ao dialogar com a própria escrita de cartas, nos apresenta a forma como essa prática assumia importância fundamental para autores como Benjamin, Kafka e os ensaios de Foucault sobre a escrita de si mediante a escrita de cartas. Essa carta inaugura nosso livro apontando a aposta teórico-metodológica que o exercício de escrever pode oferecer ao pesquisador/pensador, compondo outra modalidade ética e estética na qual memória, lembrança, biografias se entrecruzam com a escrita científica. A figura conceitual da carta também servirá de dispositivo para que o texto de Andrea e Anita a relacionem com a experiência de liberdade, mediante uma articulação com o dizer a verdade e o testemunho. As autoras escrevem a carta aos autores que as inspiram nesse exercício: Foucault e Agamben.

Tal trajeto inicial vai entrar em uma zona de aproximação com as figuras do direito e da liberdade. Pedro Paulo escreve sua carta para a Proteção Integral, em que as figuras conceituais do direito e da liberdade servem como recurso para interrogá-la sobre o modo como, em nome dela e em razão dela, se borram fronteiras entre direito e extermínio, liberdade e criminalidade, proteção e isolamento. A carta à Proteção Integral apresentará uma linha que se cruzará com o campo das políticas públicas. É a partir dessa relação entre direito, liberdade e políticas públicas que a carta de Lutiane, Neuza e Zuleika é endereçada ao sujeito de direitos. Escrever para o sujeito de direitos é um recurso que as autoras encontram para pensar a relação entre Psicologia e políticas públicas no neoliberalismo.

A interrogação ao sujeito de direitos nos leva à carta de Lílian e Luciana Rodrigues, em que esse personagem assume a figura de uma usuária da Assistência Social. É por meio de uma conversa com a usuária que as autoras se perguntam sobre o que produzimos como formas de viver no tensionamento entre direito, assistencialismo, condicionalidades frente às condições de vulnerabilidade e desfiliação social. A carta à usuária compõe com a carta à infância de Gilead, na medida em que nesta também se pergunta à criança o que fazemos com ela ou no que a

tornamos, retomando o fio da carta de Pedro Paulo, em nome de uma proteção integral. A infância atravessada pelas figuras do direito e da liberdade apresentará aquilo que para nossas pesquisas é fundamental: o acontecimento, a singularidade, a diferença que produz novas coordenadas existenciais, novos riscos.

Frente a esses textos, Irme escreve sua carta para o próprio grupo. Traça um caminho em que essas figuras com as quais se dialogou até agora no campo das políticas públicas passam a ser pensadas tanto no âmbito da formulação da política quando de sua implementação. Nessa carta ao grupo, a autora aponta que, quando discutimos políticas públicas, não é possível estabelecer uma distinção entre ponta (o chamado “alvo” da política pública) e centro (o polo onde se formula a política), na medida em que se trata de rede, de agenciamentos coletivos.

Como uma cartografia, essas figuras conceituais irão se avizinhar com as de autoria e autoridade na medida em que a aposta em uma política de pesquisa começa a tomar certos contornos. Esses contornos criam a necessidade de se interrogar sobre alguns protocolos científicos que forjam planos fechados. É diante dessas necessidades, desejos e afetos que algumas cartas foram escritas. A carta de Luciana Lobo segue o mesmo endereçamento da de Irme – ao nosso GT, tomando a figura de autoria em pesquisa para pensar nas tecnologias em pesquisa. Luciana escreve na carta sobre a possibilidade de pensarmos nossas ferramentas metodológicas mediante o conceito de dispositivo, ou seja, nos propõe considerar que a própria tecnologia que utilizamos seja um analisador de nossas pesquisas, retirando-a de uma dimensão de mera lupa para olhar a realidade. Rosa, na escrita de sua carta, coloca em análise a figura de autoria e de autoridade como um dispositivo político que articula originalidade e verificabilidade que ordenam as formas de ver e de receber os textos.

Solange, ao escrever sua carta para as suas companheiras do Círculo Carioca de Bakhtin, inspira-se na autoria e autoridade, mas para rumar em direção à figura do outro, do tempo do outro e da responsabilidade que temos com esse outro a partir do que produzimos em nossas pesquisas. Desse modo, aponta-nos, em sua escrita, para as tensões entre vida e cultura, e principalmente entre ética e singularidade. Nessa linha da singularidade, a carta de Ronald é escrita para a Comissão de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da Capes. Ronald inicia sua carta escrevendo sobre estilística da existência a partir dos modelos

romântico e barroco, para então apontar para o desconforto que os modelos de avaliação criam na medida em que focalizam produtividade e homogeneidade. O barroco assume um foco fundamental como figura de pensamento, como política cognitiva que choca, mas, ao mesmo tempo, produz uma Psicologia mais “interessante”, uma política de pesquisa não homogeneizante e sim da multiplicidade. Arthur também seguirá, em seu endereçamento ao Comitê de Ética em Pesquisa, porém direcionando para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, uma escrita que se ocupa de iluminar as armadilhas dos protocolos de pesquisa, que, ao invés de assegurarem a imanência entre pesquisa e engajamento do pesquisador, reforçam uma modalidade de produção em pesquisa que Ronald apontou na sua carta: a repetição do mesmo.

O pesquisarCom assume uma centralidade nas cartas a partir da figura do Outro com quem pesquisamos, de modo a se apostar nessa modalidade outra de política de pesquisa. São narrativas em que as autoras nos permitem pesquisar junto COM elas e COM aqueles COM quem elas pesquisam. A carta de Alexandra volta-se também para os pesquisadores. Ao escrever sobre recalitrâncias, triangulações, vínculo e diferença nos conduz à experiência inextrincável do outro na produção em pesquisa. O outro não é mais aquele sobre quem falamos, tampouco nós somos um outro apartado daquilo que produzimos. Essas ideias aparecem na carta de Marcia endereçada aos seus alunos. Marcia retoma um pouco o fio das questões escritas por Ronald e Arthur, sinalizando que o método em pesquisa é uma forma de composição do mundo e com isso o pesquisarCOM assume um caráter fundamental para os arranjos locais e heterogêneos que constituem tanto o mundo quanto a nós mesmos.

Hebe endereça sua carta a um adolescente inquieto, mas apresenta em sua escrita uma modalidade de escrita COM o outro. A autora, ao narrar uma memória de pesquisa, traz para seu texto aquele que provoca seu pensamento: o adolescente e Deleuze. A autoria se dissolve no diálogo que o texto estabelece com esses dois personagens e nos auxilia a experimentar a palavra como sentidos em produção e não mera representação. A carta de Simone, intitulada “Carta aberta sobre diálogos nas e com as práticas de pesquisa”, é a última, mas não a final, pois, como o título mesmo indica, é uma abertura para a reflexão sobre a relação com quem pesquisamos e fundamentalmente com as reverberações de

nossas pesquisa naqueles com quem pesquisamos. Essa carta direciona o pesquisarCOM como política de pesquisa para o campo que nos afeta, para a ética como prática de liberdade, como exercício de constituição de si e do mundo.

Assim, nosso livro termina com uma carta aberta, ou poderíamos dizer que ele termina como uma obra aberta, isto é, uma obra que se faz na medida que nossas cartas encontram destinatários que nos devolvem outras cartas e que se põem a fazer conosco o trabalho de recomposição das fronteiras que separam o que conta e o que não conta no mundo em que vivemos. É que o “fazer com”, que marca nosso modo de colocar em ação a pesquisa em psicologia, é indissociável de um “viver com”. Com o que e com quem vamos viver? É uma das questões que deixamos para você, leitor(a). Seguimos no aguardo de suas missivas.

*Marcia Moraes
Anita Guazzelli Bernardes*

SOBRE ESCREVER CARTAS

Para Marcia Moraes, que pode não saber, mas foi minha professora em 1992. E para Solange Jobim, orientadora no passado, amiga e interlocutora nobre no presente

E escrever cartas se remete, em parte, ao tipo de relação que se estabelece com o destinatário, com o estatuto que se dá àquele que receberá o escrito. A posição do destinatário nutre a entoação, carregada de dúvidas ou de expectativas, de proposições ou de simples observações passageiras sobre aspectos da existência individual e coletiva. Escrever cartas não é mais comum no meio acadêmico, embora tenha assumido grande importância em contextos históricos passados, quando a obra de um autor se reconfigurava com revelações compartilhadas em cartas, trocadas entre amigos e parceiros intelectuais. Trocadas entre amantes, irmãos e filhos. Trocadas entre mestres e seus aprendizes. Trocadas entre o passado e o presente, como no caso de pensadores como Walter Benjamin, que escrevia confrontado à urgência de dizer o que há para ser dito, mas diante de um imperativo: garantir um legado de desvio e de dúvida às gerações vindouras, que, possivelmente, terão recebido imagens de um mundo que não correspondia aos apelos dos que foram vencidos pelo nazismo e pelo fascismo na primeira metade do século XX. Walter Benjamin é um pensador curioso, nesse sentido. Parece se confrontar a um tempo devorador, remetido a distintas paixões e ainda troca correspondências com parceiros intelectuais importantes, homens de grande peso no século XX. E Benjamin nos convida a compreender o século XIX, comprimido entre as suas lembranças de infância, evocando imagens de cidades por onde transitou e brincadeiras onde foram deixados rastros de uma época, mais do que uma biografia. Benjamin escreve sobre o século XIX, desmanchando fios narrativos em que o “eu” poderia reivindicar alguma autoridade ou integridade. Como o pensador admirava a escrita automática dos surrealistas e a obra de Marcel Proust, pode-se entender que a escrita não inaugura um espaço de reconhecimento de si, mas problematiza a transcendência do si mesmo em relação ao que se vive, ao que se experiencia.

Cartas são vestígios das mãos e do espírito de quem amamos. Imagino o rosto e a intenção de uma pessoa que amo, quan-

do recebo uma mensagem ou uma carta da mesma. Imagino seus dedos apressados e delicados diante de um teclado ávido por movimentos, seu espírito absorto em si mesmo, desafiado pela tela em branco. Imagino as roupas de Benjamin ao se postar para começar a escrever uma carta a Scholemⁱ, imagino a posição ousada e altiva de Kafka ao iniciar a escrita da carta ao pai, seu espírito sendo acometido pelas visões de personagens híbridos e inacabados. Imagino a esperança de que uma mensagem seja acolhida exatamente como se esperava que fosse, desanuviando, fechando feridas, interrompendo tempestades, abertas com as mãos em posição de oração, como se contivessem palavras definitivas. Cartas lembram a condição passageira dos que escrevem e dos que leem: as palavras são frágeis e perecíveis, como o são os que as escrevem, os que as imaginam postados na soleira de portas ou, esperançosos, a misturar-se ao burburinho da rua, nas janelas melancólicas em que pousamos nossas últimas forças. Imagino as cartas de prisioneiros de campos de concentração nazistas, lidas depois que já estavam mortos, por parentes e amigos ainda sobreviventes. Carta é um legado, uma forma de exigência, um apelo, uma expressão. Mas como a escrita confunde procedimento e expressão, toda carta se remete a si mesma, inconclusa e, paradoxalmente, suficiente. Uma carta é um mundo, abertura possível para um mundo outro, em que amigos separados se reencontram, amantes se exaurem na penumbra de quartos no meio da cidade e os homens anseiam por uma nova pátria, apesar das condições adversas, do tempo e das distâncias.

Escrever é o procedimento e nunca sabemos como estaremos ao terminar uma carta. Nem como ela será recebida, em que velocidade será lida, ou mesmo se encontrará o seu destino. Cartas também podem ser rasgadas e nem sequer lidas ou, costuradas a si, vertidas a condição de tatuagens, de postagens fictícias de um tempo que não há mais, como nas fotografias, em que somos acostumados a receber a saudação dos entes já findados, mas que nos visitam em sonhos e devaneios. Sonhei que entregava uma carta, com a notícia de morte da mãe de uma amiga e, abreviada a entrega, rapidamente me colocava na condição de espectador de um velório. Na madeira do caixão, escrevia palavras das quais já não me lembro, mas também as misturava com riscos e linhas. Sobressaltado, recebi a mensagem do velório efetivo da mãe de minha amiga, mas como estava distante, só tinha a certeza de que um dos amigos havia ido solidarizar-se à família da morta. So-

nhos são como cartas que, todas as noites, não se cansam de se endereçar a nós, que já não somos os mesmos.

As cartas são também o processo de uma escolha, marcas frágeis de uma forma de posicionar-se na vida. Sêneca escrevia cartas à Lucílio e Michel Foucault reconhece nas cartas a consolidação de uma ética, em que se exorta o destinatário a cuidar de sua alma, a ter atenção com a brevidade da vida e acatar o imprevisível, mesmo que seja a morte, mas um homem livre não se escandaliza com a finitude das coisas que ama e nem com a sua própria. Pois a ética é uma forma de reivindicarmos a nós mesmos e escrever reivindica leitores, mesmo que postergados e idealizados. A carta é uma interrupção do tempo, feita de palavras e imagens. Escrevemo-nos quando escrevemos uma carta. Quando digo da saudade e da alegria que sinto ao abrir uma carta, saudade e alegria não são apenas palavras ou graves ostentações de reconhecimento. Saudade e alegria acertam em cheio o interlocutor, como foi, mais uma vez, Benjamin, que se surpreende ao se ver arrumando a gravata ao abrir a correspondência de um amigo e imaginar que o presente ideal é aquele que surpreende aquele que o recebe. Cartas, cartas. Quantos desejos e projetos não são tecidos em palavras e como as chamadas novas gerações não se cansam de escrever coisas no âmbito de distintas relações. As novas gerações escrevem *on-line* e compartilham processos vividos em contextos múltiplos, convidando, em uma direção intergeracional, outros indivíduos a lerem aspectos de suas biografias e de suas experiências.

Aqui, a carta é um convite a ser indisciplinado, mescla de pretensões e de expectativas, mas também de apostas teórico-metodológicas. Tenho a imagem de um adolescente que se senta em cima de uma rosa dos ventos e escreve cartas para seu namorado. *Para quem quer se lançar, invento o cais*ⁱⁱ. Sem bússola e sem pudor, cartas são mensagens que nos colocam em condição simétrica à de quem dialogamos. Desenvoltos na escrita, recuperamos o silêncio da conversa ao vivo. Sorridentes e sedutores no uso das palavras, podemos ser interlocutores evasivos e sonhadores quando estamos diante de pessoas queridas, pessoas amadas, mestres inalcançáveis e filhos irrequietos. A carta, em seu conjunto, se tornou uma obra para Sêneca, ao voltar-se a Lucílioⁱⁱⁱ, já que mestre e discípulo debruçaram-se sobre si mesmos, aprendendo o quanto as coisas não são boas ou más em si mesmas, mas dependem da relação que estabelecemos com elas. A virtude, coextensiva à vida,

se torna uma espécie de morada, uma vez que os homens precisam de um lugar para se proteger das mudanças climáticas e para exercer uma parte de sua função política. É importante frisar que, no que é reconhecido como o último momento da obra de Michel Foucault, se percebe o trabalho do pensamento sobre regimes morais elaborados sobre os prazeres em contextos históricos como a Antiguidade greco-latina e os primeiros séculos da nossa Era. Homens cultivados e com grande importância política em suas sociedades debruçaram-se sobre a existência, requisitando um espectro de atitudes sobre a experiência coletiva, sobre os sonhos – imagens noturnas do sono – e sobre as relações conjugais, além das relações sexuais que se estabeleciam com as esposas, outras mulheres e os rapazes. Michel Foucault apresenta as inquietações de Sêneca compartilhadas com Lucílio, homens de idades bem próximas, mas que, através das correspondências trocadas, podiam defender que a filosofia é uma aprendizagem em relação ao fato de que somos mortais. As cartas de Sêneca são o testemunho filosófico de uma ética. Bem como as belas e inquietantes entrevistas que Foucault deu no decorrer da composição de sua obra, mas especialmente nos anos finais de sua vida. Lembro-me, de memória, sem recorrer às páginas corretas dos livros em que as entrevistas estão transcritas, do esforço reflexivo de Foucault em torno do tema da sexualidade nas sociedades ocidentais dos anos de 1970 e 1980. Numa delas, especificamente, o pensador francês se reporta ao estatuto político das minorias sexuais, indicando que é possível, sem recair numa atitude prescritiva e programática, defender que a homossexualidade masculina se encontra num espaço vazio, de onde experimentações estéticas, intensificações de prazer e invenções de valores podem se constituir, de modo a que se possa fugir da reiterada pergunta sobre quem somos. Nesse sentido, Foucault dá provas de ter incorporado em seu itinerário acadêmico os fragmentos de textos e exercícios espirituais que reconheceu na Antiguidade. As aulas de Foucault também se assemelham a um testemunho filosófico. Nos seus últimos cursos, o pensador apela para um tempo restrito, que lhe é subtraído pela doença e pela proximidade da morte. Um testemunho se assemelhando a uma carta.

Cartas podem ser o limiar da memória da distância que mantemos em relação aos entes que amamos, e, ao mesmo tempo, uma justa medida de sua presença, em tudo aquilo que expressa, dolorosamente, a sua ausência. A carta do jovem amante

em cima da rosa dos ventos é uma imagem que me relembra a cidade de Niterói, na primeira vez em que a percorri, saltitando, curioso, entre o asfalto e uma janela do espaço DCE da UFF, em que se podia vislumbrar uma nesga da Baía de Guanabara. Cansado ou angustiado, alegre ou triste, aborrecido ou sonhador, não vejo e nem alcanço mais essa nesga, porém ela é ainda a paisagem que carrego em mim, mesclada aos interlocutores que passaram a fazer parte de minha vida. Meus cães, meus amigos, meus alunos, meus vizinhos, meus colegas de trabalho me ajudaram a banalizar aquela nesga da Baía, mas é ainda a ela que dirijo os meus olhos, quando, postado em frente ao computador, me imagino subindo pela primeira vez uma ladeira de asfalto em que andaria ainda muitas outras vezes. A essa imagem tão importante para mim, eu retribuo com a lembrança e com alguns afetos que lhe correspondem, pois a escrita é, também, como a abertura de um novelo. Secretamente, enredamo-nos às linhas e cavamos, sem o perceber, imagens de nós mesmos, inalcançáveis por ora. Legamos às coisas e aos contemporâneos a tarefa de recuperar uma parte de nós mesmos, definitivamente perdida na passagem das horas. Escrever cartas é como dedicar-se a uma tarefa que nunca poderá ser cumprida em sua integridade, pois a carta é fragmento. O próprio leitor e aquele que escreve a mensagem são parte de obras caóticas, iniciadas e interrompidas muitas vezes, como é comum nos dias comuns de nossas existências.

Para encerrar, mesmo que provisoriamente, gostaria de lembrar que o itinerário da presente carta tem uma história muito específica, que se remete a pessoas e eventos. Gostaria de ter escrito ou dito coisas para meu pai, que morreu um pouco antes de eu ter terminado meu curso de doutorado em psicologia na PUC-RJ. Não tive sequer uma oportunidade de ter compartilhado com meu pai as alegrias da minha carreira de professor universitário, pois nossos encontros foram se rareando e, quando se davam, gastávamos o tempo com conversas outras. Eu entendo que meu pai está presente de muitas formas, quando, por exemplo, viajo à cidade em que ele viveu por muitos anos e imagino que comidas ele teria escolhido, que lugares teria visitado, com que pessoas teria conversado, o que gostaria de ter conhecido. Nunca nos despedimos de jeito definitivo das pessoas que amamos. Então, eu dediquei a minha tese de doutorado à memória do meu pai. Contudo, presumo que a memória do meu pai não é só aquilo que está na minha cabeça, no meu espírito; lembrar meu pai

se remete, também, aos convites que ele me fez, quando me contava uma história ou mostrava uma foto. Há uma foto de meu pai, solene e compenetrado, nos Estados Unidos da América, provavelmente nos anos de 1960 ou 1970. Desde pequeno, nunca coloquei uma viagem aos Estados Unidos como uma prioridade, embora tenha sido submetido à uma exposição incansável de produtos estadunidenses de distintas naturezas: desenhos animados, alimentos, filmes, roupas, seriados, livros. No entanto, o imperialismo cultural se converteu numa curiosidade a respeito da literatura estadunidense. E em Paul Auster^{iv}, encontrei fortes imagens de uma homenagem ao pai, numa espécie de testemunho da importância que um pai tinha na existência de uma personagem (biografia de Auster?). Auster evoca situações cotidianas que sublinharam a memória a respeito do pai. E escreve um dos seus mais belos livros. A presente carta é também para o meu pai, para o jeito particular de cortar as frutas nas mãos e partilhá-las com seus filhos, para a alegria indisfarçável em uma risada que nos contagiava, para o modo singular de deixar a cinza do cigarro se desenhar numa espécie de vírgula e cair no chão. Entre cinzas e vírgulas, eu ainda procuro aquela tarde quente do Rio de Janeiro em que eu e meu pai celebramos uma conquista. Mas uma carta não é uma despedida: celebração de que estamos vivos, mesmo errantes e cheios de dúvidas. A palavra jamais pode substituir a confusão em que estamos imersos e que tentamos, em vão, organizar em parágrafos. A carta termina. Fecho o computador. É verão no Rio de Janeiro. Escuto uma música enquanto escrevo. Lembro-me de uma música do Paralamas do Sucesso e não sei que relação há com o que escrevo, mas resolvo encerrar com um fragmento da canção: *eu tive um sonho ruim e acordei chorando, por isso eu te liguei*. Ah, tá: cartas são como telefonemas para pessoas que podem nos salvar de um sonho ruim, para que, despertados, não esqueçamos que devemos continuar a sonhar.

Marcelo Santana Ferreira

P.S.: Como citei algumas músicas e pensadores na carta, fiz uma marcação numérica em cada uma destas ocasiões e a seguir, se encontra uma breve explicação referente às marcações.

ⁱ Gershom Scholem, importante interlocutor e amigo de Walter Benjamin. Ver BENJAMIN, W.; SCHOLEM, G. Correspondência. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ⁱⁱ Fragmento de canção de Flavio Venturini, “Cais”.

ⁱⁱⁱ Discussão empreendida por Michel Foucault em seus últimos cursos e textos. Ver FOUCAULT, M. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Para maiores detalhes sobre as correspondências e a caracterização de Sêneca e Lucílio, ver também SÊNECA. As relações humanas. São Paulo: Landy, 2002.

^{iv} Ver AUSTER, P. A invenção da solidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARTA PARA FOUCAULT E AGAMBEN (... E A VOCÊ, LEITOR!)

Em geral, cartas são escritas individualmente. Isso ocorre, pensamos nós, porque trazem uma intimidade entre quem escreve e quem recebe a carta. Intimidade, afinidade, amizade ou mesmo pedidos de conselhos... De qualquer forma, esse tipo de comunicação é informal, mas não é feita banalmente, requer uma reflexão, geralmente cuidadosa, quando não mesmo carinhosa, seja por admiração ou por amor. Ainda que se fale das correspondências entre cientistas, vemos que elas expressam, na maior parte das vezes, alguma forma de emoção que tem pelo menos como base uma relação de admiração e respeito. Há, ainda, as “cartas para ninguém”, que funcionam mais como um desafo ou necessidade de exprimir sentimentos e ideias.

Mas nossa carta, avisamos você, leitor, é um pouco diversa... Na verdade, nem sequer temos certeza se podemos chamar esta escrita de “carta”... Será? Primeiramente, porque decidimos escrevê-la em dupla. Essa escolha justifica-se simplesmente porque estávamos conversando sobre nossas trajetórias teóricas e sentimos que poderíamos escrever juntas, já que trabalhamos com os mesmos autores e admiramos o trabalho uma da outra; então, pensamos: por que não? Temos trabalhado em nossas pesquisas com políticas públicas, especialmente na área da saúde, assistência social e direitos humanos, voltadas para populações em situação de “estado de exceção”. Isso nos aproxima. E também nos dirige a certa forma de política de pesquisa: aquela política engajada na relação com a vida. Segundo motivo: porque queremos propor uma reflexão teórica sobre certos conceitos sobre os quais temos nos debruçado e achamos que o mais honesto seria dedicar essa própria produção reflexiva a esses autores que vimos estudando há alguns anos, que continuam nos provocando com suas escritas e falas a nos desconfortar e que até mesmo nos perturbam em nossos pensamentos e em nossas práticas de pesquisa e de docência na Psicologia. Desse jeito, o exercício de escrita desta carta nos colocou estas duas questões: a modalidade da forma da narrativa e o endereçamento.

Agora, pedindo licença a você, leitor, vamos dirigir esta carta (!) mais diretamente a dois destinatários que não vão nos ler. Explicamos: escrevemos aqui para Foucault e para Agamben. Como todos sabem, Foucault – por já não fazer parte deste mundo dos

vivos – não pode nos ler, e Agamben, apesar de sua erudição e políglotismo, não fala português. Sabendo dessas impossibilidades, ainda assim, insistimos em dirigir esta carta a eles.

A modalidade e o endereçamento de nossa carta começam a ser tecidos por uma experiência de *outridade*, em que o início se dá justamente por aquilo que nos escapa. Escapa-nos saber como escrever cartas em uma racionalidade de produção textual que, na academia, nos conduz a modalidades de artigos; escapa-nos também a forma como recebe aquele a quem endereçamos nossas palavras. Portanto, o ponto inicial da escrita é o de abertura. Abertura que nos permitiu, neste exercício de “escrevedoras de cartas”, uma forma de pensar que desde o início se dá na composição. Compor, nesta carta que escrevemos a vocês dois, significa conversar sobre aquilo que nos interroga das ideias que vocês produzem.

Nossa carta, então, é uma estratégia de pensamento a partir daquilo que vocês nos provocam a pensar, e, portanto, gostaríamos que vocês nos acompanhassem a partir, Agamben, de uma discussão que você propõe sobre o amigo, no livro *O que é o contemporâneo?*, em que amigo é entendido como um *heteros autos* – uma alteridade na mesmidade; ou seja, um outro que nos afeta, que afetamos, compartilhando sentimentos comuns, e que nos faz desejar a existência um do outro. Nesse sentido, a relação de amizade é carregada de uma potência política. Por isso, direcionamos esta carta a vocês dois justamente por essa condição de alteridade e pela potência política que evocam. Podemos parecer um pouco pretensiosas em escrever a vocês, então, desde já, desculpem-nos, mas é por uma “política de pesquisa” que assumimos esse risco. Entendemos potência política como a aposta de uma pesquisa que investiga a insistência da vida. Da vida que persiste, apesar de muitas vezes relegada a um estado de exceção. Optamos por apostar no “com” como ponto de partida, tanto para pensar o exercício de pesquisar quanto para escrever a carta – arriscamos investir nessa potência política do outro.

Então, Foucault e Agamben, estamos com a pretensão de pensar “com” as ideias de vocês, e não sobre vocês. O nosso interesse em vocês é o que nos possibilita pensar no “entre” a vida e a política; ou seja, tomar a ética, a verdade e a política a partir de nossos campos de análise das Políticas Públicas, focalizando uma perspectiva que parte de quando a vida toma a política como possibilidade de uma estética da existência, para quando a política toma/captura a vida como uma possibilidade normativa.

Colocar a relação entre a vida e a política em análise, para nós, significa pensar “entre”, isto é, tomar a vida naquilo que ela escorre e escapa das formas normativas do viver... Porém, especialmente, também significa problematizar se, na contemporaneidade, resta alguma possibilidade de essa vida que escorre, de uma potência política, construir-se diferentemente de uma norma tentacular – nisso reside a importância de um “pesquisar com” vocês.

Começamos, Foucault, com algumas de suas ideias que, em razão da precocidade de sua morte, não foram continuadas ou que, pelo menos, gostaríamos que tivesse continuado. É no final de sua vida que você investe em outra direção, mais precisamente, naquilo que considera como formas de governo de si e do outro: a constituição de um sujeito na relação com a ética.

Nos seus textos da *História da Sexualidade*, principalmente a II e a III, já inicia outro percurso nas discussões, em que recorre a textos da antiguidade clássica (socrático-platônicos, estoicos, cínicos, entre outros). Empreende uma análise em que o que está em jogo não é mais propriamente a relação entre governo e verdade, mas entre liberdade e verdade. Essa relação adquire para nós uma potência política!

Essa dimensão da relação entre liberdade e verdade abrirá em suas discussões, pela forma como a entendemos, um campo de análise voltado para a ética. Nesse percurso de análise, que se intensifica no final da década de 1970, mas mais fundamentalmente nos primeiros anos de 1980, seu interesse volta-se para a reflexão sobre a possibilidade de uma estética da existência em termos de uma coragem de dizer a verdade. A aposta agora – mais do que nos procedimentos, regimes de veridicção e formas de governo – é a relação de luta que se estabelece entre verdade e política, entre verdade e pólis, mas principalmente entre verdade e ética, em que se chegue, então, à relação entre governo de si e governo dos outros.

Os procedimentos de veridicção e governo permitiram-lhe analisar as modalidades de discursos que dizem a verdade sobre o sujeito, como os delinquentes e os loucos, entre outros. Contudo, agora, você passa a se ocupar com o discurso da verdade que o sujeito é capaz de dizer sobre si mesmo e o outro. Entretanto, antes dessas últimas aulas sobre o dizer a verdade do sujeito, e não apenas sobre o sujeito, já trazia o conceito do dizer a verdade relacionado ao termo grego de parrésia. Isto é, você começa a se ocupar das condições para uma fala franca que significa, além do

fato de se dizer a verdade, crer nessa verdade que se diz e correr os riscos dos efeitos.

Essa mudança implicará também uma modificação no percurso da análise, que migra do enunciado performativo para a dramática do discurso verdadeiro. O que está em jogo agora, mais do que o que é a verdade, é a possibilidade de uma coragem de dizer a verdade e do risco que esse dizer acarreta. Nessa sua empreitada da análise da fala franca ou, como aparece nas suas aulas, da parrésia, apresenta-nos uma questão/possibilidade de abertura para o campo da Psicologia, tão dada a buscar uma subjetividade interiorizada – que é não a da interioridade, mas a das condições, formas e atos em que o sujeito, ao dizer a verdade, se manifesta! Manifesta-se para si e para o outro como um sujeito que diz a verdade! Como um sujeito moral! Nessa constituição do sujeito moral, entram em cena duas estéticas da existência: uma relacionada à coragem de transformar-se lentamente; outra, de fazer viver uma ruptura, uma recusa a certa modalidade normativa de comportamento. Quando lemos isso, perguntamo-nos: como é isso hoje? Que estéticas são essas que produzimos? Quais os modos de se transformarem ou de fazer viver rupturas? Onde está a potência política?

Você vai nos dizer, então, em um primeiro momento, que essa possibilidade para um dizer a verdade se encontra na vida política, no estatuto ou na condição para um dizer verdadeiro que se constitui pela vida na pólis. Na democracia grega, essa primeira conformação assume a forma de uma relação entre o direito, o dever, a obrigação de uma veridicção indexada às necessidades da cidade. Essa forma de relação se configura no sentido de que todo cidadão tem direito de dizer a verdade, assim como quando, por exemplo, a assembleia assume esse dizer a verdade, esta se torna solidária aos seus efeitos. Liberdade, então, seria a manifestação de uma vida livre. Livre para dizer a verdade. Esse direito de dizer a verdade aparecerá gradativamente para a democracia grega de diferentes formas: um dizer a verdade que vai ao encontro dos interesses da pólis; um dizer a verdade que vai ao encontro daquele que diz a verdade; além disso, aparecerá também um dizer a verdade pelo simples fato de dizê-lo, sem um compromisso com a pólis. Essa conformação, na democracia grega, apresentará uma problemática para o próprio dizer a verdade da parrésia: haverá uma cisão no corpo social entre os bons e maus cidadãos, entre a boa e a má parrésia. Isso significará um risco da parrésia para a

cidade, na medida em que nem sempre o que será dito será bom para a cidade e, portanto, uma “impotência contextual” para o discurso verdadeiro, já que não se pode estabelecer a condição de diferenciação do sujeito parresiasta em uma democracia grega.

Sabemos que sua análise é sobre o período helenístico, mas também sabemos, pelo que conhecemos de você, que essas questões lhe interessam para pensar o presente. Quando aponta a impotência contextual da democracia para o dizer a verdade, perguntamo-nos como isso recai no dizer a verdade na atualidade: hoje somos sujeitos de direitos, mas há diferentes formas de acesso a esses direitos; isso significa também diferentes formas de acesso ao dizer a verdade? Isso significa uma relação distinta entre liberdade, verdade, mas, fundamentalmente, entre a vida e a política? Ou mesmo uma separação entre direito e política?

Essa impossibilidade, que é na realidade um efeito da parrésia na democracia grega, se modificará a partir do século IV a.C. em um dizer a verdade que será indexado não à cidade, mas ao *ethos*, à constituição de um sujeito moral. Na genealogia que você empreende do governo dos outros ou, melhor dizendo, da participação na vida e na condução da pólis, estabelecer-se-á uma modalidade de governo de si indexada e orientada para o *ethos*, para uma modalidade de condução da própria conduta. Uma conduta que não é tomada como uma dimensão relativa à interioridade, à personalidade do sujeito, mas a um destino virtuoso relacionado à vida coletiva. O *ethos* é uma finalidade a ser atingida mediante as formas de ser, de fazer, de se conduzir em relação aos outros. Não no domínio da política, e sim no da ética, pois a democracia afastou a parrésia dela mesma, e esta se aproximou da ética.

Nessa constituição da parrésia, a liberdade não será propriamente aquela do sujeito que expressa essa condição como cidadão, mas do risco daquilo que o próprio dizer a verdade pode causar para o sujeito que a diz. Além disso, nessa condição da parrésia como *ethos*, a figura do outro é imprescindível, pois o dizer a verdade estará anexado ao dizer a verdade sobre si, a quem diz a verdade sobre si; a obrigação de dizer a verdade sobre si é endereçada ao outro que escuta e que, na condição de parresiasta, diz a verdade sobre o que lhe foi dito. Diferentemente de outras modalidades que serão encontradas no cristianismo, como a confissão, e na modernidade, como a medicina, psicologia etc., trata-se de um dizer a verdade do sujeito que corre o risco de perder aquele para quem se diz a verdade, bem como a coincidência entre o que

se diz e o que se pensa. Desse modo, a parrésia indexada à ética é tanto uma forma de governo do outro, quanto uma forma de governo de si, de dizer tudo ao outro sobre sua conduta, mas também a própria forma de arriscar-se em relação a esse outro, um compromisso não com a pólis, mas com a relação com a verdade.

A questão, então, que nos interroga será o modo como essa conformação do dizer a verdade indexada a um *ethos* aparecerá na contemporaneidade, quando o que está em jogo não é mais o sujeito moral, mas o sujeito sobre o qual a moral governa. Isso nos levou a interrogar sobre as condições atuais para um dizer a verdade como aposta em uma vida política e ética. E você, Foucault, encerra os seus trabalhos.

Então, fomos buscar a ajuda de Agamben... Bem, Agamben, você se propôs a dar uma sequência de pesquisa que, devido à morte de Foucault, foi interrompida.

Você, Agamben, retoma Aristóteles para enfatizar que o grande problema que incide na sociedade Ocidental – em termos ontológico, epistemológico e ético – deriva da bifurcação do conceito de vida, que em grego se refere a duas expressões distintas: *bios* e *zoé*. A primeira refere-se à vida dos cidadãos na pólis, enquanto a segunda concerne à vida em geral, não apenas à da espécie humana. Assim, nessa perspectiva, você se dedica à problematização da vida, mas empreende essa análise para pôr em questão a relação entre vida e política na atualidade. Em nossa proposta de reflexão, pensamos em como nos aproximamos ou nos distanciamos de uma possibilidade de uma vida como potência política, e, para tanto, alguns de seus conceitos, Agamben, tornam-se ferreamentas fundamentais: potência, ética e testemunho.

No que tange à ética, você percebe que vivemos em uma confusão entre categorias éticas e categorias jurídicas. Usando as suas palavras, a ética não implica culpa nem responsabilidade; estas apenas podem aparecer no campo do Direito, que, ao colonizar a ética, a transformou em outra coisa.

Você problematiza essa confusão moderna da ética especialmente a partir dos relatos de sobrevivência ao regime nazista por Primo Levi e do conceito de banalidade do mal de Hannah Arendt. Diz-nos que as questões morais e religiosas que nos guiam são tributárias do Direito. Desse modo, aquilo que opera sobre o nosso cotidiano e que chamamos de culpa, responsabilidade, inocência, absolvição são modos normativos de a moral recair sobre a conduta do sujeito a partir daquilo que o Direito

produz. Isso abre a possibilidade de olharmos tanto o direito quanto a exceção ao direito.

Outra reflexão importante sobre as tuas ideias, para nós, consiste na finalidade da norma. A norma busca apenas produzir julgamento, não para punir ou premiar – ela é um fim em si mesma. Essa relação que irá estabelecer-se entre ética, norma, direito e vida, pensada a partir das suas leituras de Arendt e Primo Levi, nos encaminhou para uma possibilidade de reflexão sobre o dizer a verdade que escrevemos para Foucault anteriormente, mas com uma colocação da problematização do conceito de testemunho.

No que tange ao testemunho, você ressalta que em latim há dois vocábulos para exprimir dois sentidos distintos para a palavra testemunha: *testis* e *superstes*. O primeiro diz respeito a um terceiro que se põe em um processo ou em uma situação de conflito entre dois sujeitos. Já o segundo caso é relativo àquele que viveu algo, ou seja, implica o vivente que experienciou uma dada situação. No que concerne ao campo do Direito e das instâncias jurídicas, a noção de testemunho coincide com o *testis* e a produção da norma. Perguntamo-nos, então, se o *superstes* (que não trata de uma relação de mediação, como é o caso do que vemos comumente no Direito!) aproximar-se-ia do que Foucault nos apontou sobre a parrésia indexada a um *ethos*, a uma estética da existência na qual o sujeito se constitui pela coragem da verdade.

É importante ressaltar que, no âmbito jurídico, por exemplo, o testemunho produz uma zona de indiscernibilidade, baseada nos relatos de Primo Levi sobre sua experiência em Auschwitz, denominada como “zona cinzenta”. Nessa zona cinzenta, há uma fusão entre vítima e algoz. Trata-se de uma espécie de indiferenciação entre o carrasco e a vítima, como foi o caso, por exemplo, de Eichmann, que inicialmente era tomado como um “monstro” nazista e, ao longo do seu julgamento, aparece como um “bom funcionário, obediente às ordens”, cometendo atrocidades justificadas, não por ser psicopata ou algo do gênero, mas justamente pela sua própria normalidade.

No entanto, se pensarmos no segundo caso da denominação de testemunho, o *superstes*, a ideia de aquele que passou pela experiência se expor a dizer a verdade torna-se fundamental para o campo da ética. No caso, Agamben, você toma mais uma vez como exemplo Primo Levi, pois os relatos do judeu italiano que sobreviveu a Auschwitz indicam um posicionamento diverso do de uma testemunha no campo jurídico. No *superstes*, o testemu-

nho aponta para um não esgotamento da vivência e, por mais que Primo Levi tenha escrito e relatado os horrores da experiência do campo de concentração, jamais poderemos ter uma noção do que de fato sucedeu ali. Mas haveria uma coragem da verdade? Entendemos que é nessa lacuna do testemunho, produzida por um falar a verdade do que ali sucedera e, ao mesmo tempo, pela impossibilidade de termos vivenciado a experiência em questão, que reside uma potência de vida que, nesse caso, não acontece. Ou seja, a vida foi exterminada, porém, a potência de vida, como aquelas possibilidades de desejos, permanece, é capaz de reverberar no escândalo que a posição de *superstes* procura nos colocar ao apresentar a ocorrência de uma morte que se iniciou antes de uma morte temporal daqueles sujeitos. Essa morte que se iniciou se dá justamente em razão das formas de interdição do viver pelas normatividades, pelas regulações, pela moral que recai sobre o próprio viver. Entretanto, você nos ajuda a compreender que a potência de vida não se esgota, tampouco é exterminada por essas normas.

Isso nos leva a pensar essa segunda acepção do testemunho como algo que não pertence ao campo do Direito, mas ao da ética. Nesse sentido, pomos em questão as condições, formas, atos de um “dizer a verdade” na atualidade, de uma coragem da verdade. Dessa forma, percebemos uma aproximação entre os conceitos de *superstes* e de parrésia, procurando produzir um deslocamento dos campos que integram a “pólis” atual, a norma e o Direito para uma tentativa de buscar novamente (no sentido mesmo de insistir) a ética e a vida.

Você deixa claro que começa esse trabalho pensando, inicialmente, no esvaziamento da arte enquanto um movimento e posicionamento político, a partir das colocações em “O homem sem conteúdo”. Não intencionalmente, ao menos nesse movimento inicial, começa estudando a arte, para depois dirigir as análises mais enfaticamente para a política. Questiona o processo de a arte perder sua força crítica para tornar-se uma mercadoria de luxo. É a partir desse momento que você vai propor uma reflexão que trabalhará na discussão de um resgate da dimensão da política na experiência estética. Assim, paulatinamente, vai desenvolver seu pensamento e parar na criação do *Homo Sacer*. Vai apresentar a contextualização da questão da cisão entre vida e política no seu projeto de pesquisa *Homo Sacer*, a partir das definições de *bios* e *zoé*.

Lembramos que havíamos compreendido, Foucault, que, em sua análise do dizer a verdade, a indexação da fala franca se afasta

da pólis, em razão de uma impossibilidade contextual, e aproxima-se de um *ethos*. Dessa forma, a constituição de um sujeito político migra para a constituição de um sujeito moral, na qual está em jogo uma estética da existência.

Agora, por você, Agamben, aparece a necessidade de aproximação novamente entre a estética e a política. Para tanto, ajudamos apontando que é indispensável levarmos em consideração a ideia de potência no pensamento aristotélico. A potência, como você nos auxilia a pensar, é da ordem da possibilidade; nesse caso, a potência também se define pela possibilidade de seu não exercício; é presença de algo que não é em ato. De modo geral, entendemos, das suas colocações, Agamben, que a experiência da potência não coincide com o ato de uma ação e não abarca uma dimensão genérica, mas sim certa experiência, certa vivência que se atrela à possibilidade.

Para ilustrar, podemos nos referir ao próprio exemplo que você cita: a criança tem a potência de vir a ser um arquiteto, um chefe de Estado – o que remete a uma potência genérica. Isso é muito diferente da situação de um arquiteto que já tem a ciência e a habilidade de construir. É esta última perspectiva que compreendemos ser relevante para você ao retomar o viés aristotélico, pois o arquiteto tem a potência de construir, mesmo quando não está construindo. Isso quer dizer que a potência é definida justamente pela possibilidade do seu não exercício, ou seja, a potência não se extingue porque o sujeito está privado de algo. Pelo contrário, é a partir dessa privação que ele se torna potente. É nessa privação que vemos existir a possibilidade da potência, que você tanto insiste em afirmar, uma vez que, quando o arquiteto planeja a construção ou quando o pianista toca, o que temos são sujeitos em ato.

Retomamos agora o testemunho que colocamos anteriormente, no que tange ao *superstes*. Achamos importante o que você quer dizer quando fala da impossibilidade da palavra que lança a possibilidade de uma dimensão ética na pólis; quando fala que Primo Levi, embora não tenha tido a experiência extrema da morte no campo de concentração, ao testemunhá-la, nos diz a verdade dessa experiência. Explicamos: a impossibilidade da palavra no ato do *superstes* – como dito, por mais que Primo Levi tenha relatado as barbáries da experiência do campo, jamais poderemos ter noção do que de fato aconteceu – não quer dizer que se trata de uma dimensão de uma experiência solipsista e, por isso, im-

possível de ser colocada em debate, mas justamente no enfoque de destacar o não esgotamento da experiência vivida, a incapturabilidade da vida em toda a sua potência. É nesse aspecto que reside uma dimensão da potência do *superstes* enquanto posicionamento ético na pólis.

Dessa forma, nossas investigações buscam uma política de pesquisa que busca retomar o fio da meada, tentando – ainda que de forma micro – desemaranhar esses vetores que produziram essa grande confusão entre a ética, o Direito, a burocracia, a norma...

Andrea Scisleski
Anita Guazzelli Bernardes

P.S.: seguem abaixo os textos que nos inspiraram nesta carta.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. *Potentialities*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade*. São Paulo: Martins Fontes: 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes: 2010.

UMA CARTA ENDEREÇADA À “PROTEÇÃO INTEGRAL”

Cara senhora,

Por que lhe escrevo? Deleuze e Guattari¹, autores com os quais tenho dialogado muito em minhas pesquisas, afirmam que “um livro não tem objeto nem sujeito”. Falam ainda do livro como uma máquina que corta e metamorfoseia fluxos, guardando uma relação com a exterioridade, outros textos e acontecimentos. Talvez possamos pensar assim em relação a esta carta: um dispositivo que produza efeitos e que seja capaz de intervir em outras produções e análises. Conexões diversas, que se agenciam e se entrelaçam com o cotidiano. Carta-máquina, que possibilite a produção de desejos e, ainda, o pensamento para pensar e desconstruir as linhas duras, rígidas, falsamente a-históricas. Que as discussões iniciadas aqui sejam capazes de fazer repensar – e por que não desmontar? – nossas práticas e nosso cotidiano, na maioria das vezes pela via da reprodução de conceitos instituídos.

Primeiro, deixe-me falar de algo que sempre me incomodou: o que é uma meia proteção? Ou um pedaço de proteção? Sim, para que a senhora seja integral é necessário que exista uma proteção pela metade. Ou será a proteção como o leite: desnatado, semidesnatado e integral? (...) Sigamos!

Muitos falam sobre “as formas contemporâneas de controle social”, e eu desconfio que a senhora está envolvida (e muito) com isso. Temos vivido em um mundo onde o medo e a insegurança têm produzido muitas pesquisas, muitas intervenções na cidade, muitas políticas públicas. Muitas formas de existência (as chamadas produções de subjetividade) têm emergido dessas lógicas.

Tenho ultimamente me intrigado com isso e, desde então, tenho percebido que nas práticas mais diversas, marcadas por profundas contradições e paradoxos, eu lhe encontro.

Seu nome é utilizado para legitimar que crianças sejam interrogadas em processos judiciais. Dizem que é um “depoimento sem dano”, mas duvido muito. Pode-se falar e não se comprometer com o que é dito? Em nome de quê se interroga? Da busca de uma verdade que serve para promover justiça? E andam dizendo por aí, dona Proteção, que é por causa de você. Integralmente de você. “Proteção integral”, dizem. São construídos, assim, discurs-

sos que se legitimam e se constituem enquanto enunciados de verdade, com o *status* de verdade absoluta, porque científicos. A ciência constrói tecnologias de inquirição sem analisar o fato de que o saber é construído por relações de poder e por correlações de força, não por coerências internas específicas de seus conceitos. Desse modo, penso que na medida em que a regra na construção da verdade muda, há uma ruptura na ordem do saber. O que é verdade senão ‘construções de verdade’, as quais emergem enquanto continuidades e descontinuidades, não necessariamente em uma relação de causa e efeito, mas enquanto acontecimentos que permitem e fazem com que sejam privilegiados alguns discursos, portanto, de verdade?

Muito me intriga, também, certa ordem social (proposta por modelos econômicos) que aparece como forma de proteção, às vezes (muitas vezes!) parecendo uma reedição de propostas criminológicas positivistas, que embasam políticas destinadas a conter o fenômeno da criminalidade: uma proteção que se vincula à adoção do extermínio subjetivo como política de contenção.

Em nome da proteção à infância, nossos parlamentares propuseram, em 2011, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC33/2011) que propõe alteração na redação do artigo 228 da Constituição Federal, incidindo na redução da idade penal de 18 para 16 anos, a partir de argumentos que remetem às históricas lutas políticas que promoveram o Brasil à condição de signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Argumentam que tal fato tornou possível – em 1990 – a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, rompendo com a chamada Doutrina de Situação Irregular e afirmando a Doutrina de Proteção Integral, promovendo crianças e adolescentes a sujeitos de direitos e, desse modo, à absoluta prioridade nas políticas públicas. A proposta é de que a “proteção integral” seja a substituição das políticas públicas de educação, saúde e assistência por políticas penais, fortalecendo – em minha opinião – a condição de uma juventude já criminalizada, deslocando a urgente discussão acerca de uma população que morre – em especial, adolescentes e jovens negros, conforme atestam diferentes documentos públicos – para a produção de uma juventude que mata, referendada por um clamor midiático cujo argumento é a existência de um medo (historicamente produzido) que constrói, neste país, a imagem dos grupos identificados como delinquentes e perigosos.

Lília Loboⁱⁱ aponta uma série de teorias que embasam ‘cientificamente’ a periculosidade e a emergência das ‘classes perigosas’ desde o século XIX e que, segundo ela, afirmam que, “pela falta de consciência do dever e de sentimento de moralidade dos atos, a miséria produz um estado de degradação física e moral, que constitui o que chama de ‘classes perigosas’, porque instala o perigo permanente no seio da sociedade”.

Teorias surgem para corroborar a tese de que há disposições inatas para a criminalidade, defendendo a ideia da existência de criminosos natos, os perigosos em potencial, os quais deveriam ser esterilizados, como afirmava o movimento eugênico no Brasil. Tal natureza propicia, assim, a produção de ‘suspeitos’ a partir de características biológicas. O negro, por exemplo, foi considerado pela polícia brasileira, por muito tempo, como ‘cor padrão’: este era o modo como era tipificado em boletins de ocorrências e outros registros policiaisⁱⁱⁱ.

Desde o final do século XIX vêm sendo sedimentadas em nossas subjetividades certas características modelares sobre determinados segmentos que constituem a pobreza em nossas cidades, como se fossem aspectos inerentes à essência desses mesmos segmentos. Inicialmente são os negros, mulatos, mestiços e, posteriormente, todos aqueles que, habitando os chamados ‘territórios dos pobres’, passam a ser classificados como diferentes, carentes, incapazes e potencialmente perigosos, os quais representam ameaças para as classes dominantes, levando, portanto, a medidas de controle ou eliminação. Negri^{iv} nos diz que “uma medida natural é imposta ao escravo; uma medida de exploração do trabalho é imposta ao proletário: por todo lado é a desmedida da prática do eterno por parte do pobre. [...] Ou seja: a miséria deve aceitar a imposição da exploração do trabalho; a ignorância deve submeter-se às regras do saber. [...] Quanto mais o proletário explorado (pobre na idade moderna) entra na produção, e nela se qualifica, quanto mais ele é absorvido no consumo (ao contrário do escravo), mais violência deve sofrer [...]. [...] o pobre é o excluído, e essa exclusão está ‘dentro’ da produção do mundo”.

A formulação de tais medidas, no Brasil do início do século XX, foi fortemente apoiada pelo movimento higienista, que propôs uma concepção urbanista baseada na medicina social francesa e que no Brasil ganhou maior visibilidade com a política do ‘bota-abaixo’ no Rio de Janeiro do prefeito Pereira Passos, que pregou a eliminação das classes e territórios perigosos como

forma de limpeza do corpo urbano. Cavallaro^v lembra que: “no Brasil, sob a direção inicial do Prefeito Francisco Pereira Passos e depois de outros governantes cariocas, a aplicação desse pensamento e o desejo de reproduzir as suas manifestações levam à expulsão de vendedores ambulantes, engraxates e outros das classes populares das vias públicas e, por conseguinte, o desenvolvimento das favelas, cena das mais violentas violações dos direitos humanos [...] no Rio”.

Contra a formação e crescimento das classes perigosas, são adotadas decisões com o objetivo de referendar políticas de assepsia àqueles que não eram bem-vindos aos ideais da burguesia em ascensão no país. São políticas públicas e produções de subjetividades que propuseram intervenções radicais e operações policiais para a eliminação das habitações coletivas e para a remoção dos pobres do centro da cidade. É dessa época, portanto, o fortalecimento do conceito de classes perigosas. Perigosas porque pobres, por desafiam as políticas de controle social no meio urbano e por serem propagadores, em potencial, de doenças. Portanto, não humanos. Desse modo, tal movimento mobiliza os mais diferentes setores da sociedade, como a família, a escola, o trabalho, o direito, a arquitetura, a estatística, a sociologia, a antropologia, a medicina, a psicologia e a polícia, que indicam e orientam como todos deveriam se comportar, comer, dormir, trabalhar, viver e morrer. Sempre para “proteger” as elites das não elites.

Que relações teriam a história de habitações populares, varíola e febre amarela no final dos mil e oitocentos e os discursos sobre proteção, de hoje? Que paralelo poderia ser traçado entre o movimento higienista e os atuais discursos e intervenções no campo da segurança pública? Ou, ainda, de que modo o movimento higienista afirma uma estreita ligação e um raciocínio linear entre pobreza e criminalidade a ponto de, ainda hoje, nos perguntarmos se estar à margem da sociedade não significa estar penalmente implicado? Como nos diz Cecília Coimbra^{vi}: “[...] também hoje [...] estão sendo produzidos ‘novos inimigos internos do regime’: os segmentos mais pauperizados; todos aqueles que os ‘mantenedores da ordem’ consideram ‘suspeitos’ e que devem, portanto, ser evitados e, mesmo, eliminados. Para esses ‘enfermos’ – vistos como perigosos e ameaçadores – são produzidas ‘identidades’ cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. [...] A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser

eliminada. Eliminação não por sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os ‘olhos, ouvidos e narizes’ das classes mais abastadas”.

A ordem social não é caracterizada como a efetiva consolidação das mínimas condições de cidadania para todos, mas sim como defesa do direito de consumo de alguns. Será isso o que Wacquant denominou como “a remediação de um ‘mais Estado’ policial e penal a um ‘menos Estado’ econômico e social”?

É quando as questões sociais tornam-se questões de polícia. Os “inimigos” da ordem são estes que ousam transpor as barreiras do consumo e estão continuamente expostos à violência – esta inserida numa tradição nacional secular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que foram fortalecidos por duas décadas durante a ditadura militar, onde a luta contra a “subversão interna” era disfarçada em repressão aos opositores do regime. Tudo isso, para “proteger”.

Vou lhe contar uma coisa: sou psicólogo. De um modo geral, eu e meus colegas de profissão temos “saído bem na foto”. É, todo mundo olha e acha que estamos no mundo para “fazer o bem” (a gente acha isso também!). Intervimos para proteger, para promover o bem comum. E assim a gente vai inventando um monte de coisas. Queremos “curar” os homossexuais, para que eles não sofram de homofobia. Medimos o grau de periculosidade de presos (e assim, impedimos que eles saiam do regime fechado para o aberto, por exemplo) para que a sociedade não conviva com psicopatas. E os que além de criminosos são também loucos? Esses não saem nunca mais dos manicômios judiciários. Sofrem de uma periculosidade que não cessa, imagina!

A própria insegurança, que parece ser um vetor dominante na economia subjetiva atual, é forjada dentro de um contexto histórico bem determinado. Castel^{viii} afirma que as sociedades modernas são construídas sobre o terreno da insegurança porque são sociedades de indivíduos que não encontram, nem em si mesmo, nem em seu entorno imediato, a capacidade de assegurar proteção. Olha você aí de novo, dona Proteção! O autor dirá que o sentimento de insegurança é produzido através da promoção do indivíduo como centralidade da modernidade, segundo uma expectativa socialmente construída de proteções e as capacidades efetivas desta sociedade em praticá-las.

A produção da insegurança nas subjetividades contemporâneas é eficaz ao substituir os possíveis atravessamentos socio-

políticos por indivíduos/segmentos da própria sociedade que serão alvo de perseguição e repressão por parte do controle social repressivo. Assim, a partir do vetor da insegurança, podemos destacar algumas das principais características da subjetividade contemporânea no Brasil, acredito. Localizar que discurso é esse: percebê-lo como não sendo natural e problematizá-lo. Será isso, então, o que devemos fazer?

O higienismo continua presente, em nosso atual cotidiano. Culpabilizam-se nossos pobres ao mesmo tempo em que mecanismos de proteção são desenvolvidos em ruas particulares e condomínios fechados. Desse modo, segurança passa a ser sinônimo de isolamento, onde o outro é potencialmente um invasor, um violador da intimidade. Ordem significando, assim, falta de contato (Sennett^{viii} já nos falava sobre isso!). Chico Buarque de Holanda^{ix} certa vez nos disse que “o medo da violência na classe média se transforma também em repúdio não só ao chamado marginal, mas aos pobres em geral, ao sujeito que tem um carro velho, ao sujeito que é mulato, ao sujeito que está mal vestido. Toda essa indústria da glamourização, de quem pode, de quem ostenta, de quem torra dinheiro – enfim, ser reacionário se tornou de bom tom. As moças bonitas no meu tempo eram de esquerda. Hoje são todas de direita (risos)”. Medo como operador político. Será essa a mensagem do nosso Chico? Olha aí, o meu guri!

Hassoun^x nos lembra que “o próprio processo de subjetivação procede do encontro com o Outro”. De que outro estamos falando e para quais outros (e contra outros tantos outros) são desenvolvidos os discursos de proteção?

Ser um humano, para o liberalismo – concepção surgida historicamente a partir da modernidade – significa ser um ‘indivíduo’, *indivisum in se* (uno, único) e *divisum a quolibet alio* (separado de todo o resto). Podemos pensar, ainda, o humano como ‘parte de um todo’, ‘peça de uma máquina’, um humano não singular, definido pelo coletivismo e totalitarismo de base comteana e durkheimiana. E, ainda, o humano como relação, um singular que não pode existir sem o outro. Mais uma vez Hassoun^{xi}: “Do mesmo lugar se enunciam a percepção do estrangeiro, sua objetivação e a vontade de seu aniquilamento. Essa dupla enunciação contraditória começa então por afirmar: ‘Há o diferente. Nem todos os objetos, lugares e indivíduos são equivalentes’, para chegar a ‘Retirem-nos de meu campo de visão, aprisionem-nos para que eu possa reconhecê-los, para que eu

possa respirar, encontrar meu espaço e meu ar, expulsem-nos'; para, finalmente, ordenar: 'Massacrem-nos'".

Desse modo, é sempre relevante (re)lembrar os jogos políticos e os processos de subjetividade que se fizeram presentes durante a vigência da Doutrina de Segurança Nacional em nome da "segurança do regime" que não podia tolerar os "antagonismos internos". Toda e qualquer oposição que pudesse abalar essa segurança deveria ser punida, assim como os "diferentes" eram percebidos como inimigos da pátria e deveriam, por isso, ser evitados, calados, exterminados. Os inimigos do regime, principal alvo da política de segurança, eram principalmente os comunistas, mas também se estendiam às classes populares e todos aqueles que não se enquadravam nos projetos de ascensão social que deveriam ser fortalecidos pelo modelo do "milagre econômico" em detrimento da participação nas decisões políticas do país. A família torna-se o principal alvo das máquinas sociais produtoras de subjetividades, pois seria dentro de seu ambiente estruturado que deveria ser iniciada a prevenção contra os inimigos da pátria. Os filhos "desviantes" seriam aqueles que questionavam o sistema, não estavam adequados aos padrões de subjetividade propostos e, portanto, eram eleitos inimigos da ordem social. Foram reforçados, dessa forma, modelos individualizantes de família e de homem, que deveriam voltar-se para si mesmos e negar qualquer participação coletiva, com a privacidade e o intimismo fortalecidos como os domínios seguros contra os perigos do mundo.

Portanto, para os filhos desviantes e para a família destruída um exército de especialistas do psiquismo foi (é, e será) convocado. Estes, comprometidos com a manutenção da ordem e com o restabelecimento de subjetividades que ousavam (ousam) se singularizar, que desejavam (desejam) outros territórios subjetivos que não os socialmente propostos, remeterão ao privado e ao intimismo toda motivação de confronto com a ordem estabelecida. Essas práticas legitimadas como científicas – portanto, neutras – "psicologizavam" o político, naturalizavam formas de ser e estar no mundo, fazendo com que se acreditasse que os desviantes necessitavam de tratamento (psicológico ou moral, ou ambos) e, se continuassem a negar os modelos dominantes, deveriam ser neutralizados para a segurança da ordem. Será que essa é a história de um passado que já se foi?

Para finalizar: em seu nome e em nome do seu amigo (ao qual envio lembranças), o senhor Cuidado, muitas formas de sofrimento e exclusão tem sido produzidas. Deixo aqui, então, meu último pedido: deixe-nos viver, com nossos riscos. Lembrando Deleuze^{xii}: Um pouco de possível, por favor. Senão sufocamos.

Até!

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

P.S.: Não escrevi esta carta sozinho. Muitos autores – muito estimados por mim – assinam junto comigo. Caso você, que está agora nos lendo, queira consultá-los, fique à vontade. As referências seguem logo aqui em baixo.

ⁱ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 1, p. 2.

ⁱⁱ LOBO, L. F. *Os infames da História: a instituição das deficiências no Brasil*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997. p. 302.

ⁱⁱⁱ BICALHO, P. P. G. *Subjetividade e Abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

^{iv} NEGRI, A. Alma Venus, prolegômenos sobre a pobreza. In: NEGRI, A. *Kairòs, Alma Vênus, Multitudo: nove lições ensinadas a mim mesmo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 123-126.

^v CAVALLARO, J. L. Prefácio – Discursos para insegurança pública. COIMBRA, C. M. B. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Niterói: Intertexto, 2001. p. 13.

^{vi} COIMBRA, C. M. B. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Niterói: Intertexto, 2001. p. 58.

^{vii} CASTEL, R. *A ordem psiquiátrica: a Idade de Ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

viii SENETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na organização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

ix HOLANDA, C. B. Querem exterminar os pobres do Rio. *Folha de São Paulo*, 26 dez. 2004. Folha Ilustrada.

x HASSOUN, J. O estrangeiro: um homem distinto. KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998. p. 84.

xi HASSOUN, J. O estrangeiro: um homem distinto. KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998. p. 92.

xii DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

AOS PSICÓLOGOS EM ATUAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

E escrever cartas é amadurecer pensamentos, num exercício de encarrilhar ou, numa linguagem interiorana, de *acuierrar** ideias que serão degustadas por outros. Muitos utilizam a escrita para consumo próprio, não liberam suas cartas para serem provadas. Outros, menos reservados, socializam o banquete, endereçando-as a outros. Escrever tem esta potência: tornar pensamentos inteligíveis/comestíveis; dar condições para que possam ser partilhados/provados por diferentes leitores. E, claro, ao mesmo tempo é impotente, pois encarrilha/orienta a condição de soltura inerente ao pensar. Considerando esse quadro em que se inscreve uma carta, de potência(s) e de impotência(s), resolvemos *acuierrar* o processo de nossas ideias para que, ao serem degustadas por outros, possam, quem sabe, provocar outros amadurecimentos que poderão vir a nos inspirar numa fartura de ideias.

Nesse tom de entusiasmo é que o mote da carta, seu assunto, é tornar comestíveis as seguintes questões que muito nos assolam nos últimos tempos: como nos constituímos sujeitos de direitos e como a psicologia se insere nessa produção subjetiva? É que nos colocamos a escrever... Já nos explicamos: aproveitamos a escrita desta carta para desabafar com vocês, também psicólogos, nossas inquietações relativas às atuações dos psicólogos no campo da garantia dos direitos, sobretudo, dos direitos sociais. Por isso a carta começa adotando uma estratégia de indagar quem são os sujeitos de direitos, como forma de tomar pelas beiradas a questão central apresentada.

A escrita desta carta vai amadurecendo pensamentos e nos levando ao seu endereçamento e também a seu objetivo: os psicólogos em atuação no campo das políticas públicas e sua inserção na constituição do sujeito de direitos. Isso quer dizer que, quando começamos a escrever, não sabíamos de seu endereçamento exato; a carta o foi escolhendo. E foi justamente essa estratégia de começar pelas beiradas que nos ajudou a definir o endereçamento da carta, uma vez que as visões que seguimos ao longo da escrita foram anunciando quem eram esses interlocutores. São os psicó-

* *Acuierrar* é um termo utilizado no interior do estado do Rio Grande do Sul para se referir ao processo de agrupamento das letras, que, pela leitura, formam palavras. Assim, a expressão “acuierrar as letras” é muito empregada para aludir ao processo de alfabetização.

logos em atuação nas políticas públicas que tomam o sujeito de direitos como “alvo” de intervenção.

Então, colegas Psis, é a vocês que compartilham os nossos questionamentos que endereçamos esta carta, mesmo achando em alguns momentos que também poderiam ser outros destinatários. Como já podemos adiantar, trata-se de uma carta que descreve processos de pensamentos. Por isso, permite-se contar os sobressaltos que acompanham diferentes visões produzidas pelo pensar coletivo (uma vez que somos três) e, da mesma forma, permite-se recolocar seu objetivo inicial. Esses sobressaltos, lá pelas tantas, nos farão convocar o filósofo francês Michel Foucault para que possamos avançar na compreensão de como a psicologia se insere no campo dos direitos e, claro, indagar pelos efeitos disso. Podemos adiantar que a entrada do filósofo na discussão nos “cutucará” a produzir outras formas de inserção no campo dos direitos humanos.

A primeira indagação sobre essa inserção da psicologia no campo da garantia dos direitos questiona justamente quem é o sujeito dessas intervenções, ou seja, o sujeito de direitos. Então? Quem é o sujeito de direitos? Essa primeira indagação abriu um campo vasto de visões. Num instante, visualizamos fragmentos da população brasileira. Colocam-se diante de nossos olhos alguns deles buscando um serviço de saúde; outros, irritadiços, buscando o atendimento do Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor); outros, parados, esperando o semáforo tornar a ficar verde; alguns agitados no recreio da escola; e outro simplesmente estendendo o braço para tocar o interruptor de energia para acender a luz. Seríamos todos sujeitos de direitos? Esta carta é escrita para ser degustada por todos? É o questionamento que se seguiu. São todos os habitantes deste país sujeitos de direitos? A vida em sociedade nos garante o *status* de sujeitos de direitos?

A resposta não estava mais diante de nossos olhos. De súbito, buscamos-na na institucionalização do direito moderno. A partir da leitura do jusfilósofo Norberto Bobbio (2004), fomos remetidas ao Contrato Social, aquele de J. J. Rousseau, portanto, para 1762. Nele, formulou-se a hipótese de um estado originário sem sociedade em que os “homens” viviam com as leis naturais, que não eram impostas por um superior, mas eram obedecidas em consciência. Fomos remetidas para o vazio; não havia referências para formular uma visão como tal. Esse contrato assinalaria que o “homem” tem direitos naturais que, enquanto naturais, são

anteriores ao poder do Estado e, portanto, devem ser reconhecidos, respeitados e protegidos por esse poder. Alívio! Retomamos a visão. Vimos a reviravolta na prática política que marcou aquela época, pois, ao afirmar que o “homem” tem direitos originários e anteriores à formação de qualquer grupo social, modificou-se a relação desigual que caracterizou a relação entre o governante e os governados até a Idade Média. Num instante, vimos todos os “homens”, os de peruca e os sem, recolocando-se e aprendendo a ver-se como iguais (uma visão utópica, um tanto forçada). Ao “homem” teriam sido conferidos direitos naturais – direitos adquiridos pelo nascimento. Bárbaro! Somos todos sujeitos de direitos. Estava resolvida a primeira questão. E aí pensamos, inicialmente, que a carta seria endereçada a qualquer um, pois todos são sujeitos de direitos.

Outra visão desprende-se dos olhos. A população brasileira de imediato aparece fazendo as primeiras coisas descritas acima, mas agora vemos fios entre esses sujeitos, emaranhados que os unem numa vontade de organização, de positividade dessas vidas. E, num instante, recordamos (de novo uma visão) um jogo em que o jogador tem a tarefa de criar uma cidade. O jogador deve montar tudo de que os habitantes terão necessidade para viver. Casas, prefeitura, supermercado, escola, creches, serviços de saúde, bancos/sistema financeiro, semáforos, sistema de coleta de lixo, vagas de emprego, sistema de segurança, salões de beleza, universidades, sistemas de transportes (hidrovias, ferrovias, man-ta asfáltica). Uma nova parada. Quem garantiria a vontade de organização, relativa à definição do Contrato Social, de positividade das vidas? Elas provêm de todos os sujeitos de direitos? Também é parte da natureza humana? Outras visões atravessam esta admirável sociedade brasileira. Os inadaptados entraram em cena, os delinquentes, os loucos, os refugiados. Bagunça no cenário do jogo, as coisas começavam a se desencaminhar.

Seria ainda nas formulações do direito moderno que buscáramos outros caminhos para seguir respondendo aos questionamentos. Disse o jusfilósofo Bobbio (2004) que a função primária do direito e da lei será a de comprimir, não a de liberar, de restringir os espaços de liberdade para que a segurança da coletividade seja garantida. O indivíduo singular é essencialmente um objeto do poder, pois obriga o sujeito de direitos a observar as leis. Mas como acontece isso de o sujeito de direitos ser obrigado a observar leis? Trata-se da assertiva que diz que, para ter direitos, é preciso ter deveres?

Outra indagação emerge: quem garantiria a observância às leis? De súbito, outra visão se formou; vários profissionais de outras profissões “liberais” – do serviço social, da pedagogia, da medicina e também, é claro, da psicologia, posicionando-se estrategicamente. A assistente social buscando convencer os renitentes moradores que teimam em permanecer vivendo nas ruas a irem para abrigos da prefeitura. A pedagoga insistindo e, lançando mão de suas ferramentas, a fim de acalmar o “desgraçado” do guri que não para sentado, por nada, na cadeira da sala de aula. Cansada e sem mais técnicas, a pedagoga o encaminha ao médico, que lhe receita uma medicação para TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), e, por fim, o guri se aquieta. A psicóloga que, em visita domiciliar, percebe que os moradores de diferentes casas do Projeto Minha Casa Minha Vida possuem conflitos de vizinhança, rapidamente organiza um Grupo de Resolução de Conflitos. Nossa colega passa a “produzir” entre os moradores uma vontade de “se dar bem” com o outro e, assim, avança na garantia de que os novos moradores serão bem adaptados ao local de moradia designado pelo governo federal. E mais: parece que o projeto de nossa colega é, ao garantir a efetivação do Projeto Minha Casa Minha Vida, a produção de novos hábitos e costumes de vida para essas populações. Nossa colega, em conjunto com as visitadoras do projeto, atua para que as famílias se adaptem à realidade de viver em uma casa com a seguinte distribuição de cômodos: cozinha, banheiro, dois quartos e sala. Questões do tipo, as roupas não devem ser guardadas na cozinha, as crianças não devem dormir no quarto do casal, a casa deve ser mantida limpa, os moradores da casa não podem vendê-la nem alugá-la, não podem alterar a construção da casa, não podem utilizar a casa para atividades de trabalho. Esses novos hábitos e costumes, como já amplamente discutidos na psicologia social, reforçam que o esperado no campo da garantia dos direitos é a adequação das diferentes populações a determinados modos de vida, caracteristicamente vivenciados pelas populações moralizadas.

Parece que um arsenal (arquitetônico, institucional, profissional, moral, normativo) se monta nessa cidade, nem tão ficcional, da tela dos videogames para o governo das vidas. Esse governo deve organizar e realizar o manejo dessas famílias para conduzi-las a caminhos moralizados, higienizados e produtivos de existência.

Outros questionamentos emergem desse campo de visões. Estaria a psicologia se prestando a direcionar os sujeitos a manter seu *status* de sujeitos de direitos (direitos de acesso à saúde, à alimentação, ao transporte, à educação)? Teríamos nós, inclusive os psicólogos sociais, com a atuação nas políticas públicas, construído as estruturas que vinculam direitos humanos a padrões normatizados de existência?

Um incômodo se apossa de nós. Nessas visões, identificamos claramente o processo de naturalização de nossas práticas no campo das políticas públicas. Visualizamos que temos feito pouco para questionar os efeitos de nossas práticas na produção da experiência subjetiva, pois nos deixamos envolver pelo ideal de garantia de direitos. Não avançamos na problematização dessas práticas que estabilizam a perspectiva de que garantia de direitos efetiva melhores condições de vida. Estivemos focados na luta pela garantia de direitos e não avançamos na análise dos aspectos normativos de nossas práticas nas políticas públicas. Diante dessa constatação, como nos remetermos aos sujeitos de direitos na escrita desta carta? Devemos dizer-lhes que continuem na luta por melhores condições de vida, por garantia de seus direitos, por acesso aos serviços disponíveis que os garantem em seus direitos?

É aqui que a escrita da carta ganha vida e efetivamente escolhe um endereçamento. O processo de escrita envolveu um jogo que, ao darmos forma às ideias, moldou a carta e lhe garantiu autonomia. As linhas já escritas da carta conduziram-na a rebelar-se contra nós, as remetentes. Era a própria atuação da psicologia que deveria ser colocada em discussão e, portanto, seriam os psicólogos em atuação nas políticas públicas os novos endereçados da carta. Num ímpeto de quase nos sentirmos em posição de sermos devoradas pela carta, resolvemos colocar na roda a atuação da psicologia nas políticas públicas para pensar como nos inserimos na problemática do sujeito de direitos. Até porque, além da ameaça iminente, percebemos que o endereçamento aos sujeitos de direitos e a busca por respostas sobre quem são eles levaram-nos, assim como à carta, a entender que a psicologia tem atuado no sentido de normatizar e enquadrar os sujeitos de modo a homogeneizar a experiência de si na forma de sujeito de direitos.

E foi assim que passamos a escrever para vocês, psicólogos. Bom, como já devem ter ouvido falar, na formação e nas leituras do campo das políticas públicas, a inserção da psicologia nessas políticas aconteceu fortemente a partir do movimento de cons-

trução de uma psicologia social de acordo com os entendimentos e necessidades brasileiras. É aquela história, lembram? De questionamento das bases europeias e estadunidenses da psicologia social, que deu condições, a partir da década de 1970, de América Latina produzir conhecimento de forma independente. Esse processo permite que o campo da psicologia se volte para as ações políticas e para a construção dessas ações. Como já sabemos, esse movimento insere os psicólogos no campo da intencionalidade política, ou seja, passamos a nos preocupar com as condições de vida dos sujeitos e a considerar a realidade em que vivemos como fator importante para a análise subjetiva. Foi um processo que nos aproximou dos movimentos sociais e das bandeiras de luta desses movimentos. O exemplo da saúde já é figura reconhecida para nós. A psicologia inseriu-se na Reforma Sanitária e, especialmente, na Reforma Psiquiátrica, trazendo, em conjunto com as demais ciências humanas, uma forte crítica ao modelo biologicista da saúde e ampliando os fatores condicionantes da saúde. Uma história bonita, não é mesmo? A história de uma psicologia social comprometida com as condições de vida e com a construção de autonomia dos sujeitos na busca de melhores condições de vida. Mas ela não termina por aqui... Assim como já anunciamos em outros momentos: a vida não é um conto de fadas. Não existem os finais felizes, o tal de “felizes para sempre”. A história de inserção da psicologia social nas políticas públicas não segue um rumo diverso. Ela não se encerra no momento em que nos aproximamos da discussão política.

Colegas psicólogos, a construção de uma psicologia politizada não a exime de questionar os efeitos de sua inserção nas políticas públicas, de cuja construção também é protagonista. É necessária uma desnaturalização da vinculação da psicologia social com as políticas públicas, deixando-se de tomar essa relação como evidência para colocá-la como um problema. Uma psicóloga social, Rosane Neves da Silva (2004), esclarece sobre esse ponto, dizendo que deixar de tomar algo como evidência para tomá-lo (no caso, a relação entre a psicologia e as políticas públicas) como problema faz com que deixemos de considerar essa relação como algo natural, e assim passamos a entendê-la como parte de uma multiplicidade historicamente datada e imersa em jogos de governamentalidade. Daí a coisa fica complicada, meus colegas, nessa aproximação da psicologia social com as políticas públicas, provocando uma essencialização dos efeitos das novas práticas.

O que isso quer dizer? Se passamos a tomar como evidência que a construção das políticas públicas e a garantia dos direitos são algo bom e um objetivo a se alcançar, isso visibiliza a dificuldade que temos tido, meus colegas, de suspender a realidade que estamos construindo nessas políticas e a nossa própria prática nessa produção para colocá-la como um problema. A partir dessa essencialização, ofuscamos nossa percepção e deixamos de considerar nossa prática e seus efeitos também como uma problemática. Ao colocar essa relação no campo dos jogos de poder que compõem a ontologia do presente, a relação entre a psicologia e as políticas públicas deixa de ser um “objeto natural”, e a história deixa de clamar por final feliz.

Percebemos que essa imersão na história da psicologia social levou-nos a fazer uma parada que propõe a nós, Psis em atuação nas políticas públicas, que indaguemos os modos pelos quais fomos historicamente produzindo e fortalecendo as amarras que vinculam psicologia, direito, Estado e sujeito de direitos para decompor os seus nós, a sua trama. Nesse sentido é que esse novo endereçamento esclarece o que queremos com a carta – o reposicionamento dos psicólogos em sua atuação nas políticas públicas.

Para isso, colegas Psis, talvez possamos entender o que estamos fazendo ou induzindo na formação desse sujeito de direitos inspirando-nos em Foucault (2010), quando ele faz um inventário de sua trajetória político-filosófica. Em seu percurso, ele articulou alguns determinados focos de experiência (foi assim que ele chamou a loucura, a doença, a criminalidade, a sexualidade...) em nosso meio para analisá-los. A esse inventário, ele chamou de um projeto de fazer uma história do pensamento, realizado no penúltimo ano de suas aulas no Collège de France, mais precisamente para iniciar o curso de 1983 na aula de 5 de janeiro.

Assim como nós, neste momento de parada, buscamos inspiração em Foucault (2010), ele também, meus amigos, recorre a um pensador-chave para as mudanças de pensamento que ocorreram na modernidade: Immanuel Kant. Nesse momento, Foucault (2010) busca um pensar a si mesmo no radicalismo temporal da atualidade. Falamos em um radicalismo temporal porque a ele importava entender o tempo presente, muito longe daquela noção apregoada pela filosofia da história em que o progresso da razão humana e a completude perfeita do homem em estágios evolutivos vão se concretizar em algum momento no futuro. Não, nada disso! Ele se joga na questão “o que acontece agora?”, a par-

tir do texto kantiano “Was ist Aufklärung?” (“O que é o esclarecimento?” ou “O que são as Luzes?”). Bom, talvez seja importante entendermos as condições em que Kant elaborou esse texto e o que nele propõe, para assim podermos também nos situar quanto às análises de Foucault, não é? Pois bem, esse texto kantiano foi uma resposta-manifesto à revista *Berlinische Monatsschrift*, em 1784, conclamando todos a uma recusa, a um basta!

É preciso localizar esse momento. Estava-se já em movimentos de revolução. Cinco anos depois, é sacramentada a Revolução Francesa. Então, vocês imaginem o quanto se alardeava entre todos a aspiração de liberdade. A situação política estava “aos pedaços”... com um corte absolutista decrépito e ausente das questões de Estado. É aí que Kant se coloca a pensar o que estava acontecendo naquele momento e busca responder à questão: o que é *Aufklärung*. O que Kant responde diz respeito à distinção de certo elemento no presente que faz algum sentido pensar, e aqui se trata de um pensar filosófico. Depois, que esse elemento é portador de um processo em curso e, por fim, que nesse processo o escritor ou filósofo, no caso, ele mesmo, faz parte desse processo.

E o interessante para nós pensarmos hoje a questão do sujeito de direitos é que ali, naquele texto, Kant aponta essa subjetivação pelos direitos, na medida em que o ideal de liberdade é motor para que as pessoas pensem sua realidade e sua condição de minoridade. Vejam que toda essa apresentação dos textos kantianos nós estamos colocando aqui a partir das análises de Foucault (2010), de seu inventário na aula de 5 de janeiro de 1983. Então, o que Foucault (2010) assinala de importante nos textos da *Aufklärung* é o que Kant pensa a partir desse momento de revolução, que é um entusiasmo pela revolução pelos que não estão diretamente fazendo as lutas revolucionárias. É um entusiasmo que indica justamente que “todos os homens (nesse momento) consideram que é do direito de todos se dotarem da constituição política que lhes convém e que eles querem”. Vejam que se instalava um pensamento que tomava a todos, principalmente os que presenciavam os efeitos da revolução e não estavam diretamente nas manobras revolucionárias. Constituía-se, nesse instante, uma subjetivação pelos direitos de todos. Estava aí na reflexão da *Aufklärung* o pensamento filosófico que nos faz indagar hoje sobre a constituição desse sujeito de direitos. Nessa medida, colegas psicólogos, esse acontecimento consolidaria um campo de subjetivação em que nos constituímos a partir de nossa percepção como

sujeitos de uma série de direitos – civis, políticos e, posteriormente à segunda Declaração dos Direitos Humanos, direitos sociais, culturais e econômicos.

Nessa resposta, Kant convoca todos para um rechaço à submissão perante as demandas privadas ou “menores” do regime aristocrático no séc. XVIII. Busca, com isso, certa obediência impessoal ou “maior” para se chegar à paz perpétua e mundial. É um projeto no qual Kant está implicado, mas que, ao mesmo tempo, tem um caráter teleológico. Já Foucault (2010), quando se põe a pensar o que está acontecendo, ou como ele se implica nos acontecimentos do presente, coloca em questão a tal da liberdade e como nos submetemos irrefletidamente às formas de governo ou tecnologias de si; com isso, ele se lança no embate das lutas consigo mesmo pela análise das amarras e formas de subjetivação contemporâneas. Ele vive o presente no acontecimento histórico. Para ele, não tem uma espera do futuro. O que resta é um *cuidar de si* na espera de uma diferença a partir do pensamento vivo, presente e encarnado. É uma indagação ético-política, buscando-se pensar nos acontecimentos do mundo ou em como as experiências da atualidade conformam os modos de ser.

Esse talvez seja um interessante viés para nossa inspiração... Aqui não é o caso de nos voltarmos para nós mesmos, na busca de uma interioridade ou de uma instância “psi” que dê conta de uma prescrição de como atuar ou fazer os mais adequados procedimentos para se garantir o melhor e mais adequado sujeito de direitos. Não, colegas Psis, importa, sim, colocar na ribalta o nosso fazer, as nossas práticas em um arranjo bem mais amplo. No arranjo dos acontecimentos, naquilo que está acontecendo. Afinal, a constituição de um sujeito de direitos se dá numa tal confluência, que nem imaginamos quantos elementos entram em jogo! São tantos saberes, são inúmeras estratégias de governo e, claro, incontáveis tecnologias de subjetivação, que não questionar a forma como nos agarramos a determinados “objetos” das ciências psicológicas utilizados no delineamento de muitas tecnologias, técnicas e procedimentos é referendar a inquestionabilidade do que se toma como verdades no acontecer dos direitos humanos.

Pois bem, mas que tal voltarmos para o balanço foucaultiano? Podemos ter mais algumas pistas para a nossa experiência com os sujeitos de direitos a partir das análises empreendidas por Foucault (2010) remetendo-se aos textos kantianos...

De alguma forma, o nosso pensador vê-se vinculado a uma das duas tradições filosóficas que Kant legou para a modernidade. São duas tradições críticas (apesar de só uma delas receber o título de “crítica”): uma, intitulada a tradição crítica kantiana, que se constitui e se desenvolve como uma analítica da verdade, que se coloca a questão: “quais são as condições de possibilidade de o conhecimento ser verdadeiro?”. A outra é a tradição filosófica da *aufklärung*/revolução, que se formula nas questões: “o que é a atualidade?”, “qual é o campo atual das nossas experiências?” ou, ainda, “qual é o campo atual das experiências possíveis?” – trata-se aqui de uma ontologia do presente. É a essa linhagem que Foucault (2010) se vincula nesse momento de inventário político-filosófico.

Daí, Psis, será que não teríamos também de, nessa parada, fazer um balanço e nos perguntar qual é o campo presente, tomado como experiência, da constituição do sujeito de direitos e da atuação do psicólogo nessa constituição? Como nos vinculamos, nessa caminhada de articulação com o direito, com as outras ciências e com as regulamentações do Estado? Foucault (2010), quando aponta esses focos de experiência sobre os quais se debruçou, diz que era importante visualizá-los como um ponto a partir do qual se constituíam saberes heterogêneos, que, por sua vez, funcionavam como matrizes de conhecimentos para a formação dos saberes; nisso, cabia, de acordo com o filósofo, identificar as práticas discursivas que podiam constituir matrizes de conhecimentos possíveis, estudando aí o jogo do verdadeiro e do falso em formas reguladas de veridicção. O segundo aspecto apontado por Foucault (2010) nesse balanço foi como analisar essa dimensão da experiência como um campo de procedimentos de governo, ou seja, de técnicas e procedimentos a partir dos quais se passa a conduzir a conduta dos outros.

Não seria interessante também nos questionarmos como fomos nos entrincheirando, ao aceitarmos a demanda de normatização do sujeito de direitos, pela via dos saberes – saberes estes que fomos formulando e potencializando – nesse campo dos direitos? Depois, não seria produtivo inventariar em que movimentos fomos instaurando e nos apropriando de técnicas e procedimentos feitos para conduzir a conduta das pessoas – e tudo em nome dos direitos que a criança, o jovem, a mulher, o idoso, o louco, o delinquente, etc., passaram a conclamar e a reconhecer – nesse campo de governo, que nós mesmos ajudamos a estabe-

lecer e a fortalecer, o campo dos direitos humanos? E, por fim, será que não teríamos que pensar, pelo menos, algumas formas pelas quais levamos essa criança, esse jovem, essa mulher etc. a se constituírem como sujeitos de direitos? Calma! Essa é uma longa tarefa... Não será aqui que elucidaremos todas essas questões...

Pois bem, Psis... Sabemos que esse é um campo – o dos direitos humanos – que já vem se estabelecendo desde a Revolução Francesa, o que significa que já se vão aí uns 220 anos, e que nós nos estabelecemos como cientistas da psique há pouco mais de 100 anos. É, trata-se de um período de acontecimentos que não é pouca coisa, mas é assim mesmo, fomos nos arregimentando nesse campo dos direitos em várias articulações e emergências que não são lineares, nem sincrônicas – ao mesmo tempo –, nem homogêneas – de uma mesma matéria ou característica. O interessante nesses momentos de balanço é justamente a parada que nos possibilita desfiar os diferentes fios que vão compondo a trama e como nos posicionamos perante os efeitos dessa trama. Não é o caso de nos colocarmos a favor ou contra, mas de abriremos o tecido para nos indagarmos como iremos utilizá-lo, quais as escolhas que faremos!

Com tudo isso, colegas Psis, o que gostaríamos nesta nossa caminhada junto aos sujeitos de direitos é que todos vocês (sabam que estamos incluídos aí!) fossem um pouco mais insubmissos. Que se tornassem um pouco mais clandestinos, um pouco mais ilegais ou mesmo refugiados em outras formas de amarração entre os sujeitos, menos “direitosas” e homogêneas... Que se tornassem talvez um pouco mais atentos aos interesses colocados em jogo, que analisassem as emboscadas das prescrições, das adaptações, do “saber especialista que autoriza”... Gostaríamos, ainda, que se visualizassem (assim como fizemos com nossas imagens) todas as lutas e embates políticos, as conversas e os estudos realizados numa caminhada em que já estiveram envolvidos para conseguir garantir um mínimo de condições mais dignas para a vida das pessoas através da conquista de direitos básicos (sobretudo os chamados direitos sociais). Que não tomassem como feito o debate em torno de um social – que, por sua vez, está sempre se recolocando em novos arranjos, novas e múltiplas demandas – e muito menos que não esquecessem que esses tais direitos humanos não estão aí desde sempre. Que as noções de direito e de humano foram se fazendo nos encontros e conexões estabelecidos em cada momento histórico, fixando-se em Decla-

rações por algumas condições que colocaram o “homem” como centro do pensamento de todas as coisas há alguns séculos. Por fim, diríamos para todos vocês que buscassem ser um pouco mais abertos ao imprevisível da existência e às invenções possíveis em tantos e inúmeros rumos para além do que já está garantido nos parâmetros legais.

Abraços e até o próximo encontro!

Lutiane de Lara

Neuza Guareschi

Zuleika Gonzales

P.S.: Abaixo, colocamos, ao modo acadêmico, as referências que nos serviram de apoio para os pensamentos materializados na carta.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*: curso do Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SILVA, R. N. Notas para uma Genealogia da Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 12-19, 2004.

CARTA PARA USUÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prezada Maria,

Somos pesquisadoras na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais especificamente do Departamento de Psicologia, sendo que nos últimos dois anos temos nos dedicado à pesquisa sobre as práticas dos psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras). Sabemos que a senhora conhece o Cras, pois foi através desse Centro que conseguimos seu nome e endereço, mas, por favor, não nos leve a mal, essa intromissão na sua vida tem um motivo, deixe-nos explicar.

Dentre tantas pessoas inscritas no Cadastro Único, escolhemos a senhora para conversar porque está vinculada à assistência social antes mesmo de ela ser considerada uma política pública, ou seja, antes da consolidação da Política Nacional de Assistência Social, que foi criada para garantir e reafirmar a assistência social como um direito do cidadão e responsabilidade do Estado. É, parece estranho, agora ao escrevermos nos demos conta de que a assistência social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado já estava garantida (ou não estava?) na Constituição Federal de 1988. Bem, se 15 anos depois da promulgação da Constituição foi preciso reafirmar o direito, talvez não estivesse garantido... Que confuso... Ah! Mas estamos nos lembrando agora daquele período...

Logo depois da promulgação da Constituição, o Brasil passou por um período de forte recessão, lembra? Foi no governo do Fernando Henrique Cardoso, período de crise intensa, com denúncias de corrupção e desvio das verbas do Ministério da Ação Social. Houve pouco crescimento econômico e os cortes de verbas ocorreram de forma mais dura nas áreas da educação, saúde, previdência, habitação e assistência social. Se, por um lado, a nova política social emergiu nesse governo, as ações no terreno da assistência social caracterizaram-se como clientelistas, assistencialistas e focalizadas. Essa é a análise feita por muitos estudiosos da área. Pelo que vimos, a senhora já estava vinculada aos serviços e programas da assistência social naquela época. Gostaríamos de saber se tem percebido mudanças no atendimento da assistên-

cia social. Perguntamos isso porque temos discutido sobre o que é ser usuário da assistência social: é um direito das pessoas, ou seja, significa que não é benesse do Estado? Será que é um favor àqueles que precisam de ajuda, como o pobre? Muitos dos nossos alunos estão convictos de que o Programa Bolsa Família estimula a preguiça e faz com que as pessoas não trabalhem.

Já que estamos falando no Programa Bolsa Família (PBF), gostaríamos de fazer algumas reflexões. Ele foi lançado em 2003, portanto, antes do Plano Nacional de Assistência Social, com a perspectiva de combater a pobreza e a fome no país. Prioriza a família como unidade de intervenção e destina-se às pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. É elogiado por muitos, mas também recebe críticas por ser considerado um Programa assistencialista, pois se caracteriza como transferência de renda. Se a Política Nacional da Assistência Social traz uma nova concepção de assistência social, que a considerada como um direito, como entender a contrapartida (condicionalidades) do PBF, nas áreas da saúde e educação? Pensamos que se o Programa fosse concebido exclusivamente como um direito social, por que a exigência de condicionalidades? Será que a própria qualidade do atendimento da saúde e da educação não dificultam o cumprimento dessas condicionalidades?

Falando nisso, Maria, esses dias, enquanto líamos uma revista (revista Carta Capital), encontramos uma reportagem que trazia como assunto o combate a pobreza mostrando, justamente, como o Programa Bolsa Família já ajudou a retirar mais de 30 milhões de brasileiros da pobreza absoluta. E ainda, que uma avaliação realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social mostrou que esse Programa de transferência de renda (ao contrário do que muita gente pensa) não desestimulou a busca por emprego. Mas, e a senhora, o que pensa sobre essa questão? A senhora sabia que, nos últimos anos, o Bolsa Família está entre os maiores investimentos do governo no campo da assistência social? Recentemente ouvimos, naquele programa de rádio chamado “A voz do Brasil”, que os investimentos na área da assistência social quase triplicaram em 16 anos e que, segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o gasto do governo federal em políticas sociais aumentou 172%, contribuindo para que a crise financeira que foi desencadeada em 2008 não tivesse um impacto tão grande em nosso país.

São tantas as opiniões, dona Maria, que às vezes imaginamos aquela brincadeira de cabo de guerra; numa das extremidades da corda aqueles que concebem a assistência social como um direito e, do outro lado, os que acham que é caridade. Apesar de a Política Nacional de Assistência Social já estar entre nós há alguns anos, acreditamos que a concepção de caridade está ganhando o jogo, mas a concepção de direito não larga a corda, eles continuam puxando, fazendo força... De qualquer forma, a corda deverá se manter estendida e oscilando por muito tempo.

O que a senhora acha? Como se sente como usuária da assistência social? Na semana passada estávamos nos perguntando sobre isso e recorremos à internet para procurar alguma coisa. Entramos no site do Ministério do Desenvolvimento Social e encontramos vários vídeos sobre a assistência social. Em um deles uma usuária dizia que gostava da abordagem dos Centros de Referência, pois ela podia se expor, dialogar e eles não a recriminavam. Ficamos surpresas e pensamos: “Por que eles a recriminariam?”. Ela depois dizia: *“Eu me sinto mais fortalecida, eu me sinto mais gente, eu me sinto mais um ser humano, com os pés no chão”*. Sabemos que não cabem recriminações, mas, como psicólogas, ouvimos um discurso bastante desqualificador em relação às famílias pobres, desde o número de filhos que têm, a maneira de criá-los, o número de companheiros que as mulheres possuem, enfim, a senhora deve conhecer bem.

Sabemos que para a senhora ser cadastrada como usuária da assistência social precisou responder a uma série de questões bem específicas sobre as suas condições de vida em termos materiais, renda, bem como sobre cada membro da família, não é? A necessidade de certificar tudo isso com documentos e a visita em sua casa devem-se ao fato de que a assistência social tem caráter universal, mas que, na prática, é para os mais pobres dentre os pobres. É por isso que se criam essas ‘coisas’ com uma série de perguntas, como o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que senhora teve que responder quando chegou ao Cras. Através dele o serviço identifica as famílias de baixa renda, aquelas que possuem uma renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos – por isso ele é chamado pelos profissionais de “porta de entrada da assistência”. É nesse sentido que um dos documentos mais importantes caracteriza os destinatários da proteção social básica como “famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente

da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade”. A senhora se reconhece como uma destinatária da assistência social? Em outras palavras: a senhora se vê assim?

Maria, considerando que essa questão de vulnerabilidade das famílias aparece em todos os documentos da assistência social, fomos pesquisar para tentar entender um pouco mais essa expressão. Encontramos um autor chamado Robert Castel. Ele diz que o estado de pobreza é o resultado de várias rupturas de vínculos, não está atrelada apenas à questão econômica. Então o que produz a vulnerabilidade é o efeito da integração (ou não) pelo trabalho e a inserção (ou não) sociofamiliar. Logo, ele cria o conceito de “desfiliação”, que conjuga o estado de precariedade do trabalho com a fragilidade do elo social; o processo de desfiliação é continuamente balizado pela chamada zona de vulnerabilidade.

A partir dessa leitura, Maria, começamos a entender porque a expressão “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” está presente em todos os documentos relacionados à assistência social. Assim, tanto as ações que enfatizam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, como as que enfatizam sua reconstrução, partem do pressuposto de que eles já se encontram fragilizados, inadequados ou fora da ordem esperada, necessitando de intervenções que os potencialize, permitindo que as famílias possam sair da zona de vulnerabilidade social na qual são caracterizadas. É nesse sentido que a principal estratégia do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) é a consolidação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos, destinados à inserção dos usuários em situação de vulnerabilidade social. Sei que pode soar estranho, Maria, mas é um modo de fazer com que as famílias convivam de modo mais adequado ou de outra maneira. Ou, ainda, fazer com que os modos de existência sejam mais homogêneos. Será por esse motivo que o psicólogo coordena tais grupos?

Ouvimos os psicólogos dizerem que é muito difícil conseguir formar esses grupos, pois os usuários pouco comparecem. Mas, entenda Maria, os Serviços também precisam prestar contas ao Estado; do contrário, não há repasse de verbas, e muitas vezes é por esse motivo que os Serviços ameaçam retirar o Bolsa Família daqueles que não comparecem. A senhora talvez se sinta vigiada, mas saiba que o psicólogo e o próprio Serviço também o são. É uma espécie de “todos vigiam todos”.

Maria, essa relação que fizemos entre o tal imperativo do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a zona de vulnerabilidade descrita por Castel é uma dentre tantas possibilidades, está bem? Até porque, se a zona de vulnerabilidade está atrelada à precariedade (ou ausência) de trabalho, é de estranhar o pouco investimento em programas voltados à geração de emprego e renda. A senhora ou seus familiares têm sido convidados (ou convocados) a participar desses programas? Maria, gostaríamos de saber a sua opinião sobre essas questões e gostaríamos que nos fizesse perguntas também, pois nos auxiliam a seguir.

Abraços,

Lílian Rodrigues da Cruz

Luciana Rodrigues

Textos citados:

CARTA CAPITAL. Bolsa Família não desestimulou procura por emprego, diz estudo. São Paulo, 17 out. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/bolsa-familia-nao-desestimulou-procura-por-emprego-diz-estudo/>>. Acesso em: 25 out. 2012.

CASTEL, Robert. A proteção próxima. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

VOZ DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.ebcservicos.ebc.com.br/programas/a-voz-do-brasil/transcricoes/a-voz-do-brasil-de>>. Acesso em: 04 set. 2012.

CARTA À INFÂNCIA

Vitória, 20 de setembro de 2012.

Querida criança,

E escrever esta carta é, para mim, uma tarefa difícil e ao mesmo tempo necessária. Sabe, depois de passar muito tempo na escola, a gente se acostuma a escrever de um determinado modo. Temos regras para escrever... Temos as palavras que devemos usar e as que não devemos usar. Palavras banais, palavras malditas, palavras “pobres”. Modos de escrever que são pobres, primários, “infantis”...

Escrever agora uma carta faz parte também do que eu gostaria de dizer livremente, porque queria escapar das regras a partir das quais a gente vai se acostumando a ver o mundo. Eu penso que uma criança, sob certo ponto de vista, pode me ajudar a ver o mundo de outra maneira, já que para falar a uma criança é preciso fazer um esforço de pensar como ela, de pensar esquecendo os “*a priori*”, **pensar desde o começo**. É como se o tempo que passa também freasse e convertesse a 360°, fazendo uma vertigem no pensamento, como a sensação na barriga ao descer nas montanhas-russas.

Assim, tenho para você uma pequena carta, com algumas perguntas e ideias que podem ser maçantes para você, mas que eu gostaria muito de lhe contar.

Então, começo com algumas perguntas que têm me tirado o sono há algum tempo.

Como a infância se tornou alvo de tanta “preocupação”? Como, figurada na criança, a infância passou a ter tanta visibilidade no tecido social contemporâneo? Como a infância passou a ser a “prioridade absoluta” nesta sociedade? E o que todo esse alarde tem produzido? O que temos feito da criança e com a infância?

Vou explicar o motivo de minha inquietude. O tempo após o nascimento nem sempre teve tanta importância na história ocidental. Poucas eram as designações para a criança no passado. O ser pequeno era visto como desprovido de discernimento de tudo, por isso não tinha sequer “personalidade”. Embora pudesse responder de forma longínqua, na mentalidade coletiva, por uma “esperança”¹, é certo que os infortúnios de um pequeno eram bem superiores aos dos adultos, sendo alvo de altíssimo índice

de mortalidade em toda a Europa. Os castigos físicos eram parte comum da educação daqueles de pouca idade e aos infantes pobres a situação era bastante pior. Na história marítima das embarcações portuguesas do século XVI, por exemplo, conta-se sempre com a presença de crianças pobres que, geralmente, tinham uma sorte trágica nos corriqueiros naufrágios ou mesmo nos maus tratos, nos trabalhos pesados, nos abusos sexuais, na fome e na sede a bordo².

Mas e agora? Oh, não, isso não mais acontece. Ou, pelo menos, não do mesmo jeito ou não acontece em qualquer lugar.

O século XX trouxe em forma de leis a garantia dos direitos infantis, primeiramente reconhecendo os pequenos como pessoas e depois como tendo peculiaridades relativas à “especial fase de desenvolvimento”. Em 1990, após muitos movimentos no Brasil, entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente³, e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Organizações das Nações Unidas foi assinada pelo Brasil integralmente. O Estatuto e a Convenção marcaram as transformações das políticas públicas voltadas a essa população no Brasil.

Então, podemos dizer que tivemos um final feliz? Bom, não é bem assim... Parece-me que tem algo no ar, sabe? Pulverizado, junto com um monte de outras coisas, e que não conseguimos nos dar conta muito bem...

Por exemplo, outro dia fiquei observando um menino pequeno que corria desenfreadamente rocha acima de onde se via o mar bater nas encostas e espumar-se no ar. Na beira do penhasco, ele parou, olhou e imediatamente desceu correndo e zigzagueando por entre as pedras e logo depois na vegetação rasteira que se aproximava da água fria. A criança avistou um passarinho que voava de uma árvore a uma pequena haste de madeira e desta até o chão. A criança então passou a segui-lo e persistiu em tal tarefa por vários minutos, mesmo quando o pássaro sumia por entre as árvores e depois reaparecia na vegetação rasteira e depois voava para os fios de alta tensão através do asfalto. A mãe, a certa distância, nesse momento gritou: “cuidado!”, quando urgia a “catástrofe”.

Naquele dia, fiquei horas em devaneio sem entender bem por que a cena havia se impregnado em mim daquela forma. Antes de dormir, pensei: a criança não para, não para de fazer... Ela explora os meios: suas qualidades, substâncias, potências, acontecimentos⁴. O mar batendo forte nas pedras e produzindo ondas espumantes. O navio de guerra da marinha adentrando mar

aberto, escoltado pelo helicóptero com sua cor verde escura e um barulho de chamar a atenção. Homens pescando calmamente naquele pacífico cheiro de maresia. Homens fotografando a paisagem. Árvores que não cessam de ficar no mesmo lugar e nem por isso parecem fáceis de serem “reconhecidas” pelos pássaros, pelas crianças, pelos homens. A criança não para de explorar os meios, fazendo trajetos dinâmicos e traçando mapas intensivos. Nos trajetos dinâmicos da criança, a catástrofe se anuncia. Mas o que uma criança nos apresenta como catástrofe? Será que estou indo longe demais? Mas se a criança, hoje, está a todo o momento sujeita a estar em situação de risco, não é disso que estamos falando? Correr demais é risco. Ficar sozinha em casa é risco. Ficar sozinha em casa com um homem adulto é risco. Atravessar a rua é risco. Brincar na rua é risco. Se os pais ficam “de mal” um com o outro ou com a criança é risco. Se a criança passa da hora de comer ou de dormir ou não vai à escola, tudo é risco. Por que a criança nos sinaliza riscos?

Digo da forma como a todo o tempo a infância é tratada. Ela está hoje no foco da atenção política. É sobre a criança que recai a educação por meio de exercícios; é sobre ela que se fala como aquele que precisa aprender a viver; é sobre a infância que se trabalham os desígnios, ou seja, os projetos de futuro. Tipo aquilo que Arnaldo Antunes canta no CD Pequeno Cidadão:

*Agora pode tomar banho
Agora pode sentar pra comer
Agora pode escovar os dentes
Agora pega o livro, pode ler [...]*

Parece que a criança representa o tempo que precisa ser colonizado. Colonizar o tempo? Ah, é tipo assim: quando a gente acha que tudo tem o jeito certo de se fazer e que tem de ser assim porque é assim que tem de ser e ponto final; ou quando a gente acha que tudo que acontece tem uma causa certa e que, por isso, se a gente conhecer a causa, a gente pode prever o futuro e assim fazer o que quiser com ele. É isso! Eu acho que cheguei ao ponto, porque penso que é aí que está a catástrofe! Pois logo, logo vemos que, por mais que nos esforcemos, não conseguimos realizar o projeto inteiro, completo, “perfeito”. Algo sempre sai dos eixos.

Está bem, vou resumir para que entenda aonde quero chegar: no final das contas estamos muito preocupados com a edu-

cação e o disciplinamento das crianças porque achamos que existe um caminho certo que se deve seguir para ser um cidadão útil à sociedade. Pode-se afirmar então que a criança hoje é pensada como “sujeito” pleno de sentido: aquele que necessita de atenção e cuidado especiais... Completando: para chegar a ser um **adulto normal**... Por isso toda essa história de “O que você quer ser quando crescer?” E blá, blá, blá...

Bom, tudo indica que a infância é uma **bênção de Deus, a esperança do mundo**, e também um **perigo**, especialmente quando não tem educação...

A esperança do mundo e o perigo não estão do mesmo lado aqui? Ora, esperança é futuro: alguma coisa vai dar certo no amanhã... Perigo também é futuro: alguma coisa vai dar errado no amanhã... É, eu suspeito que isso tudo é farinha do mesmo saco, é colonização do tempo. Mas também aposto que infância não é só isso. A infância nos faz ver que tem sempre algo no tempo que é imprevisível. E é isso que nos faz querer tanto colocar tudo em ordem. Quando tudo sai do lugar, quando algo desarruma a ordem, a gente tende a achar que isso é coisa de criança, de moleque. Na verdade, nós desqualificamos quem sai daquele lugar que a gente definiu como sendo o normal. Assim como a gente desqualifica a criança quando acredita que ela precisa de “certa” educação para ser uma pessoa de “sucesso”.

Lembrei-me de uma história de que gosto muito. Foi contada por um sujeito chamado Michel Foucault com o nome de “A vida dos homens infames”⁵. Ele diz que alguns “videntes” são desprezíveis para a sociedade em que vivemos. Por serem desprezíveis, não poderiam ser lembrados a não ser pelas ações que os fizeram proscritos, ou seja, exatamente pelo seu choque com o poder. Como assim? É tipo assim: estelionatários, autores de pequenos furtos, viciados em jogos de azar, mulheres adúlteras etc. são registrados na história por boletins de ocorrência policial ou processos judiciais. São, na verdade, pessoas “comuns” que jamais seriam lembradas, exceto pelos seus deslizes perante a lei, que Foucault apresenta como ações que resistem ao jogo de forças da modernidade, chocando-se com o poder. Também a criança entra em cena, senão pela sua utilidade como futuro cidadão de bem, pelos seus desvios à norma vigente, pelo seu choque com o poder. Afinal, não temos que disciplinar a criança o tempo todo?...

Eu gostaria de pensar na infância como uma experiência singular, uma experiência do tempo que não pode ser ordena-

do como passado-presente-futuro. Essa seria uma infância-risco como experiência que resiste ao poder disciplinar. Resistência que insiste e persiste e que escapa a cada novo passo estratégico do poder. Isso faz da infância o centro das atenções hoje, talvez. A infância-risco choca-se com o poder, desafia-o ao apontar o “milagre” da vida: a criação de mapas intensivos, potentes, transformadores das práticas. Milagre no sentido mágico da vida: tudo pode acontecer e nunca se sabe exatamente o que será; assim, a única coisa certa é o milagre, a própria vida.

Não à toa, Michel Foucault fala da “infantilização” dos doentes mentais e dos prisioneiros (acrescentaríamos a dos moradores de rua, dos usuários de drogas, dos “adolescentes em conflito com a lei” etc.), que “devem” ser tutelados, porque “não sabem o que fazem, ou fazem tudo errado, ou não tem juízo”.

Existe ainda outro sujeito, que contou outras histórias. O nome dele é Walter Benjamin. Ele diz que no século XIX vagavam pela cidade de Paris famílias de trapeiros⁶ (mulher, marido e filhos). À noite voltavam bêbados do vinho da barreira, aquele que era isento de impostos e encontrado nas tavernas da periferia francesa. Chocando-se com tudo que era entendido como de bom costume, de juízo, de classe, os trapeiros lembram as crianças em risco de hoje. Se os trapeiros abalavam o alicerce da sociedade no século XIX, as crianças em risco de hoje afrontam toda política de governo com sua “natureza” perigosa.

Walter Benjamin também fala da autoridade do velho conferida pela proximidade da morte⁷. Autoridade em Benjamin diz respeito ao compartilhamento da experiência. Esta, a experiência, é a vida comum encarnada, vivida no concreto em intensidade, aberta ao campo do sensível e por isso manancial de todo vir a ser. Que autoridade teria a criança? Se a velhice apresenta o velho, a infância apresenta a criança como seu personagem. Se, por um lado, a criança é produto de dispositivos de controle, por outro, operado pela resistência, o risco faz da criança experiência de vida. Suponhamos a figura do velho em relação direta e de codependência com a da criança... A autoridade da criança não poderia ser conferida pela sua proximidade com a pré-individualidade? Afinal, a criança é perigosa porque ninguém sabe o que será dela... O velho conta histórias e a criança as ouve. Ambos vivem a experiência e movimentam o mundo das formas ao traçarem mapas de intensidade que rompem com os contornos definidos pela norma e pelo normal. Benjamin diz que a experiência é potência trans-

formadora presente na tradição. Para ele, tradição está longe de ser representação ou repetição mecânica do mesmo. Em vez disso, a tradição⁸ fala da repetição **do novo**. Uma vez ouvi um padre dizer, por ocasião do Natal, o seguinte: “Nasce uma criança, tudo começa **de novo!**”. O novo nosso de cada dia, que a experiência traz. Assim, a criança também narra a tradição.

Escrevo, criança, como quem se recusa a sucumbir diante do sequestro da experiência da infância. Espero que não me deixe...

Gilead Marchezi Tavares

PS: Você reparou uns numerozinhos em cima de algumas palavras? É que há umas coisas que eu precisava dizer, mas que iriam atrapalhar a ler a carta. Então, eu estou colocando aqui embaixo. Acho que pode ajudar a entender algumas partes do texto.

¹: Quem falou disso foi a Mary Del Priore no livro *História das crianças no Brasil*, no ano de 2010, da Editora Contexto, que fica em São Paulo.

²: O estudioso Fábio Pestana Ramos pesquisou a “A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI” e escreveu sobre isso no livro que a Mary Del Priore organizou e que eu citei logo acima.

³: Esse estatuto, que é a lei que rege os direitos e os deveres das crianças e dos adolescentes no Brasil, veio para dizer sobre como tem de ser a “proteção integral” à criança e ao adolescente e substituiu o antigo Código de Menores.

⁴: Eu li sobre isso no livro *Crítica e clínica*, de um filósofo francês chamado Gilles Deleuze, que eu gosto muito de ler. Esse livro foi publicado pela Editora 34, lá de São Paulo, em 1997.

⁵: Michel Foucault escreveu isso em 1977 e eu li no livro chamado *Ditos e Escritos: Estratégia, poder-saber*, que foi publicado em 2006 pela Editora Forense Universitária, do Rio de Janeiro.

⁶: Walter Benjamin escreveu sobre as famílias de trapeiros depois de ler o poema “O vinho dos trapeiros” do poeta Charles Baudelaire. Eu li isso no livro chamado *Charles*

Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo, publicado pela Editora Brasiliense em 1997.

⁷: Já isso, Walter Benjamin fala no livro *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*, publicado em 1996, também pela Editora Brasiliense.

⁸: Acho importante lembrar que Walter Benjamin acredita que a experiência não é mais possível na modernidade, e por isso ele anuncia que a tradição também foi perdida, porque ela era transmitida pela experiência.

CARTA AO GT TECNOLOGIAS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Queridas companheiras e queridos companheiros de grupo,

E escrever carta, para mim, significa compartilhar emoções, pensamentos e reflexões que me habitam. Esta carta tem a intenção de dividir com vocês algumas questões que tenho pensado, a partir do encontro que tivemos em Belo Horizonte.

Quando compartilhamos nossos temas de estudo e cenários teórico-metodológicos, muito me instigaram duas questões levantadas por vocês: (1) Podemos pensar a política pública como processo, sem separar a formulação da sua implementação? (2) Há uma diferença quando a política pública encontra seu alvo? Assim, inspirada nessas duas questões é que escrevo esta carta, permitindo-me partilhar algumas ideias em construção.

Um ponto parece ser consenso entre nós: as políticas públicas são colocadas em ação não só por ocasião da sua execução, mas também no ponto de sua formulação, ou seja, não podemos separar a formulação da sua implementação. Mas, então, seria necessário sempre abranger todo o processo? Não poderíamos simplesmente considerar as marcas da formulação presentes no momento de sua implementação em um determinado local?

Tomando a Teoria Ator-Rede (TAR) como uma caixa de ferramentas, no sentido atribuído por Michel Foucault e Gilles Deleuze, quando conversaram sobre os intelectuais e o poder, esboço algumas pistas que me parecem interessantes no sentido de contribuir para levantar algumas questões relacionadas à cartografia de políticas públicas, para compartilhar com vocês.

Como já indicou Marcia Moraes, no relatório do nosso GT, do ponto de vista da TAR não há a distinção entre a “ponta” e o “centro” da formulação de uma política pública. Não teríamos, portanto, nenhuma estabilidade *a priori*, garantida por um centro normatizador que esteja fora do campo imanente dos processos de agenciamentos que a configuram.

Entendo agenciamento como certo modo de funcionamento de um plano coletivo, que surge como plano de criação, de coengendramento de seresⁱⁱ. É importante que consideremos, na configuração dos agenciamentos, além dos humanos, também os não humanos, pois os equipamentos, os materiais, as estatísticas, os dispositivos tecnológicos, dentre outros, não são passivos,

nem submetidos às ações humanas, mas atores que produzem efeitos na rede onde estão vinculados.

As políticas públicas podem então ser concebidas como constituição processual e histórica, a partir das posições dos atores que as constroem num jogo de poder cotidiano. Poder concebido como efeito e não causa, pois não se trata da vontade imposta aos demais, mas em vontades parcialmente estabilizadas na redeⁱⁱⁱ. Estabilização que acontece por meio do processo de tradução, quando alguns atores conseguem tornar comuns os diferentes interesses dos diversos atores.

Vocês podem perguntar: como entender essas diferenças de poder entre atores na construção e estabilização de uma rede? Uma possibilidade que temos é de compreendê-las como diferenças produzidas por assimetrias na rede^{iv}, ou seja, como tessitura de pontos de convergência, nomeados por Bruno Latour de centrais de cálculo, que recebem inscrições^v vindas de outros pontos da rede, acumulam, agregam e recombina esses registros e os colocam novamente em circulação. Essas centrais constituem-se como nós da rede, como pontos de passagem obrigatória, e a circulação constante das inscrições estabelece uma relação de dominação, do tipo centro-periferia^{vi} com os demais pontos da rede. Um exemplo de central de cálculo é a organização responsável pela coleta de dados estatísticos cujas inscrições permitem combinar textos, desenhos, fotografias e cálculos de fontes diversas^{vii}, o que torna possível compreender relações que se estabelecem entre diferentes elementos.

Dito de outra forma, podem se estabelecer relações de dominação entre as agências, nas quais algumas delas conseguem impor formas de agenciamentos sobre outras formas ou mesmo excluir outras agências^{viii}.

No entanto, mesmo que alguns participantes imponham a sua presença com força, exercendo pressão sobre os demais, a situação pode mudar rapidamente e de forma inesperada haver nova estabilização das relações de poder. A distribuição dos atores no primeiro e segundo plano pode se modificar também: os atores invisíveis tornam-se visíveis e vice-versa. Portanto, essas assimetrias e dominações são provisórias, pois a todo o momento a rede pode se reconfigurar e a distribuição de poder entre os atores pode se modificar^{ix}. Ou seja, sempre pode ocorrer o deslocamento de velhas coerções provocado por novas coerções^x.

Conceber as políticas públicas como redes significa defini-las como efeito de processos de composições e associações que lhes conferem formas sempre provisórias; seus elementos são híbridos, seus contornos variáveis, suas propriedades não são fixadas de uma vez por todas, suas identidades resultam das interações em curso^{xi}.

Podemos considerar a composição das políticas públicas em forma de rede tanto no momento de sua formulação, enquanto ainda conceitos, diretrizes e definição de ações estão em disputa pelos atores, como no momento de sua implementação, que se dá com a entrada de novos atores na rede. Assim, essa concepção de política pública remete à cartografia das associações entre os múltiplos atores, que dispõe de diferentes interesses, estratégias e recursos para o estabelecimento e desenvolvimento de projetos. Essas associações abrangem vinculações entre atores estatais e não estatais em diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional.

Para tentar avançar um pouco mais em minhas reflexões, retomo as perguntas iniciais: é necessário sempre abranger todo o processo da política pública, desde a sua formulação? Não poderíamos simplesmente considerar as marcas da formulação presentes no momento de sua implementação em um determinado local?

Se considerarmos que as ações coletivas de uma rede são definidas permanentemente e localmente, a partir de um jogo de associações e composições marcadas pela reciprocidade, as quais envolvem todos os elementos da rede, o estudo da sua configuração local e as singularidades presentes torna-se muito interessante. Como exemplo, cito a pesquisa que fiz, em 1999, sobre práticas de atendimentos voltadas às crianças e adolescentes da cidade de Xanxerê (SC)^{xii}. Na implementação de políticas públicas para essa população, identifiquei dispositivos de formatação e homogeneização como: necessidade de apresentação de projetos específicos com utilização de noções e nomeações pré-determinadas; legislações e normatizações vigentes; contratação e orientação dos técnicos pelas agências financiadoras/formadoras. No entanto, esses dispositivos não garantiram que as práticas se concretizassem tais como foram concebidas, pois no cotidiano outros dispositivos entraram em ação: a relação que se estabelecia entre educador e educando; as regras instituídas e colocadas em funcionamento nos estabelecimentos; a flexibilidade ou rigidez na forma dos atendimentos propostos; as maneiras como as crian-

ças e adolescentes se colocavam frente ao atendimento proposto, dentre outros.

Por outro lado, para compreender o funcionamento de um agenciamento, precisamos descrever a sua história^{xiii}. Assim, além de todas as questões locais relacionadas à política pública em questão, é importante que consideremos e conheçamos toda a rede e sua história, abrangendo também a sua formação. Pois aquilo que age no mesmo momento em um determinado lugar provém de numerosos outros lugares, de numerosos outros momentos e de atores heterogêneos^{xiv}.

No entanto, é impossível listarmos, ao mesmo tempo, todos os atores de uma rede, pois, em um curso de ação, apenas algumas entidades são visíveis em um dado momento, portanto não é possível realçá-los ao mesmo tempo, já que são numerosos demais e fazem parte de maquinarias complicadas, que se tornam invisíveis em certos momentos quando cumprem o papel de intermediários^{xv}.

Vocês podem agora me questionar: se devemos considerar tantos elementos presentes, como iniciar a cartografia de uma política pública? Instigada por essa pergunta, que também me fiz, li o texto da Rosa^{xvi}, que me possibilitou, de forma resumida, esboçar quatro passos que podem nos ajudar na realização da cartografia de uma política pública: (1) buscar uma porta de entrada na rede que tece a política pública em estudo e de algum modo participar de sua dinâmica; (2) identificar aqueles que falam pela rede (porta-vozes) e também as vozes discordantes; (3) acessar os dispositivos de inscrição, ou seja, os registros que materializam a política pública, como placas de identificação, legislações, cálculos, documentos diversos; (4) mapear as relações que se estabelecem entre os diversos atores, os nós que compõem a rede socio-técnica e as traduções implicadas em suas ações.

Conhecer a ação de atores implica conhecer o que circula na rede. Desse modo, as relações são mais interessantes que os pontos relacionados. Para a TAR, o importante é conhecer o que faz com que um ponto se ligue a outro, o que é transportado entre eles, como ocorrem os deslocamentos, qual a natureza do que se desloca, o que está sendo fabricado como identidade. O foco teórico e metodológico no que circula possibilita conhecer de que matéria o social está sendo feito e seguir sua dinâmica^{xvii}.

Outro ponto que me parece importante é o momento no qual entramos na rede e aproveitamos para investigar: qual a situ-

ação da política pública em questão? Tornou-se uma caixa-preta: a rede está estabilizada e não há presença de controvérsias? Ou permanece ainda uma caixa-cinza: a rede não conseguiu se estabilizar e as associações ainda estão bem visíveis?

Também me parece importante considerarmos que o fato de políticas públicas serem frequentemente fonte de controvérsias e conflitos facilita a sua cartografia, pois as controvérsias dão visibilidade às associações dos atores e ao que está em disputa na rede, auxiliando na compreensão dos processos de construção e estabilização de confiança, cooperação e conflito nas relações que as configuram.

Bem, essas são algumas questões que tenho pensado e conto com vocês para problematizá-las e complementá-las ou mesmo para levantar outras questões que me possibilitem caminhos impensados.

Agradeço a oportunidade de escrever esta carta e partilhar um pouco das minhas reflexões com vocês, pois o movimento de levantar questões e buscar pistas para dividir com vocês gerou grande aprendizagem.

Irme Salete Bonamigo

P.S.: Diversos autores me auxiliaram na construção das reflexões que compartilhei com vocês. Para facilitar, fiz uma marcação com números que corresponde à relação que consta a seguir:

ⁱ FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

ⁱⁱ DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

ⁱⁱⁱ CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: KNORRCETINA, K.; CICOUREL, A. (Eds.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981. p. 277-303.

^{iv} LATOUR, B. Les ‘vues’ de l’esprit: une introduction a l’anthropologie des sciences et des techniques. *Culture Technique*, n. 4, p. 5-29, 1985. Especial.

^v O termo inscrição refere-se a “todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num arquivo, num documento, num pedaço de papel, num traço. Usualmente, mas nem sempre, as inscrições são bidimensionais, sujeitas a superposição e combinação. São sempre móveis, isto é, permitem novas translações e articulações ao mesmo tempo em que mantêm intactas algumas formas de relação. Por isso são também chamadas móveis imutáveis, termo que enfatiza o movimento de deslocamento e as exigências contraditórias da tarefa”. LATOUR, B. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Edusc, 2001. p. 350.

^{vi} É importante destacar que essa relação centro-periferia é produzida pela configuração da rede e diferencia-se da ideia de centro normatizador localizado fora do campo imanente dos processos de agenciamentos, citado anteriormente.

^{vii} ODDONE, N. et al. Centros de cálculo: a mobilização do mundo. *Informare*. Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 29-43, jan./jun. 2000.

^{viii} CALLON, M. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 19, jan./jun., 2008.

^{ix} LATOUR, B. *Changer de société. Refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.

^x NOBRE, J. C. A.; PEDRO, R. M. L. R. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. *Cadernos UniFOA*. Volta Redonda, ano V, n. 14, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/14/41.pdf>>.

^{xi} CALLON, M.; LAW, J. L'irruption des non-humains dans les sciences humaines: quelques leçons tirées de La sociologie des science et des techniques. In: REYNAUD, B. (Dir.). *Les Limites de la rationalité*. Paris: La Découverte, 1997. t. 2 - Les figures du collectif, p. 99-118.

^{xii} BONAMIGO, I. S. *Disciplina e exclusão: processos de institucionalização de práticas de atendimento voltadas às crianças e adolescentes pobres*. Chapecó: Grifos, 1999.

^{xiii} CALLON, M. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 19, jan./jun. 2008.

^{xiv} LATOUR, B. *Changer de société*. Refaire de la sociologie. Paris: La Découverte, 2006.

^{xv} LATOUR, B. *Changer de société*. Refaire de la sociologie. Paris: La Découverte, 2006.

^{xvi} PEDRO, R. M. L. R. Redes e Controvérsias: ferramentas para uma cartografia da dinâmica psicossocial. In: *VII Esocite – Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias*. Rio de Janeiro, 2008.

^{xvii} CALLON, M. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 19, jan./jun. 2008.

UMA CÂMERA NA MÃO E UM DISPOSITIVO NA CABEÇA: CARTA AOS PESQUISADORES

Fortaleza, 08 de dezembro de 2012.

Caros colegas do Grupo da ANPEPP,

Gostaria de ter me encontrado com vocês no Rio para trocar as primeiras versões de nossas cartas, bem como de compartilhar as vicissitudes da falta de hábito em escrevê-las... As formas de comunicação de necessidade imediata, mediadas pelas novas tecnologias, e a formatação dos textos acadêmicos parecem contribuir para o esvaziamento, enquanto pesquisadores em ciências humanas, do ato da escrita para além da comunicação e da informação.

Li as primeiras versões das cartas discutidas na ocasião, bem como a ata enviada por Danilo e Solange. Muitos de vocês falaram como é penoso, custoso novamente exercitar uma escrita mais próxima do gênero textual da carta do que de artigos, relatórios, capítulos de livros nos moldes tradicionais. Talvez por não estar presente, antes de trazer para vocês as minhas inquietações nos (des)caminhos das pesquisas que ando fazendo, senti necessidade de partilhar com vocês as minhas impressões da ata e das primeiras versões das cartas enviadas e lidas no encontro.

As leituras me remeteram a um texto-conferência de Gilles Deleuze de que gosto muito: “O ato de criação”. Falando para estudantes de cinema, o filósofo adverte que as artes, dentre elas o cinema, não têm como objetivo comunicar ou informar. A informação pretende uma compreensão única, pois é, em última instância, palavras de ordem. O filósofo chega a compará-las com declarações de polícia. Deleuze diz que o ato de criação, a obra de arte está mais próxima da resistência do que da comunicação.

Creio que a ideia de escrevermos cartas para colegas, amigos, alunos, jovens pesquisadores, aposta, de certa forma, na tentativa de trazer um pouco de criação para a academia (bem sei que não sou artista...); ser uma resistência aos modos determinantes atualmente onde impera a informação; exercitar uma escrita mais livre, porém não menos rigorosa na tarefa de compartilhar alguns processos de pesquisa.

Vou tentar escrever sobre minhas inquietações atuais, menos para informar ou comunicar resultados de minhas pesquisas, e mais para pensá-las enquanto processo, como um pequeno, ínfimo, ato de criação.

Bem, escrevo para compartilhar com vocês um pouco do que tem se passado comigo nas pesquisas que venho realizando com jovens de escolas públicas em Fortaleza, especialmente uma em particular, que ativou a minha necessidade de pensar o vídeo como dispositivo de pesquisa nas ciências humanas, tema desta carta. Trata-se da pesquisa: “Juventude, mídia e sexualidade”, que coordenei durante dois anos e na qual trabalhei utilizando o vídeo com os jovens estudantes. Algumas questões relacionadas ao seu cotidiano, tais como: sexualidade, escola, família, relação com a mídia, foram problematizadas através de vídeos a que assistiram, discutiram e criaram. Para esse trabalho, além de estudantes de psicologia, tivemos a ajuda de estudantes do curso de audiovisual da Universidade Federal do Ceará (UFC). Já faz algum tempo, nas pesquisas que oriento, tanto na graduação quanto na pós-graduação, que o vídeo é uma ferramenta utilizada. No entanto, creio que, nessa pesquisa, eu e o grupo de estudantes radicalizamos, e o vídeo assumiu uma centralidade.

Como nos próximos anos pretendo me dedicar novamente à discussão dos modos de subjetivação da juventude através da mídia, utilizando-me do vídeo, penso que seu uso na pesquisa deva ser, por mim, melhor discutido. Trago aqui alguns questionamentos iniciais que vêm me inquietando; delírios de alguém que se encontra engatinhando, tateando na aventura de pensar a centralidade do vídeo na pesquisa com jovens. Digo centralidade pois a pesquisa não seria a mesma sem o vídeo.

Início com uma cena da pesquisa para ver se consigo me fazer entender. Aliás, ao longo desta carta, procurarei trazer algumas cenas da pesquisa, articulando-as às questões que me inquietam. Vamos lá: desde o primeiro dia do grupo de discussão, com cerca de 12 jovens do ensino médio de uma escola pública, acordamos não apenas a autorização de filmar nossos encontros, mas que a câmera transitaria entre os alunos pesquisadores da UFC e os alunos da escola. Percebemos logo de início o fascínio pela câmera, pois a maioria dos estudantes da escola disputava o direito de filmar. Por vezes, as discussões sobre a relação sexualidade e mídia “perdiam” para conversas acerca do controle da câmera, ou para a brincadeira de estar filmando um/uma colega. No grupo de pes-

quisa, ao realizar as primeiras transcrições, vimos que a temática, digamos principal, era entrecruzada por “me dá essa câmera”, “tira a câmera daqui” ou “não quero te filmar não”... Perguntamos como tinha sido a experiência de filmar e eles disseram preferir filmar a serem filmados, pois assim não apareciam. Na hora a resposta nos intrigou: estariam na contramão dos que falam da existência via visibilidade na mídia? Preferiam não aparecer? No decorrer dos encontros percebemos que, através do uso da câmera, o que se evidenciava ali era a possibilidade de ter controle sobre a imagem de si e a imagem do outro.

Gostaria de chamar a atenção para a seguinte questão: se, por um lado, todos nos encontramos interpelados, subjetivados pela cultura imagética, pela sociedade midiaticizada, por outro, há, com relação aos jovens, algo que desconfo ser, digamos, especial. Em nossa cultura contemporânea ocidental, há uma centralidade da juventude. Atualmente todos parecem querer ser jovens: crianças, adultos e idosos. Na mídia, ora essa juventude é exaltada, com sua beleza e atitude *teen* em publicidades e programas em geral, ora é considerada em perigo (ou risco) e/ou potencialmente perigosa. Sabemos que a mídia, especialmente a televisão, os jornais e as revistas performatizam estereótipos. Nesses, *grosso modo*, há duas formas de construção discursiva distintas: de um lado, uma juventude preferencialmente classe média e de outro, aqueles que vêm das classes populares diga-se de passagem, grupo ao qual pertenciam os estudantes do grupo.

Começamos a buscar mais subsídios teóricos que pudessem dialogar com o que estávamos vivenciando em nossos encontros semanais no campo. O texto de Solange Jobim e Souza, “Por uma epistemologia da imagem técnica”, publicado na revista *Pesquisa e Práticas Psicossociais* e proveniente de outro encontro de alguns integrantes do grupo da Anpepp, fez coroar algumas inquietações. Nesse texto, Solange fala da atualidade das tecnologias da imagem como possibilidade de narrarmos nossa experiência, e da importância das ciências humanas incorporarem essa narrativa, de forma reflexiva, como instrumento teórico-metodológico de problematização da contemporaneidade. O uso do vídeo em pesquisa pode nos ajudar a refletir sobre a nossa participação na criação da cultura, colocando em destaque as mediações tecnológicas que provocam certo modo de existência e que, de tão evidentes, muitas vezes insistem em não aparecer. Usar o vídeo como instrumento de

pesquisa é, assim, trazê-lo para o centro da arena do debate. Dessa forma, busca-se um reposicionamento, não apenas do ato de pesquisa, mas do cotidiano em que muitas vezes somos, sob forma sutil ou não, capturados.

Como pode ser interessante “frear” o curso das imagens pré-fabricadas! Tomo aqui as palavras do escritor Ítalo Calvino no ensaio “Visibilidade” do livro *Seis Propostas para o Próximo Milênio*: “Hoje somos bombardeados por uma tal quantidade de imagens a ponto de não podermos distinguir mais a experiência direta daquilo que vimos há poucos segundos na televisão. Em nossa memória se depositam, por estratos sucessivos, mil estilhaços de imagens, semelhantes a um depósito de lixo, onde é cada vez menos provável que uma delas adquira relevo” (CALVINO, 1988, p. 107). Notem que o referido texto é de 1988, antes do advento da internet, com seus *orkuts*, *facebooks*, *instagrans* etc. O culto à própria imagem, a exibição de si como discute Paula Sibilia em seu livro *O show do eu*, já presente na mídia do tipo *broadcasting*, atualmente é cada vez mais potencializada nas chamadas redes sociais, muito utilizadas especialmente pelos jovens.

Voltando ao texto de Solange, o artigo traz alguns princípios epistemológicos para o uso do vídeo, que vão desde a descrição e análise da especificidade das relações entre pesquisador e seus outros no contexto da videogravação, passando pela construção de coautoria, em que o grupo participa ativamente de todo o processo, chegando à discussão, também coletiva, da intencionalidade, da finalidade do vídeo documentário. Assim, inserir as imagens como tema de discussão pode ajudar a colocar um pouco de freio em seu curso. Analisar como as imagens são feitas, suas intencionalidades, como somos subjetivados por elas e quais as imagens de que sentimos falta e/ou gostaríamos de criar.

Pois bem, como já disse, tenho trabalhado cada vez mais em minhas pesquisas o vídeo com jovens. Nunca o pensei como registro, como representação da cena enunciativa da pesquisa. Discuto-o, antes, como um documento, e como tal o seu uso se coloca como construção socialmente datada e marcada pelo encontro pesquisador-campo. Para pensar como tratamos o vídeo como documento, trago mais uma cena da pesquisa: no primeiro dia da roda de conversa com os jovens, a ideia era, além de falarmos um pouco das motivações de estarmos ali, iniciar a discussão sobre a participação da mídia na sexualidade juvenil. Para tanto, começamos nós mesmos a filmagem e depois passamos a câmera

para um dos alunos, que se mostrou disposto a filmar. Logo em seguida a câmera circulou por outros alunos, mas notamos que eles haviam filmado no “modo pesquisador”, isto é, reproduziam nossa forma de filmar, focalizando sempre em quem estava falando. Queríamos o contrário, que a filmagem evidenciasse um pouco o olhar deles sobre o grupo, construído via tecnologia de imagem. Em nossa reunião de pesquisa, discutimos tal fato e, como estratégia, no encontro seguinte, a câmera foi já ligada por um dos alunos participantes. Talvez imbuídos por uma maior intimidade conosco e/ou por termos mudado de estratégia, algo se produziu. Eles passaram a brincar com a câmera, filmando colegas que não estavam falando, provocando-os. A câmera passou a atuar como um outro participante da pesquisa, que, como tal, mudava a configuração do grupo.

A presença da imagem técnica, através do vídeo, foi tomando certa centralidade, que me faz pensá-lo como um dispositivo da pesquisa e é sobre isso que gostaria de trocar com vocês.

Por que dispositivo? Vocês poderiam me perguntar. Dispositivo, pois constrange, condiciona, controla formas de ser e de pensar? Ou porque é uma ferramenta que produz análise, produz acontecimento, muitas vezes para além da própria pesquisa? Qual o *sentido* que busco quando falo do vídeo como dispositivo?

Foi também Solange que me fez adentrar no universo de Mikhail Bakhtin e seus conceitos de polifonia e polissemia para pensar o dialogismo na pesquisa em ciências humanas. Quero assim aqui trazer a polissemia do conceito de dispositivo para a arena desse debate.

Parto inicialmente da concepção de Foucault. Se em seu eixo inicial a preocupação do pensador francês recai na arqueologia da *episteme*, na relação saber-verdade e suas implicações na forma sujeito na modernidade, posteriormente, em seu eixo genealógico, Foucault problematiza o sujeito em sua relação com o poder, num movimento, ao mesmo tempo, de deslocamento e de aprofundamento da questão do saber. Se no primeiro momento evoca o sujeito como efeito do discurso, no segundo recai sobre o sujeito assujeitado em práticas divisoras causadas pelo dispositivo (o dispositivo disciplinar, de aliança, de sexualidade). Foucault esclarece no livro de entrevistas *Microfísica do Poder* que o dispositivo é composto por uma rede heterogênea que compreende discursos que, em conjunto, formam determinada composição mais ou menos estável. Segundo o próprio Foucault, o dispositivo é

criado em um contexto histórico para responder a uma urgência, tendo uma função estratégica dominante, muitas vezes atrelada seja ao controle-repressão, seja ao controle-estimulação.

No dispositivo encontram-se presentes máquinas de fazer falar e fazer ver. Particularmente, gosto muito quando Deleuze, em seu livro sobre Foucault, escreve que o dispositivo compreende um *mingau* que mistura um jogo de enunciação e de visibilidade. Assim, este parece estar inscrito no que nos constrange, nos captura, em toda uma maquinação de controle do corpo, do sexo, da vida... No dispositivo de sexualidade, por exemplo, a incitação a falar sobre o sexo sob forma de confissão (religiosa ou laica, com critérios cristãos ou científicos) marca a estimulação dos corpos, a incitação ao discurso, segundo estratégias de saber e de poder. Falamos o tempo todo de nosso próprio segredo... Foucault ainda diz, na História da Sexualidade I, ser a ironia desse dispositivo, acreditar que nele se inscreve nossa “liberação”.

Em nossa atualidade, a mídia como máquina de fazer ver e fazer falar atua, segundo Rosa Bueno Fischer, como dispositivo. Pensemos, por exemplo, no cotidiano da mídia, em que diariamente somos chamados, crianças, jovens ou adultos, a confessar nossas vidas, falar de nossas intimidades, constituindo um dispositivo pedagógico. A confissão, estratégia bem conhecida do dispositivo de sexualidade é aqui desterritorializada do *setting* religioso, médico ou terapêutico e reterritorializada no cotidiano de *reality shows*, programas de auditórios, jornais e *sites* de belezas. Não mais marcado pela privacidade, mas num *borramento* de fronteiras entre o público e o privado. Certa vez, numa roda de conversa em que discutíamos a relação entre a sexualidade juvenil e a mídia, um estudante falou “*E com a internet agora, você compartilha a vida!*”. Segundo Rosa Fischer, a televisão, e também podemos estender à internet, cotidianamente nos ensina quem somos e o que devemos fazer de nossas vidas. Os jovens com quem pesquisamos parecem saber disso.

Mas também é no limite do dispositivo que Foucault evoca a resistência, a fissura, talvez mais presente no seu terceiro eixo de pesquisa, quando trabalha as tecnologias de si e os modos de subjetivação. O dispositivo não é algo encerrado em si mesmo. Há no seu limite algo que lhe escapa, resistências, uma força sobre si mesmo, que Foucault chamou de subjetivação. Não algo da ordem de uma relação do sujeito “com seu umbigo”, mas uma individuação relativa a grupos ou pessoas, que diz respeito a um

processo tornado viável dentro das condições de possibilidade do dispositivo. Assim, as forças presentes são móveis, instáveis, heterogêneas, tensas, provocando resistências e fissuras. Deleuze, referindo-se a Foucault, no seu ensaio “O que é um dispositivo”, escreveu que este compreende linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se misturam com formas sedimentadas. Fissuras, fraturas que no limite podem levá-lo à direção de outro dispositivo. O trabalho do pesquisador, diria Deleuze a respeito do trabalho de Foucault, seria desembaralhar essa teia, as linhas do dispositivo.

Na mídia, dispositivo pedagógico, também algo cotidianamente escapa. Usos impensados da imagem, jovens formando coletivos políticos de mobilização popular através do uso do vídeo, postagens no Youtube de versões não autorizadas nos grandes veículos de comunicação... Enfim, formas/forças de apropriação, provocando outros modos de subjetivação também atravessados pelo uso da imagem técnica, que podem atuar no limite desse dispositivo.

Na pesquisa, em uma das seções, analisando o programa “Altas Horas” (Rede Globo) de Serginho Grossman, os alunos evocaram que a fala dos jovens que tiram dúvidas com uma especialista, no caso a sexóloga Laura Muller, tenta escapar da confissão presente no dispositivo sexualidade que a cena enunciativa do programa evidencia. De um lado, jovens falando sobre a sexualidade juvenil, tirando dúvidas, perguntando sobre o certo e o errado. De outro, a especialista, porta-voz da ciência e da vontade de verdade. Os estudantes chamaram a atenção para o fato de que os jovens, ao fazer perguntas, falam em nome de outro: “Uma amiga minha quer saber..., aconteceu com um amigo... etc.” Na roda de conversa, disseram que usam essa estratégia de preservação para falar de si mesmos. Estratégia desmascarada no seu próprio ocultamento, visto que, na plateia do programa analisado, alguns jovens desconfiam de quem quer realmente saber. Nesse breve “exemplo”, analisando um quadro de um programa de TV, creio termos, juntos, pesquisadores e jovens, desembaralhado um pouco umas linhas do dispositivo, em que se encontram presentes controle e resistência.

Pensemos então no conceito de dispositivo agora evocando o cotidiano da pesquisa, sobretudo na pesquisa-intervenção, à qual as pesquisas que venho desenvolvendo com o vídeo tentam se alinhar... Pesquisar com os jovens, problematizar a nossa implicação, trabalhar com grupos, saber que nossa intervenção atua na micropolítica do cotidiano da escola, buscar transformação...

Seja na Análise Institucional ou na Cartografia, o conceito de dispositivo coloca-se como estratégia de intervenção utilizada pelo pesquisador para gerar acontecimento. Próximo ao conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari, o dispositivo, segundo Gregório Baremlitt em seu *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*, conecta elementos e forças heterogêneas que ignoram os limites formalmente constituídos, em territórios instituídos, aparentemente cristalizados. Problematizando a pesquisa de base cartográfica, Virgínia Kastrup discute como uma das pistas de seu trabalho o uso de dispositivos, que opera na pesquisa de campo a função de produção da realidade. O grupo de supervisão, as oficinas criadas, o diário de bordo podem atuar então como dispositivos. Na pesquisa-intervenção, seja de base institucionalista ou cartográfica, o dispositivo não é uma técnica a ser aplicada, mas encontra-se prenhe de ato político, conectando acontecimentos aparentemente desconectados para tentar produzir singularidade, multiplicidade.

Acreditamos que o uso do vídeo pode atuar como provocador de acontecimentos na pesquisa. Nós e os jovens filmávamos nossos encontros, víamos imagens/falas gravadas por nós mesmos, discutíamos trechos de programas e publicidades de televisão, aprendíamos como fazer um vídeo. A cada encontro algo se produzia, e só se produzia porque estávamos atravessados pelos mais diversos usos do vídeo na pesquisa.

Acontecimento? Qual a nossa surpresa que diante da possibilidade de fazer um vídeo cujo tema era sexualidade e juventude, os jovens decidiram fazer algo que “chocasse”, segundo eles próprios. Sendo estimulados, em um dos encontros da oficina de vídeo, a produzir um *Storyline* de uma ficção, os alunos decidiram reproduzir esse formato, criando um roteiro sobre uma adolescente que morre sete anos após contrair HIV, deixando uma carta aos pais. Segundo eles, esses tema e formato serviriam com o propósito de alertar, de forma contundente, os jovens a respeito da importância do uso de camisinha. Havíamos debatido sobre a redução da sexualidade juvenil ao uso ou não de camisinha, amplamente divulgado na mídia. Havíamos discutido o controle-estimulação presente nessas mensagens. Porém, ao escolher um tema para o vídeo, eles parecem assumir as formas adultocêntricas e midiáticas para tratar de sua própria sexualidade.

Um incômodo pairou entre nós, pesquisadores. Ao pensar um vídeo, como possibilidade de enunciação de si, permane-

ciam trilhando o mesmo caminho... Chegamos a perguntá-los se não achavam que, na própria televisão, não havia atualmente a visão de que Aids mata e que as campanhas estavam priorizando a prevenção e a não a discriminação com os portadores de HIV. Na hora responderam: “Mas a gente quer chocar!”. E agora? Questionamos-nos. Havíamos dito que eles seriam livres para criar um vídeo. Havíamos trabalhado o controle-estimulação da sexualidade na mídia, a espetacularização, mas essas práticas discursivas ainda os subjetivavam e é sobre isso que gostariam de falar...

Eles não falavam o que gostaríamos de ouvir, mas, sem dúvida, estavam falando sobre si. Decidimos que acompanharíamos esse processo, problematizando-o com os jovens.

O roteiro foi gravado e editado por eles mesmos. No vídeo intitulado “Os bons morrem jovens”, título homônimo da música do grupo Legião Urbana, presente na trilha sonora, percebeu-se a tendência à reprodução da cultura do choque, da espetacularização, de conteúdos higienistas, propagados constantemente na família, na escola, na mídia, atrelando a sexualidade juvenil à esfera da prevenção-doença. Por outro lado, o vídeo também evocou a vontade que sentem em conversar mais com suas próprias famílias, principalmente as meninas. Durante o grupo, por diversas vezes abordaram a diferença de gênero no trato da sexualidade dos jovens. Certa vez uma aluna disse: “[...] *só que [com] meu irmão sempre ela [a mãe] foi mais liberal com relação a essas coisas... é tanto que ela dá dinheiro pra ele comprar camisinha.. essas coisas assim... entendeu? [...] mas é porque o homem foi criado dessa forma, né? A mulher sempre protegida e o homem sempre liberal... porque antigamente era ele e também nossos pais foram criados assim... por isso é assim... querendo ou não a mulher é mais protegida do que o homem...*”

No vídeo, a carta deixada pela menina evoca a falta que sentia de conversar com seus pais. O vídeo, enquanto dispositivo, evoca a reprodução de modos determinantes, ao mesmo tempo em que propõe uma fissura, de ter espaço, à margem de um moralismo, em que meninos são incitados ao uso de camisinha quando começam a namorar e meninas são aconselhadas a “tomar cuidado e não se entregar”...

Dispositivo captura, controle. Dispositivo estratégia de pesquisa, resistência, subjetivação. Dispositivo agenciamento, acontecimento... Conceito polissêmico e complexo que aqui procuro discutir com vocês. Há ainda o risco de que, de tão amplo, ele nada ou quase nada nos faça ver, nos faça fazer... Aposto, no en-

tanto, na necessidade ainda desse conceito. Trata-se de apostar na polissemia e, à maneira de Bakhtin, mantê-la no tensionamento.

Sem ter qualquer pretensão de ter esgotado o assunto, por fim tento sistematizar o uso do vídeo nessa pesquisa. Em termos resumidos, penso que o uso do vídeo funcionou como:

1. Documento: Encontraram-se presentes falas, atitudes, gestos, considerando a intencionalidade de quem filmou. Nesse sentido, não apenas o que é filmado, mas como se filmou, o que foi privilegiado, o que ficou à margem do enquadramento também foram por nós discutidos.
2. Disparador de debate: No grupo, vídeos veiculados na TV e na internet, trazidos seja pelos pesquisadores, seja pelos jovens alunos, foram vistos e analisados conjuntamente, provocando muitas vezes uma ressignificação das “informações” cotidianas.
3. Restituição da pesquisa: Algumas cenas do grupo de discussão, após editadas pelos pesquisadores, foram vistas e discutidas com os jovens. Muitas vezes a visualização da própria imagem ganhou destaque no debate.
4. Objeto de estudo: Presente, sobretudo, na oficina de vídeo. Trabalharam-se questões técnicas, éticas e estéticas na construção de uma narrativa através do uso da câmera.
5. Enunciador de si: Produção de vídeo com os próprios jovens. O que o uso do vídeo os fez ver e falar.

Esses não foram momentos estanques e se interpenetraram; neles, um mingau de enunciação e visualidade se colocou, estando presentes tanto formas de controle/confissão, quanto forças de resistência.

Em todos os momentos, o vídeo como dispositivo apareceu, conforme diz Solange no texto que mencionei, como um terceiro interlocutor, que ocupou um lugar ambivalente no campo, ora favorecendo, ora dificultando o processo da pesquisa... Gostaria de saber: isso faz sentidos para vocês? Que lacunas a minha problematização aponta?

No início desta carta, trouxe como interlocutor Ítalo Calvino. Aqui termino também com o escritor. Como tentei problematizar, trouxe minhas inquietações no trabalho com o vídeo. Porém ao reler a carta fiquei com a impressão de ter criado um modelo a ser seguido por aqueles que pretendem trabalhar com vídeo em

suas pesquisas. Lembrei-me, então, do conto “O modelo dos modelos”, do livro *Palomar*. Com o personagem homônimo, Calvino discorre sobre os percalços de Palomar em criar um modelo ideal para pensar a realidade. Aos poucos, na impossibilidade de êxito no seu empreendimento, o personagem vai criando uma infinidade de modelos, imaginando-lhes mais que aplicando. Tenta então apagar da mente os modelos, e os modelos dos modelos, pois a realidade não é homogeneizável e lhe escapa o tempo todo. O que fazer então? Aparentemente sem saída, Calvino assim encerra seu (belo) conto: “*Só lhe falta expor esses belos pensamentos de forma sistemática, mas um escrúpulo o retém: e se daí decorresse um modelo? Assim prefere manter suas convicções em estado fluido, verificá-las caso a caso e fazer delas a regra implícita do próprio comportamento cotidiano, no fazer ou no não-fazer, no escolher ou no excluir, no falar ou no calar-se*” (CALVINO, 1990, p. 100).

Bem, pessoal. É isso...
Forte abraço,

Luciana Lobo Miranda

P.S.¹: Lendo e relendo, fico na dúvida se consegui colocar com clareza minhas inquietações... Peço de antemão desculpas se algo ficou truncado ou excessivamente inacabado, mas, como toda carta, gostaria de ter respostas... Críticas, sugestões e questionamentos serão muito bem vindos.

P.S.²: Abaixo as referências presentes no que escrevi:

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos: 1992.

CALVINO, Ítalo. Visibilidade. In: _____. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Cia. das Letras. 1988. p. 95-114.

CALVINO, Ítalo. O modelo dos modelos. In: _____. *Palomar*. São Paulo. Cia. das Letras, 1990. p. 97-100.

DELEUZE, Gilles. O ato de criação. *Folha de São Paulo*, 27 jun. 1999. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/31368158/Gilles-Deleuze-O-ato-de-Criacao>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996. p. 83-96.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FISCHER, Rosa Bueno Dias. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 151-162, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2007.

JOBIM E SOUZA, Solange. Dialogismo e alteridade na utilização da imagem técnica em pesquisa acadêmica: questões éticas e metodológicas. In: FREITAS, M. T.; JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. *Ciências Humanas e Pesquisa*. Leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2007.

JOBIM E SOUZA, Solange. Por uma epistemologia da imagem técnica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 6, n. 2, p. 206-210, ago./dez. 2011.

KASTRUP, Virgínia. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. *Pesquisa-Intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro; NAU, 2008. p. 465-489.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CARTA AOS PARCEIROS NOS COLETIVOS, COAUTORES DESTA CARTA

Caríssimos,

Não gosto de escrever cartas. Na verdade, não gosto nem de *e-mails* longos. Apesar de ser definida, muitas vezes, como uma “pesquisadora das novas tecnologias”, gosto mesmo é de uma boa conversa, em torno de uma mesa de café ou de um bom chocolate quente – embora um vinho seja também um agenciamento não desprezível... Por isso, a escrita desta carta de início se afigurou para mim como um penoso “dever de casa”, uma tarefa a cumprir para qual eu antecipava uma total falta de inspiração.

Eis que, há algumas semanas, me deparei com uma notícia no jornal que tratava de uma polêmica envolvendo... uma carta! Uma casualidade, talvez, que acabou pondo esta carta que escrevo em movimento. Vamos a ela, então.

Alguns de vocês devem conhecer o escritor americano Philip Roth, um dos mais interessantes da atualidade. Mesmo os que não o conhecem, certamente já ouviram falar da Wikipedia, a principal enciclopédia colaborativa digital. Pois bem, recentemente, em um de seus verbetes, a Wikipedia veiculou uma informação a respeito de um dos livros de Philip Roth, segundo a qual, para compor o personagem principal de sua obra *The Human Stain*, Roth teria se inspirado no crítico americano Anatole Broyard. O escritor solicitou à Wikipedia que corrigisse essa informação, esclarecendo que a inspiração para o referido personagem teria sido um antigo professor de sociologia. A resposta do administrador da Wikipedia inglesa à solicitação de correção foi a seguinte: “Senhor, compreendo seu argumento de que o autor é a maior autoridade sobre sua obra, mas nós exigimos fontes secundárias”. Essa resposta motivou uma carta aberta de Philip Roth, publicada no *The New Yorker*, que se inicia com a seguinte frase: “Dear Wikipedia, I am Philip Roth.”

Para nosso deleite, uma controvérsia se abre. Propomos retrazá-la, seguindo alguns movimentos.

Desde a publicação da obra *The Human Stain*, em 2003, surgiram inúmeras interpretações acerca da inspiração de Roth para o protagonista – inspiração essa que o próprio autor não teria se

importado em esclarecer – e tais interpretações teriam sido a base para a produção do verbete da Wikipedia sobre o tema. Tempos mais tarde, já em 2012, Roth toma conhecimento do referido verbete e, através de seu biógrafo, solicita a retificação do texto publicado na Wikipedia de modo a remover a “falsa informação”. É nesse momento que a Wikipedia se recusa a fazer a modificação apenas com base na informação fornecida por Roth e solicita as tais “fontes secundárias”, incrementando a controvérsia sobre a autoridade do autor. Vejamos alguns argumentos que alimentam a controvérsia:

“A Wikipedia recusou-se a corrigir um erro sobre uma importante obra literária, mesmo depois de o erro ter sido apontado – pelo próprio autor.” (Fox News)

“Os colaboradores da Wikipedia, pesquisando o tópico, encontraram artigos – fontes secundárias – que estabeleceram paralelos entre SILK [o personagem principal da obra] e Anatole Broyard. As referências eram verificáveis, obras de autores notáveis e publicações respeitadas. A política da Wikipedia – verificabilidade, uso de fontes confiáveis e não utilização de pesquisa original – foram mantidas na medida em que se fez uso de conteúdo respeitável como base para as conclusões.” (OJR – The Online Journalism Review)

*“Mesmo quando eu, através de um interlocutor oficial, solicitei à Wikipedia que deletasse essa equivocada informação, meu interlocutor foi informado pelo Administrador da Wikipedia Inglesa – numa carta datada de 25 de agosto a ele dirigida – que **eu, Roth, não era uma fonte confiável.**” (Philip Roth, The New Yorker)*

“Pelas regras da Wikipedia, informação de primeira mão, da boca do autor, não muda imediatamente o que está publicado. A política de verificabilidade impede que um e-mail direto ou um telefonema dado ao gerenciamento da Wikipedia ou a seus voluntários tenham a palavra final” (OJR – The Online Journalism Review)

“Um autor deveria ser capaz de dizer o que inspirou seus personagens e isto deveria bastar. Dá para acreditar nesses XXX das novas mídias? Uma duvidosa ‘ponto-com’ chamada Wikipedia pedindo um LINK para um autor que ganhou um Sidewise Award for Alternate History?” (Fox News)

“É óbvio que a Wikipedia estava absolutamente certa em requisitar um link. O status de ‘The Human Stain’ reside na ficcionalização da vida deste ou daquele intelectual obscuro. Mas a Wikipedia, um documento open-source que define o conhecimento na Web, vive ou morre em função da força de seus procedimentos, humildade e cooperação” (Yahoo! News)

A “autoridade do autor” – que Roth e outros reivindicam e que a Wikipedia “compreende”, embora não reconheça, pois dela não retira consequências práticas – e a própria noção de *autoria* figuram aqui como entidades, no mínimo, problemáticas. Alguns de vocês diriam que não há nisso nada de tão novo assim, pois já há algum tempo se vêm discutindo questões relativas aos direitos do autor a partir das possibilidades de circulação e compartilhamento postas em cena pelas novas tecnologias de informação e comunicação. E quem sou eu para discordar de vocês, caríssimos! Só gostaria de adentrar esse episódio com um olhar mais míope – aquele olhar da formiga, tão caro ao nosso velho companheiro de jornada Bruno Latour –, o que me possibilita encontrar ressonâncias entre esta problematização da autoria e aquela formulada por um outro companheiro de aventuras acadêmicas, Michel Foucault.

Vocês lembram? Foucault, ao se perguntar “*O que é o autor?*”, já colocava sob desconfiança o mito da originalidade e da invenção, critério último da presença do autor – e de sua autoridade – e afirmava que o autor seria o lugar em que se opera um dispositivo político. Segundo ele, a imagem do autor como fonte de originalidade ou como gênio guiado por uma compulsão secreta de criar seria uma invenção moderna, que atribui responsabilidade àquele que escreve e possibilita o nascimento da figura autoral. Foucault apresenta, então, o problema da autoria entrelaçando o ato de escrever com a trama discursiva, em que o nome do autor aparece como uma unidade sólida demarcadora de territórios e como mecanismo ordenador de discursos.

A autoria constitui-se, assim, como um dispositivo disciplinar que controla a circulação dos textos e a ordem dos discursos. Configura-se como um modo de educar o olhar, cerceando as possibilidades de leitura e implicando sempre uma ordem de como aceitar o texto na intenção e no sentido pretendidos originariamente por um autor. Subtrai-se, assim, da literatura seu caráter de *acontecimento*.

A crença na existência do autor, segundo Foucault, estava articulada à confusão entre duas categorias semânticas que precisariam ser distinguidas: o nome próprio e o nome do autor. O nome próprio é consensualmente usado como uma característica estável e durável, pois ele sempre designa o mesmo indivíduo. Já o nome do autor seria uma função ou um dispositivo que operaria na produção e circulação dos discursos – e, sempre é bom que nos lembremos, um dispositivo político.

De certo modo, podemos dizer que, para Foucault, interessa o que a figura do autor faz-fazer, que funções desempenha, como são exercidas essas funções, em que condições, em que domínios, o que elas engendram e tornam possível. Importa, portanto, investigar as operações através das quais um autor pode emergir.

As pistas foucaultianas funcionam para nós como novos rastros a seguir, e estes nos levam às concepções da Teoria Ator-Rede (TAR), também esta interessada nas condições locais de emergência do autor e das práticas que se encontram em ação para produzi-lo. Do encontro entre Foucault e a TAR em nosso texto-laboratório, propomos traduzir a pergunta “O que é o autor?” para “O que faz o autor?” – e isso já dá pistas de que nosso foco se volta justamente para a ação, para o que o autor faz fazer e, simultaneamente, para os agenciamentos que o produzem. Um outro modo de colocar a questão seria perguntar pelas conexões que performam o autor – e, nesse caso, estamos chamando para compor nosso texto dois outros pesquisadores da TAR que nos são igualmente caros: John Law e Anemarie Mol. Dizer que o autor é performado significa afirmar que ele é feito, manipulado ao longo de uma série de práticas, enfatizando sua localização histórica, material e cultural.

Voltando à controvérsia envolvendo Roth e a Wikipedia, poderíamos dizer que ela nos é interessante na medida em que torna “obscenas” as operações que produzem o autor. Isso porque, ao solicitar a Philip Roth suas “fontes secundárias”, a Wikipedia pede que ele explicita suas “articulações” com outras entidades para que sua autoridade de autor seja reconhecida. E, a despeito de sua indignação e da reafirmação de sua autoridade, é exatamente isto que Roth faz: escreve uma “carta aberta” e a publica em um jornal, buscando, através dela, novas articulações. Uma busca rápida no Google, com as palavras “Roth” e “Wikipedia”, basta para sermos levados a diversos sites que ora reproduzem, ora ressoam a controvérsia. E é somente a partir dessas articulações que Roth logra o seu intento: a Wikipedia aceita a carta

aberta de Roth como fonte secundária e altera o verbete. Fim da controvérsia, diriam alguns, e vitória da autoridade do autor.

Entretanto, fazendo-nos acompanhar dos pesquisadores da TAR, argumentamos que a noção de autoria não sai intocada nesse percurso – ela se reinventa, agora na composição com outras entidades, além daquele que produz o texto. Para adquirir existência, portanto, o autor precisa fazer funcionar engrenagens díspares, conflituosas, erráticas, indeterminadas e, por vezes, imprevisíveis. E se acreditamos que esses movimentos também são capazes de produzir, nesse que age, desvios, mudanças, errâncias, fica difícil nos mantermos fiéis à figura do autor como uma entidade solitária, localizada em algum espaço individual. Se desejamos compreender o autor, portanto, vale acompanhar seu trabalho de composição. Propomos tomá-lo, assim, não como objeto de uma definição ostensiva, mas em seu movimento performativo, ou seja, em sua ação.

Neste ponto, concordamos uma vez mais com Latour quando ele argumenta que essa ação “*não é transparente, nada se faz sob o pleno controle da consciência [...] ela (a ação) é sempre contraída, distribuída, influenciada, dominada, traída, traduzida [...] é deslocada*”. A ação cruza, amarra e funde fontes inesperadas. A incerteza quanto à natureza da ação diz respeito ao fato de que, quando um autor age, essa agência é compartilhada e distribuída, no sentido de que são muitas as entidades que o fazem agir. Nosso amigo e parceiro de aventuras latourianas, Ronald Arendt, expressa isso de uma forma bastante clara em um de seus textos. Diz ele: “*o ator não age simplesmente. Ele é levado a agir tendo em vista a rede de relações em que está envolvido, sem ser agido por ela. [...] Esta rede, diz Latour, ‘faz-fazer’. Como diria ainda o filósofo Étienne Souriau, o ator **instaura** um modo de ser tendo em vista a rede*”. O que se coloca em questão, aqui, é a ideia de um espírito que estaria na origem da ação, cuja consistência seria transmitida à matéria-prima da criação, que não possuiria nenhuma dignidade ontológica senão aquela que nós condescendentemente lhe outorgaríamos.

Alternativamente, se partirmos das incertezas e das controvérsias sobre quem e o que age quando “nós” atuamos, abre-se a possibilidade de que a ação emerja como uma surpresa, como um evento. É isso que nos sugere o filósofo Étienne Souriau, citado por nosso amigo Ronald, quando aponta que o fazer-fazer torna a obra do artista, para ele próprio, uma novidade, uma surpresa, um risco a se correr, uma descoberta.

Todas essas reflexões, meus queridos parceiros de autoria, possibilitam tomar a questão do autor e da própria autoria a partir de um viés que põe em cena o caráter híbrido e coletivo de sua

composição. Seguir essa pista pode se configurar em uma oportunidade – e isto é tudo o que pretendemos – para reconciliar o autor justamente com aquilo que sua concepção individualizante parecia excluir: o acontecimento.

Essa é a nossa aposta!

Rosa Pedro

P.S.: Aproveito esta oportunidade para partilhar com vocês os textos que inspiraram e participaram da produção desta carta.

ARENDDT, R. Emoções e Mídia. JACÓ-VILELA, A.; SATO, L. (Org.). *Diálogos em Psicologia Social*. Porto Alegre: Evangraf, 2007. p. 275-285.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Tradução portuguesa de José B. de Miranda e Antônio Fernando Cascais. Lisboa: Veja Passagens, 1992.

FOX NEWS. *Philip Roth unable to correct Wikipedia entry on his own book 'The Human Stain'*. New York, 10 set. 2012. Disponível em: <<http://www.foxnews.com/tech/2012/09/10/philip-roth-unable-to-correct-wikipedia-entry-on-his-own-book/%5D#ixzz2EwWh9GH7>>.

HEFERNAN, V. *Who's Wikipedia? What's Philip Roth? The digital culture war*. Posted in Yahoo! News. Disponível em: <<http://news.yahoo.com/who%E2%80%99s-wikipedia--what%E2%80%99s-philip-roth--the-digital-culture-war.html>>.

LATOURE, B. *Reensamblar lo Social*. Una introducción a la teoría actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LATOURE, B. Sur un livre d'Etienne Souriau: les différents modes d'existence. BRYANT, L.; SRNICEK, N.; HARMAN, G. (Eds.). *The speculative turn – continental materialism and realism*. Disponível em: <http://www.re-press.org/book-files/OA_Version_Speculative_Turn_9780980668346.pdf>.

LAW, J. *Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity*. Paper published by the Center for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN, 1992.

Disponível em: <<http://www.lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/law-notes-on-ant.pdf>>.

LIH, A. *The Case of Philip Roth vs. Wikipedia*. Disponível em: <<http://www.ojr.org/ojr/people/alih/201209/2090/>>.

MOL, A. Política ontológica. Algumas idéias e várias perguntas.
NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Org.). *Objectos impuros* – Experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Afrontamento, 2007.

PEDRO, R. M. L. R. Reflexões sobre os Processos de Subjetivação na Sociedade Tecnológica. MACHADO, J. A. (Org.). *Trabalho, Economia e Tecnologia* – Novas perspectivas para Sociedade Global. São Paulo: Tendez Práxis, 2003.

PEDRO, R. M. L. R. Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. FERREIRA et al. (Org.). *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro: NAU, 2010.

ROTH, P. *An open letter to Wikipedia*. Posted in The New Yorker. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/online/blogs/books/2012/09/an-open-letter-to-wikipedia.html>>.

CARTA ÀS COMPANHEIRAS DO CÍRCULO CARIOCA DE BAKHTIN: MARILIA, MARIA TERESA E SONIA – TROIKA CARIOCA DOS ANOS 1990*

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2012.

Caras amigas,

Foi uma surpresa agradável receber suas cartas hoje, uma sexta-feira. Algumas lembranças contagiaram meu pensamento e fiquei a cismar sobre o sentido que as cartas provocam em nós quando as recebemos. Uma carta nos convoca a refletir sobre o tempo do pensamento do outro, ou seja, atualiza no presente o passado reflexivo do seu autor. Isso exige do leitor mergulhar, por alguns instantes, no tempo da escrita do outro, entrar em empatia com os sentimentos que foram vividos e transformados em palavras. Essa escrita tem algo de peculiar porque convoca o afeto de quem escreve e de quem lê. Portanto, não é qualquer escrita ou qualquer leitura, pois quem escreve se endereça ao outro provocado pelo desejo de compartilhar suas verdades e seus sentimentos. Imediatamente me veio o desejo de prolongar as sensações trazidas por suas palavras para refletir sobre as questões que nos interessam há muitos anos, ou seja: como transformar o pensamento em ato responsável, situado e inserido no contexto? Escrever uma carta é um ato responsável e inserido no contexto. As cartas podem abrir espaço para um modo de escrita que provoca o dever de pensar. Pensar é uma questão existencial e o sentido do pensamento revela a ética de quem pensa. Produzir um texto como se fosse uma carta a uma amiga não deixa de ser um modo de ampliar as fronteiras do mostrar e do dizer nas ciências humanas.

O nosso interesse pelas ideias de Mikhail Bakhtin aconteceu faz muitos anos, desde quando iniciamos nossas conversas sobre esse autor na salinha do quinto andar da PUC-Rio, início dos anos 90. De lá para cá muitas águas rolaram, tempos de inquietação, tempos de dúvidas, tempos de ruptura, tempos de revisão,

*“Troika Carioca dos anos 1990” foi o nome dado pelo querido mestre Leandro Konder aos nossos encontros de estudo da obra de Mikhail Bakhtin, na PUC-Rio, nos anos 1990.

tempos de continuar a pensar tudo de novo... Hoje, é tempo de julgar o que o tempo nos proporcionou, tempo de passar a limpo não mais com as mãos que desenham as letras em uma folha em branco, mas com os dedos que transferem imagens de pensamento para a tela do computador. O propósito é retomar alguns conceitos que nos ajudam a continuar refletindo sobre questões da nossa época. Qual a atualidade do pensamento de Bakhtin para uma teoria do conhecimento na contemporaneidade? Entendo que esse tema é um ponto comum entre nós. A intenção desta carta é retomar alguns conceitos para buscar respostas para os desafios da pesquisa em ciências humanas nos dias de hoje.

Inicialmente, vale dizer que, tanto eu como vocês, encontramos em Bakhtin um interlocutor ideal para analisar a especificidade da produção do saber em ciências humanas. Ele se configurou para nós como um autor que escreveu textos que permitem pensar questões que ele não pensou diretamente, mas que, ao mesmo tempo, não poderiam existir sem o seu pensamento. Em nosso último encontro, quando discutíamos sobre o tema da autoria em Bakhtin, você destacou a função do autor como *fundador de discursividade*. Esse conceito nos faz refletir sobre o autor cuja obra permite pensar questões que ele não pensou, gerando discursos que não são dele, mas que não poderiam existir sem ele. Para nós, Bakhtin é o ponto de partida de discursos que geram outros discursos e, portanto, ele pode ser chamado de *fundador de discursividade*. O pensamento no âmbito das ciências humanas é dado ao pesquisador sob a forma de texto. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento. Os textos, pensados, falados ou escritos, segundo Bakhtin, são o elemento primário e o ponto de partida das ciências humanas.

É curioso dizer que as ideias que podem nos ajudar a responder as questões relativas ao conhecimento na contemporaneidade encontram-se em um dos primeiros escritos de Bakhtin, *Para uma filosofia do ato*, desenvolvido entre os anos 1920 e 1924, mas apenas publicado na Rússia, pela primeira vez, em 1986. Tive acesso a esse texto pela primeira vez em espanhol, em seguida surgiu em minhas mãos uma versão em inglês e, posteriormente, Carlos Faraco e Cristovão Tezza traduziram-no para o português, o que foi um presente generoso para nós, mas que circulou de forma restrita entre alguns estudiosos que receberam o texto encaminhado diretamente pelos tradutores. Atualmente, a tradução para o português já está disponível em uma publicação de 2010. A cada

nova tradução parece que estamos frente a um novo texto, como se a escrita de Bakhtin trouxesse um permanente *inacabamento* e sempre muitas surpresas. Lembro que vocês mencionaram que a sua leitura desse mesmo texto em francês trouxe um sentido que não existia a partir das leituras anteriores em português. Vale dizer que os textos de Bakhtin são profundamente enraizados na língua russa, exigindo que o tradutor retome a etimologia das palavras para que a tradução possa dar conta de sentidos que estão ali presentes, mas que demandam a escavação da língua para se alcançar sentidos mais profundos. Estamos nos referindo aos limites da tradução, e talvez seja necessário conviver com o fato de que em qualquer tradução das obras de Bakhtin sempre vai existir algo que nos escapa simplesmente porque não somos russos.

O tema da tradução de uma obra nos conduz para a questão das ideias na grande temporalidade. Em *Para uma filosofia do ato*, encontramos um texto que pode ser considerado como a matriz de questões que vão se revelando ao longo do desenvolvimento de toda a obra de Bakhtin. Denso e enigmático, esse texto se configura como uma provocação para que o leitor se posicione e participe da elaboração de sua compreensão a partir do lugar que ocupa no seu tempo e no seu espaço. Afirmar a densidade do pensamento do jovem Bakhtin já nos coloca uma questão epistemológica: aqui não se trata de analisar a complexidade de um pensamento teórico a partir de uma abordagem cronológica de elaboração da obra. Quando nos referimos ao pensamento de Bakhtin, a tensão entre *chronos* e *kairós* se atualiza, pois, ao nos determos nos textos de juventude, já percebemos um pensamento que encarna o tempo das possibilidades e das intensidades (*kairós*) de sentidos no tempo do agora. Assim, podemos afirmar que o tempo do agora e o tempo da experiência que se acumula conjugam-se sem hierarquias, desafiando o leitor a decifrar os diálogos filosóficos que atravessam e constituem tanto os textos de juventude como os textos posteriores, cada qual em suas especificidades.

Discutindo questões relativas à filosofia moral, Bakhtin postula a existência de dois mundos que se confrontam, melhor dizendo, dois tipos de compreensão da verdade que circulam entre nós. Por um lado, temos *a verdade do mundo da vida* (em russo: PRAVDA), sendo este mundo o único em que nós criamos, conhecemos, contemplamos, vivemos e morremos. O mundo da vida é também aquele que oferece um lugar para os nossos atos, os quais são realizados uma única vez no decorrer singular e irrepetível da nossa vida realmente vivida e experimentada. Por outro, a

verdade do mundo da cultura (em russo: ISTINA), sendo este aquele no qual os atos de nossa atividade são objetivados ou representados, quer seja nas teorias, quer seja no âmbito das artes.

Bakhtin deve ser compreendido como um pensador das tensões. Ele está sempre trazendo distinções e oposições e o risco é o de se cair de um lado ou de outro. Porém o leitor atento descobre que a tensão entre dois termos é mais complexa e interessante. Como pensador das tensões, ele enfatiza as diferenças e mostra que *PRAVDA* e *ISTINA* são duas verdades e que é necessário que uma complete a outra. O conhecimento teórico (*ISTINA*) é fundamental, mas é parcial se não se articula à singularidade (*PRAVDA*), e o trabalho de articulação nunca é fácil, pois há uma tendência de banir um lado ou outro. A pergunta que Bakhtin nos coloca é como pensar a articulação. Quando se escolhe um lado ou outro, perdem-se a riqueza e a profundidade necessária ao conhecimento dos fatos. Pensar as tensões entre conceitos é construir um método de pensamento que não abre mão da inquietação inerente ao ato de pensar. Pensar é um risco que deve ser enfrentado, pois toda verdade universal é ao mesmo tempo parcial. Toda verdade universal precisa se articular com uma verdade singular que é única porque não se repete. Para Bakhtin, a verdade das ciências humanas é um processo em permanente construção.

Como pensar a verdade no mundo de hoje? Como ser bakhtiniano hoje quando há uma forte tendência relativista no pensamento contemporâneo? Podemos tentar responder essas questões a partir da perda do valor do princípio da universalidade na produção do conhecimento. Optar por trabalhar com Bakhtin significa enfrentar o problema de que é impossível levar às últimas consequências a ideia de que a relação entre o mundo da vida e o mundo da cultura se dê por acaso. Nessa abordagem, a construção do mundo da cultura não se dá de modo fortuito. Para Bakhtin, existe uma necessidade lógica, que é a necessidade interna de uma teoria ou um sistema; entretanto, há que se considerar também outro tipo de necessidade, aquela que leva o sujeito a se sentir no dever de pensar e explicitar a compreensão de um acontecimento na vida a partir da singularidade de seu ângulo de visão.

Quando Bakhtin fala da pesquisa em ciências humanas, ele traz a tensão entre o polo interpretativo e o polo explicativo. Isso significa que o pesquisador deve criar a objetividade, a significação, mas também compreender que, necessariamente, vai haver sentido, ou seja, singularidade na interpretação. A questão em

pauta se coloca com maior densidade quando Bakhtin acrescenta a essa discussão o conceito de exotopia, que nos permite perceber o ato de pesquisar como um movimento duplo, ou seja, o pesquisador se aproxima do seu campo de investigação e busca captar o que o outro vive e sente, em um movimento que ele chama de empatia; mas, em seguida, realiza o movimento inverso e retorna ao seu próprio lugar, posto que é deste ângulo de visão que lhe é possível enriquecer a compreensão do acontecimento com algo inteiramente novo. Cada um de nós apresenta um excedente de visão em relação ao outro, e é essa singularidade do olhar de cada um em relação ao seu outro, que nos permite compreender a multiplicidade de sentidos que podem ter os acontecimentos na vida. Cada pessoa, a partir do lugar que ocupa no mundo, vê coisas, pensa determinados pensamentos que ninguém mais vê ou pensa; portanto, cada pessoa tem algo único para dar de si. Isso implica o reconhecimento da responsabilidade ético-moral da nossa participação na construção da cultura.

Com base nessas questões, Bakhtin nos leva a assumir a complexidade da verdade e entendê-la no contexto da sua expressão no âmbito do agir humano. Por um lado, é necessário construir a verdade objetiva, isto é, os fundamentos teóricos, melhor dizendo, um texto que independa de mim e que possa ser retomado e compreendido por outros leitores. Por outro lado, haverá sempre a necessidade da escolha de um corpo teórico a partir do qual o pesquisador desenvolve a dimensão ética e moral do seu pensamento inserido em um determinado contexto de ação. Portanto, a dificuldade de ser bakhtiniano hoje converge para a questão da ética, que em sua filosofia moral significa assumir a singularidade do agir humano e suas consequências na vida coletiva.

Bakhtin critica o relativismo e prefere explicitar o objeto de sua filosofia moral a partir da tensão entre vida (*PRAVDA*) e cultura (*ISTINA*). No contexto da tradição filosófica em que se situa, a filosofia moral é marcada pelo mundo das particularidades e das singularidades da vida de cada um. O que ele pretende é explicitar a ética do agir responsável frente às demandas e os desafios do mundo da cultura. Em *Para uma filosofia do ato*, Bakhtin afirma que tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais. A singularidade de cada um é dada, mas ao mesmo tempo ela existe apenas na medida em que é realmente atualizada como singularidade na ação, no ato que me é dado para realizar na vida. Cada pessoa é insubstituível e é

por isso que a singularidade peculiar é, ao mesmo tempo, ser e dever. O ato responsável é precisamente o ato baseado no reconhecimento dessa obrigatória singularidade. É essa afirmação do meu não álibi no existir que constitui a base da existência. É apenas o não álibi no existir que transforma a possibilidade vazia em ato responsável real.

Com essas palavras, ele se torna um autor interessante para refletirmos sobre a ética na pesquisa em ciências humanas hoje, tempo marcado exatamente pela rejeição à filosofia moral. Isso porque, nos tempos de hoje, há uma expectativa de que a ciência possa plenamente se autoexplicar e se autojustificar na esfera das ideias. Nos dias atuais, a produção do conhecimento se torna cada vez mais autônoma, ou melhor, a instrumentalização do saber para dirigir e controlar a vida dos homens vem alcançando seu mais alto grau de eficácia. O que preocupa Bakhtin é a cisão entre a teoria pura e o sujeito, ou seja, um sujeito que utiliza a teoria como instrumento para controlar o mundo da vida sem se responsabilizar pelo seu ato. Como encontrar o lugar do sujeito no interior da teoria, ou melhor, como integrá-lo no mundo perfeito e irrepreensível da abstração? Como fazer incidir sobre o sujeito a responsabilidade por sua compreensão do mundo da cultura (teoria) e por tudo aquilo que ele faz existir no mundo da vida a partir de seu pensamento abstrato transformado em ato?

Para Bakhtin, o mundo da cultura diz respeito à verdade do conteúdo de uma teoria, isto é, as leis universais e o universo de possibilidades circunscrito a um pensamento abstrato que, em certo sentido, pretende conhecer e compreender um determinado acontecimento na vida. Mas, quando uma teoria verdadeira é pensada por alguém singular e único, entramos no terreno da *ética*: esse alguém é convocado a completar uma determinada verdade universal com a verdade singular, e essa verdade, transformada em ato ético, acontece no mundo da vida. Enquanto abstração, o único dever da teoria é ser verdadeira, sustentar-se em um pensamento que tenha uma coerência interna, elaborado a partir do compromisso com a razão. Todavia, para que o conhecimento seja pleno, é necessário que alguém pense e atualize uma teoria em um determinado contexto de demandas da vida prática. O conhecimento pleno é aquele que, além de verdadeiro, é válido porque é justo. Válido e justo em relação a quê? Em relação ao contexto do sujeito que pensa, pois o modo como um dado sujeito observa o mundo da vida com base no pensamento abstrato é

sempre singular. A verdade teórica (*ISTINA*) inserida em um contexto determinado exige que o sujeito assine seu pensamento e se responsabilize pelo seu ato de pensar, único e singular. O ato de pensar de alguém (*PRAVDA*) faz existir algo inteiramente novo, expande os limites da teoria que lhe serviu de base em novas e ilimitadas direções. O ato é um gesto ético, constitutivo da integridade do sujeito, e é por isso que o ato de pensar não é fortuito nem por acaso.

O mundo da vida e o mundo da cultura não se opõem; ao contrário, completam-se. O conhecimento dotado apenas de abstração teórica é um conhecimento parcial. Sua inclusão responsável na singularidade é o que constitui a verdade da situação e que dota o conhecimento daquilo que é absolutamente novo, visto que é assinado por alguém. Assinar é admitir o lugar único que cada um ocupa em ver, pensar e dizer algo sobre um dado acontecimento na vida. Todo valor universal somente se torna realmente válido em um contexto individual.

Como vocês bem sabem, as minhas preocupações são semelhantes às suas e venho me indagando sobre a ética na pesquisa no mundo de hoje. Quando falo de ética na pesquisa não estou me referindo obviamente a toda uma burocracia que se explicita em recomendações banais dos comitês de ética das instituições de pesquisa, recomendações que muitas vezes inviabilizam as pesquisas que justamente pretendem mostrar a importância das ciências humanas em expandir propostas que visem o bem comum, evitando dar realce às mesquinhas dos falsos poderes. Refiro-me a algo mais intenso e profundo, que diz respeito ao compromisso de cada pesquisador com a tomada de consciência do lugar singular que ocupa na realização de sua tarefa. Mas quem são aqueles que se responsabilizam pelo que pensam e fazem? Onde estão os homens que estão a criar nas artes e nas ciências respondendo pela vida?

Estamos vivendo uma crise de responsabilidade. Penso que o conhecimento, quando se torna puramente mecânico, não se integra verdadeiramente ao ser e desenvolve um modo de instrumentalizar a vida sem compromisso com uma consciência crítica que lhe corresponda. É bem sabido que o “mundo das coisas” vem ocupando um protagonismo exagerado na constituição do ser, tornando cada vez mais difícil responsabilizar os sujeitos pelos seus atos. A técnica, bem como o mercado, passou a ditar as regras para o funcionamento da experiência vivida, servindo de

álibi para que os sujeitos não mais se responsabilizem pela mediação entre o mundo da cultura e o mundo da vida. A culpa na filosofia moral de Bakhtin é uma culpa ética, está vinculada à responsabilidade. O mundo da vida e o mundo da cultura não devem só arcar com a responsabilidade mútua, mas também com a culpa mútua. O indivíduo deve tornar-se inteiramente responsável frente à tarefa de agir no mundo da vida, realizando suas escolhas que farão existir algo, para o pior ou para o melhor.

Lamentavelmente o que se percebe, caras amigas, é uma imensa rede de atores anônimos, explicitando as regras que fazem existir a vida em uma determinada direção. Enredar os grandes desafios atuais em uma complexa rede de possibilidades pode servir para explicitar as relações de poder que atuam em um acontecimento determinado. No entanto, a compreensão teórica por si só não me obriga a nada, o mundo teórico está suscetível de ser indiferente à singularidade da vida de cada um. As teorizações são incapazes de apreender o ser como evento em devir. Chegamos, assim, à questão central e que diz respeito à filosofia moral de Bakhtin. Compreender algo ou alguém pressupõe minha participação responsável, e não apenas minha abstração. É na singularidade do ato de pensar que se unificam o mundo da cultura e o mundo da vida. Assumir a responsabilidade do ato de pensar é a única via pela qual a perniciosa divisão entre a cultura e a vida pode ser superada. A verdade em si deve tornar-se verdade para mim. Desse modo, o conhecimento em ciências humanas deveria se expressar através de uma ética da existência. É o que venho tentando realizar e as dificuldades que se apresentam ao longo do caminho me fazem buscar uma interlocução permanente com as ideias de Bakhtin. Reconheço que, ao longo dos anos, fomos amadurecendo nossas leituras de Bakhtin e devo dizer que o diálogo acadêmico que temos mantido é uma fonte de inspiração para o meu trabalho de pesquisa junto aos meus alunos da pós-graduação em psicologia. O tema da ética na pesquisa em ciências humanas é um tema permanente. A cada época, novos desafios. Que o tempo nos reserve novas oportunidades de interlocução para continuarmos buscando dar sentido à vida no grande tempo, mas um sentido válido, visto que justo e inserido no contexto.

Até breve,

Solange Jobim e Souza

Referências

AMORIM, Marília. Para uma filosofia do ato: válido e inserido no contexto. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009.

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

FREITAS, Maria Teresa. Bakhtin e a psicologia. In: FARACO, C.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

JOBIM E SOUZA, Solange. Mikhail Bakhtin e as ciências humanas: sobre o ato de pesquisar. In: FREITAS, M. T. A. *Escola, tecnologias digitais e cinema*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

JOBIM E SOUZA, Solange; ALBUQUERQUE, E. D. P. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 109-122, jul./dez. 2012.

KRAMER, Sonia. Linguagem e tradução: um diálogo com Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin. In: FARACO, C.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

CARTA AOS PREZADOS COLEGAS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DÁ CAPES

Introdução

Ao final da reunião do nosso GT em BH, emergiu a sugestão de que cada participante buscasse expressar suas questões através de uma carta. Em nossa segunda reunião, na PUC-RJ, em outubro de 2012, a forma original ganhou um refinamento: redigiríamos uma carta em “segundo grau”, refletindo sobre sua forma, antes da sua escrita. Nesse sentido, início dando-me conta de que escrevo, hoje, muito menos cartas do que antigamente: substituímos nosso antigo hábito de escrever cartas pela consulta à nossa caixa de correio eletrônico. Embora assumo os inegáveis recursos da rede de computadores, causa-me inquietação a urgência que o seu uso diário impõe. Incomoda-me a pressão a que somos submetidos: não basta verificar as correspondências eletrônicas, precisamos também respondê-las dentro de prazos mínimos, caso contrário somos cobrados pelo missivista ofendido (talvez por isso não entre nas redes sociais. Sintome como o idiota, personagem de Deleuze, para o qual há coisas mais importantes a fazer do que entrar no Facebook).

Assim, um exercício que considero relevante seria avaliar, ainda que em grandes linhas, a maneira com que eram redigidas correspondências antes das tecnologias da informação. Mais do que as cartas em si, especialmente interessantes eram as trocas de correspondência que configuravam ciclos que duravam longos períodos. Um ciclo que considero particularmente importante é o constituído pela troca de correspondência entre Franz Xaver Kappus e Rainer Maria Rilke e que gerou o pequeno livro de Rilke, *Cartas a um jovem poeta*. Na edição alemã (Insel Verlag, 1967) o prefácio é escrito pelo próprio Kappus. Conta ele que, em meados de 1902, aos dezenove anos, conversando com um professor da academia na qual estudava, e lendo um livro de poesias de Rilke, constatou que anos antes este havia sido aluno daquele estabelecimento. “Então nosso ex-interno se transformou num poeta”, comentou o velho mestre. Mesmo não o conhecendo pessoalmente, decidiu enviar-lhe uma carta solicitando uma avaliação de alguns de seus incipientes poemas.

Em fevereiro de 1903, para sua alegria, Kappus recebe a primeira de uma série de dez cartas, numa troca que irá até 1908. O que surpreende aqui é o tempo que decorre entre as cartas: do envio de Kappus à primeira resposta de Rilke transcorrem em torno de quatro meses. É um tempo que permite elaboração, reflexão, aprofundamento. Vou me deter, ainda que brevemente, nos pontos que considero mais significativos da primeira carta. Trata-se de um texto impecável, um modelo de elegância, concisão e serenidade. Ele inspira a carta que desenvolverei mais adiante, pois, embora tratando de poesia e não de ciência, seu tema é a produção. Há uma edição brasileira, com tradução de Paulo Rónai (Ed. Globo, 1995).

Rilke inicia sua resposta declinando do convite a avaliar os versos a ele encaminhados: obras de arte são seres misteriosos e criticá-los pode resultar em mal-entendidos. Ele apenas diria que falta aos versos algo de peculiar que lhes dê uma feição própria e independente. Como conseguir isso? Utilizando-se da licença que recebeu para aconselhá-lo, Rilke sugere ao jovem poeta abrir mão da preocupação com a opinião de outras pessoas, com a avaliação externa dos seus poemas, com a definição se eles seriam ou não bons. As perguntas a fazer deveriam ser outras. Qual o motivo que o leva a escrever? Ele morreria se lhe fosse vedado escrever? Se sim, ele que construísse a sua vida de acordo com essa necessidade (se ele sentisse que poderia viver sem escrever, sua decisão deveria então ser a de renunciar a se tornar um poeta). Nessa escrita, ele deveria evitar temas difíceis (estes exigem maior amadurecimento) e buscar os motivos da sua escrita na natureza e na sua experiência das coisas simples da existência cotidiana. Se essa existência cotidiana lhe parecer pobre, “não a acuse. Acuse a si mesmo, diga consigo que não é bastante poeta para extrair sua riqueza”.

Terá sido Rilke leitor do filósofo inglês Alfred North Whitehead? Em sua conferência proferida em 1916, *The aims of education* (1929), ele segue uma argumentação muito próxima à de Rilke. Ao dar conselhos de como lecionar matemática a crianças, Whitehead sugere que se evitem as “ideias inertes” e que se busque treinar as crianças a fazerem combinações originais a partir de poucos exemplos simples que permitam que elas se alegrem com a experiência da descoberta. O apreço que o aprendiz terá por um tema permitirá, através da prática, que ele apure um estilo ao desenvolver seu ofício. O estilo é o privilégio de quem se especializou. Alguém já ouviu falar do estilo de um pintor ou de um

poeta amador, pergunta Whitehead? O estilo é sempre o produto de um estudo especializado. É um estilo de escrita que Rilke solicita a Kappus. A proximidade de Whitehead com Rilke fica ainda mais evidente quando abordamos seu conceito de natureza. Para Whitehead, natureza “é aquilo a que estamos atentos (aware) na percepção” (STENGERS, 2002, p. 45), e nunca esgotamos essa percepção em um único olhar: “[...] se dirigirmos à natureza a atenção que convém, encontraremos nela mais do que observamos num primeiro momento” (2002, p. 51).

Ajudados por Whitehead, podemos reescrever as questões colocadas por Rilke a Kappus, focando a questão da produção de ciência mais do que a da poesia. Poderíamos abrir mão de avaliações críticas externas e concentrarmo-nos nas razões que nos levam a sermos pesquisadores em psicologia? Poderíamos viver sem a atividade acadêmica? Como poderíamos evitar ideias inertes e vazias e desenvolver um estilo em nosso ofício de pesquisadores? Como dirigir às experiências cotidianas, às práticas a atenção devida que a elas convém?

Procuo encaminhar essas questões na carta a seguir.

Minha carta

Rio de Janeiro, PUC, 25 de setembro de 2012.

Sou Ronald Arendt, professor Titular em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Uerj, docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social vinculado ao Departamento de Psicologia Social e Institucional desse instituto e membro do GT “Tecnologia e Modos de Subjetivação”. Na reunião deste ano de 2012 em Belo Horizonte, esse GT decidiu tornar a se encontrar num seminário, em setembro, quando cada participante iria ler uma carta escrita a um destinatário a ser definido pelo autor, versando sobre sua linha de pesquisa em sua instituição de origem. Tendo em vista que venho estudando uma variante da teoria do ator-rede que se dedica a analisar a questão da prática e, mais especificamente, os recentes ensaios de John Law referentes à questão das características de uma abordagem romântica em contraste com a barroca, num primeiro momento pensei em dirigir uma carta ao próprio Law, analisando as possibilidades de pensar as práticas psicológicas através desse viés. Ocorre que outra ordem de acontecimentos também vinha ocupando minhas

atividades acadêmicas: docente de um programa de pós-graduação que numa recente avaliação teve sua nota diminuída de cinco para quatro, venho acompanhando o impacto dessa avaliação no programa. Esta gerou uma secessão no quadro docente, que se dividiu em grupos mais ou menos produtivos, emergindo do colegiado uma cobrança às vezes implícita, às vezes claramente explícita por mais produtividade: o docente teria que publicar artigos, livros e capítulos em periódicos e edições com o aval do Qualis da Capes, numa média especificada por ano, caso contrário poderia prejudicar o programa, e deveria, caso não tivesse condições de cumprir tais metas, ou pensar em sair do programa ou passar a professor colaborador. Percebo em alguns colegas e no contato com docentes em encontros como os da Anpepp, um desconforto com o modelo atual. Influenciado por Law, dei-me conta de que a avaliação da Capes poderia ser compreendida como romântica, no sentido descrito por ele. Decidi então encaminhar a carta a vocês, avaliadores da Capes, não pensando em desqualificar o atual sistema de avaliação, mas, pelo gosto da controvérsia, colocar em discussão outro modelo cuja proposta seria barroca.

Por que o modelo atual de avaliação seria romântico? Como, por questões de espaço, quero me dedicar mais à análise do barroco do que à do romântico, vou apenas acompanhar rapidamente o que Law (2004), seguindo a análise do filósofo Chungling Kwa, sustenta: a partir do senso comum, quando procuramos dar conta de uma instância complexa, assumimos que ela é global, portanto grande, e que, nesse sentido, inclui o pequeno, o local, e que para compreender essa complexidade temos que adotar uma abordagem holística a partir da qual então investigamos as complexidades emergentes para obter então uma visão geral do todo. Penso que a Capes atua desta forma. Ao pensar a produção dos programas de pós-graduação de uma forma global, maior, holística, seus técnicos analisam os desempenhos que emergem de programas locais a partir de critérios externos para, através destes, elaborar uma avaliação das peculiaridades de cada programa. Estou ciente de que essa é uma herança do pensamento anglo-saxão na sociologia das ciências (Parsons, Merton) e que esse procedimento está instituído, mas proponho pensar como seria uma produção barroca e, a partir dessa base, constituir outra forma de produção.

Com o risco de perder muito da riqueza do ensaio mais recente de Law sobre o barroco, vou procurar fazer uma síntese de seus principais argumentos e questões (LAW, 2011). O barroco

é como um país distante onde as coisas se fazem de maneira diferente. Como senti-las? O que elas propiciam à experiência? O que podemos aprender da maneira como elas compreendem o mundo? Como podemos utilizar as habilidades e sensibilidades do barroco (ou as questões que ele coloca) para ajudar-nos a trabalhar empiricamente nas ciências sociais e humanas? Talvez as questões colocadas num tempo distante sejam importantes, mas elas foram esquecidas na academia contemporânea. Teriam elas ressonância ainda hoje?

A partir da análise de uma estátua barroca localizada numa igreja em Roma (a êxtase de Santa Teresa, de Bernini), Law procura mostrar que o barroco consiste em certa maneira de reconhecer coisas diferentes, de conceber a espiritualidade e de se interessar por questões extraordinárias. Ele mobiliza tipos particulares de subjetividade, mais emocionais do que razoáveis. Tais formas de experiência estão distantes das nossas universidades. Acadêmicos do século XXI têm emoções, mas o quanto nossos textos jogam no registro abertamente emocional é incerto. Sentimentos são encaminhados à vida privada, ao esporte, ao consumo, à novela, à arte, mas não os vemos nas páginas dos jornais especializados. Prazer ou dor são formas de experiência corporal. Há muita produção sobre corpos e suas subjetividades, mas não explicitamos nossas emoções em nosso trabalho acadêmico. Queremos introduzir formas de embodiment que falam da materialidade do conhecimento nas práticas da academia? Revisitar o barroco pode ser um recurso para criar formas pouco usuais de compreensão e escrita relevantes nas ciências sociais e humanas contemporâneas (essas formas podem ser irritantes ou ser uma provocação).

Law descreve então um conjunto de técnicas que poderiam dar conta do barroco, sempre contrastando as características de cada técnica com as práticas nossas acadêmicas. Em primeiro lugar, o barroco é teatral. É nossa preocupação na academia redigir textos procurando enfatizar os efeitos, os diálogos, os cenários, as encenações na produção de conhecimento? Em segundo lugar, há uma tendência no barroco a desfazer os limites entre o que está dentro e o que está fora. Se na academia nosso objetivo é aprender sobre alguma coisa, muito emaranhado é tratado como um problema, signo da falha em obter uma distância apropriada. Em terceiro lugar, o barroco é heterogêneo e mobiliza os mais diferentes recursos para se expressar. A maioria dos textos acadêmicos é apresentada numa forma mais ou menos homogê-

nea e relativamente transportável. Em quarto lugar, Law traz a questão da dobra no barroco. Não se trata da ausência de limites, mas de como são plissados juntos o dentro e o fora, como essas instâncias estão e não estão separadas. Experimentar o barroco é estar dentro e fora ao mesmo tempo e aceitar isso como uma condição de compreensão. Onde encontramos isso na academia contemporânea? Como incluí-la em nossas práticas? Em quinto lugar, no barroco encontramos a multiplicidade, a multiplicação dos pontos de vista, o que leva a uma experiência distribuída, em perspectivas e processos que simplesmente não se encaixam num todo coerente. Trata-se também de uma ênfase no movimento: cada forma particular de experiência, na medida em que ela se dá conta de sua limitação se dá conta da importância de mover e trabalhar outra prática de compreensão. O quanto disso tudo se aplica ou deveria ser aplicado no contexto acadêmico contemporâneo é incerto, mas talvez, pondera Law, uma das lições a serem sugeridas é que o que conhecemos é menos importante que os processos de compreensão. Em sexto lugar, Law traz a sensibilidade do barroco para a apreensão daquilo que vai além do local, do que ele chama, num termo de difícil tradução, de *Otherness*. Trata-se de aperfeiçoar nossas sensibilidades àquilo que não se ajusta ou àquilo que não pode ser reduzido às homogeneidades das nossas práticas de conhecimento padronizadas. Estaria esse conjunto de sensibilidades restrito a experiências elaboradas e praticadas em igrejas, sinagogas, mundos artísticos ou prazeres e dores da vida privada?

Por outro lado, Law nos lembra que o barroco desempenhou um papel chave numa elaborada estratégia de poder da Igreja Católica Romana. Estaríamos nos engajando espiritualmente e politicamente num movimento conservador? Talvez estejamos, talvez não, mas o ponto que Law quer ressaltar é que existe uma estratégia de poder envolvida no barroco: ele busca chocar, atemorizar, produzir movimento, chamar à participação e então dominar. O barroco, porém, se presta a outras práticas que não as de instrumento do poder absolutista: Law relata, num exemplo, como na América Latina os arquitetos das igrejas utilizaram a arquitetura barroca para enfrentar a colonização espanhola ou, ainda, em outro exemplo, a forma como Walter Benjamin retoma a questão do drama trágico barroco a partir do seu tratamento da alegoria. Assim, o barroco não é simplesmente conservador. O que sugere que podemos pensá-lo como um conjunto de recursos

que podem ser destacados de onde eles vieram e usados em novas e diferentes formas. Entretanto, Law vê nisso uma lição maior: o barroco visa intervir e de forma deliberada. Dito de outra forma: o barroco é explícito quanto a ser performativo. Ele trata de moldar o mundo, operar sobre ele e formatá-lo de uma maneira ou de outra. O barroco se torna então, no ver de Law, um conjunto de técnicas para reconhecer o mundo, que podem (mas não precisam) ser emprestadas e adaptadas à academia contemporânea. Ele se torna também um conjunto de recursos para explorar como nos ocupamos do trabalho – ou das práticas de trabalho nas quais estamos envolvidos, pois, se o foco está na produtividade, então as questões se tornam as questões que ele propôs no decorrer do texto: quais são suas questões? O que é bom nelas? Que tipo de pessoas ele implica? O que significa reconhecer que não somos tão bons em conhecer? O que ele deveria formatar, e como, na pesquisa social empírica?

Em síntese, caros colegas da comissão de avaliação da Capes, uma produtividade barroca não consistiria tanto na produção de grande quantidade de textos, mas produzi-los a partir dos recursos, técnicas e questões que busquei sintetizar nesta carta a partir do ensaio de Law. Entendo que, como o próprio Law admite, a abordagem barroca na academia ainda é um *work in process*. A academia de formatação romântica é dominante e não penso que ela aceitaria sem ressalvas a abordagem barroca. Seria necessário que ela aceitasse coexistir com a abordagem barroca e teriam que ser construídos outros critérios de avaliação. Como disse acima, esta carta tem o objetivo de lançar a controvérsia.

Atenciosamente,

Ronald Arendt

P.S.¹: Uma autora que tem uma prática e uma produção que poderíamos chamar de barroca é a médica e filósofa Annemarie Mol. Em seus textos, encontramos em operação algumas técnicas sintetizadas por Law: encenações (que ela chama de *enactments*), *performances*, multiplicidades, movimento, cognição distribuída. Num texto recente, Marcia Moraes e eu procuramos mostrar a relevância de Mol para uma psicologia não moderna.

P.S.²: O historiador alemão Hans Ulrich Gumbrecht, professor de Literatura da Universidade de Stanford, concedeu uma entrevista à *Revista de História da Biblioteca Nacional*, quando do seminário

que proferiu na PUC-RJ em 2012. A entrevista, publicada na edição de novembro, se encaixa com perfeição aos comentários acima esboçados. Respondendo à pergunta “E quais os males da produção acadêmica no Brasil?”, ele diz: “Eu acho que a Capes enfatiza muito a pesquisa, aquela coisa científica. No Brasil, você tem que fazer pesquisa. Mas nas ciências humanas, talvez mais na História e na Filosofia, e em Letras, você não faz pesquisa. Para mim, fica muito mais claro que se deve destacar, em primeiro lugar, a meditação. [...] Acho que o problema das gerações jovens é a ênfase na pesquisa, no padrão das ciências naturais. Aí vem aquelas batalhas, aquelas discussões completamente inúteis e pequenas: ‘Você citou bem aquele autor, interpretou bem’. E, é claro, a coisa trágica: até nas formas banais da escrita acadêmica de hoje, as pessoas querem ser cada vez mais científicas. Aqueles resumos que eles fazem, quando o artigo começa: ‘Neste artigo, eu quero provar...’, não vou ler isto. Basicamente o que as ciências humanas devem fazer é tornar o mundo complexo. [...] O que faz um intelectual é sempre produzir alternativas, não de uma forma conservadora, mas diferente” (GUMBRECHT, 2012, p. 55).

Referências

GUMBRECHT, H. U. Entrevista. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 8, n. 86, nov. 2012.

LAW, J. Assembling the Baroque. 2011. Disponível em: <<http://www.cresc.ac.uk/publications/assembling-the-baroque>>.

MORAES, M.; ARENDT, R. Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. *Psicologia em Estudo*. Maringá, 2012.

RILKE, R. M. *Briefe an einen jungen Dichter*. Frankfurt am Main: Insel Verlag, 1967.

RILKE, R. M. *Cartas a um jovem poeta*. Rio de Janeiro: Globo, 1995.

STENGERS, I. *Penser avec Whitehead*. Paris: Ed. Du Seuil, 2002.

WHITEHEAD, A. N. *The aims of education and other essays*. 1929. Disponível em: <http://203.200.22.249:8080/jspui/bitstream/123456789/481/1/Aims_of_education.pdf>

AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Resolução n° 196/96 – Conselho Nacional de Saúde

O senhor/A senhora (ou o gênero que melhor lhe convier) está sendo convidado/a para participar da Pesquisa “O campo psicológico e a múltipla produção de subjetividade”. Devo esclarecer que na verdade se trata mais do que um convite. Convidados são personagens passageiros que, por mais que nos esmeremos em gentilezas e desmesuras, serão sempre estranhos ao que os convidamos. No caso deste “convite”, sua participação fará corpo com nossas questões, inquietações, reflexões e publicações, tornando nosso mundo menos simples e mais sinuoso. Melhor seria propor uma parceria ou mesmo coautoria. Aqui tento me redimir em nome de décadas de pesquisas psicológicas (e mesmo biomédicas e de ciências sociais) que se valeram dessa estranha categoria para os convidados: sujeitos!!! Nome que por vezes porta consigo certa nobreza, mas que recorda muito a possibilidade de sujeição, quando não um mundo partido com as coisas ditas objetivas.

Uma pesquisadora belga, Vinciane Despret (pronunciaríamos *deprê*, embora produza um pensamento muito mobilizador), lembra-nos de que este curioso nome “sujeito” vem da tradição de certos experimentos na medicina, em que os participantes seriam levados a uma posição mais passiva, como na hipnose. E nossa amiga belga lembra, de modo mais curioso, que a própria psicologia num estranho passado, em finais do século XIX, inventou um modo de se fazer pesquisa em que os pesquisadores, para estudar a nossa mente consciente, tinham que ser arduamente treinados na auto-observação a fim de relatar de modo preciso as experiências a que se submetiam nos laboratórios. Nesses curiosos laboratórios que não existem mais (eram muito semelhantes aos laboratórios de fisiologia da época), os que se submetiam aos experimentos eram mais treinados e experientes que os que manipulavam os instrumentos, dada a exigência de auto-observação rigorosa sem uso de conceitos comuns de nossa vida cotidiana. Aqui os pesquisados eram chamados colaboradores e tinham sua assinatura em primeiro plano nos artigos da época. Esse antigo

modo de pesquisar psicologia sucumbiu diante das críticas de que esse treinamento induzia as respostas dos pesquisados e que seria necessária uma forma de pesquisa mais natural e objetiva em que os pesquisados apenas reagissem naturalmente e sem conhecimento do que estaria ocorrendo. E assim seguiu a psicologia num jogo de gato e rato, ou melhor, de pique-esconde, em que um dos sinais de qualidade de uma pesquisa estava associada ao modo como ocultaríamos nossos objetivos, evitando influenciar os pesquisados, que agora deviam ser aleatoriamente escolhidos e preservados no anonimato de qualquer resposta indevida. Segundo nossa amiga belga, essa não influência não apenas não se realiza, como ainda condena os pesquisados muitas vezes a uma posição passiva, em que aos pesquisados só restaria uma posição de confiança cega na autoridade do pesquisador. Talvez a chamada a uma parceria mais em pé de igualdade pudesse resultar em resultados mais interessantes e, quem sabe, surpreendentes.

Eis que, em 1996, esse problema parece ser solucionado aqui no Brasil com a criação e a exigência dos Comitês de Ética em Pesquisa inicialmente para pesquisas biomédicas. Toda a famigerada burocracia desses Comitês, respaldada por alguns programas de Pós-Graduação e de revistas que só aceitam artigos aprovados por esses comitês seria redimida por esse efeito de publicização, obrigando os pesquisadores a se dirigir aos participantes por meio de um Termo de Consentimento explicativo da pesquisa (como este que vai se estendendo nestas linhas pela via do meu desabafo). Seria.. Porque não basta o esclarecimento que será feito da pesquisa: é preciso desmobilizar ainda várias marcas da desigualdade entre nós, como a autoridade do pesquisador e a condenação do seu testemunho ao anonimato. Sobre o problema do anonimato, escrevo mais adiante.

Mas queria dar algumas palavrinhas sobre nossa presumida autoridade como cientistas ou como autoridade competente sobre os desígnios da alma humana. Sei que isso lhe faz segurar este papel com maior atenção do que dispensaria a um encarte de supermercado ou a uma rifa de caridade. Mas essa suposta autoridade não pode apagar que o que fazemos como pesquisadores é em muito incerto e que o que buscamos é tentar construir com o testemunho de pessoas como você um conhecimento provisório sobre o modo como estamos nos constituindo em nossos dias de hoje. É claro que alguns colegas são mais apressados e ciosos em responder aos nossos enigmas de modo mais certo, supondo

haver encontrado algum dado universal e afastando outras versões. Por isso, nossos atos cotidianos são entendidos como possibilidades em si já contidas no cérebro, no inconsciente, em modos de aprendizagem, em nossa autenticidade inalienável como seres humanos livres. Contudo, esse juízo apressado e excludente (muito comum em nós da psicologia) apenas ajuda a reforçar um modo de autoridade, que é em muito impeditivo na produção de pesquisas mais inovadoras. É como se a força de autoridade de psicologia, aliada a modos de pesquisa muito restritivos às possibilidades dos participantes por si, conduzisse a resultados esperados.

É por isso que elaboramos esta pesquisa, que tem como objetivo estudar a presença de conceitos, ideias e práticas oriundas da psicologia na vida cotidiana das pessoas. Apesar de possuir muitas abordagens distintas, a psicologia nos dias de hoje tem grande importância na maneira com que orientamos nossas vidas, fornecendo teorias, diagnósticos e soluções para diferentes situações. De outro modo, a psicologia de uma forma geral também é sensível à maneira como a interpretamos e a utilizamos em nossa vida cotidiana. Portanto, não há qualquer intenção de considerarmos as opiniões expressas como certas ou erradas, ou o nível de conhecimento do participante. O que queremos é que você antes de tudo, mais do que responder às nossas entrevistas, nos coloque quais são as questões interessantes para darmos conta dessa presença da psicologia nos modos como agimos e nos pensamos. Nossa autoridade não se pode constituir sem a perspectiva da pessoa mais autorizada e especializada no assunto: você, enquanto consumidor de uma prática psicológica.

Os Comitês de Ética a princípio nos colocam a obrigação de nos dirigirmos do modo mais claro possível ao pesquisado – o que seria louvável. Mas os comitês se dirigem a nós da forma mais clara possível? Queria aproveitar e mencionar alguns preços que pegamos nesse diálogo difícil. Já mencionei a infernal burocracia: devo destacar que devemos nos dirigir a um *site* sem nenhuma interlocução para enviarmos nossa pesquisa a um comitê que é escolhido apenas por ser mais próximo ao do local de nossa pesquisa, pouco importando a área em que ele opera. Além dos mal-entendidos entre áreas de pesquisa, muitas vezes os comitês buscam avaliar o próprio conteúdo da pesquisa. Como se não nos bastassem as gentilezas que ouvimos às vezes dos órgãos de fomentos e comitês científicos de congressos. Mas este desabafo desmedido da minha parte aponta para uma exigência desmedida dos comitês de ética: a de que as suas respostas sejam tratadas

de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase de estudo. Sugerem os comitês de que quando for necessário exemplificar determinada situação da pesquisa nos textos publicados, a privacidade do pesquisado deve ser assegurada, uma vez que seu nome será substituído por um nome fictício ou uma inicial.

Posso garantir que o conhecimento produzido em conjunto com você será utilizado nesta pesquisa na conversa com as realizadas por outros pesquisadores. Assim, os resultados certamente serão divulgados em eventos, revistas científicas e porventura livros (embora dependamos de toda uma rede de avaliadores). Mas, em face desta situação, ousou perguntar em *off*, à distância dos olhares ciosos dos Comitês de Ética: seu desejo é de anonimato? Ou de afirmação da própria autoria de seu testemunho? Ou quem sabe ainda a coautoria com nosso trabalho. Nossa amiga Vinciane nos lembra de estranhos casos ligados ao anonimato. Primeiro, o de um conhecido interessado nas produções de seu terapeuta, que é surpreendido pela narrativa de seu caso numa tentativa radical de anonimato em que o seu próprio sexo invertido a fim de despistar qualquer semelhança (por que seu terapeuta desejaria tê-lo em outro sexo?). Segundo, numa experiência dela junto a um agricultor mulçumano na Bósnia que toma de suas mãos o relatório e o assina. Pensemos juntos a maneira mais interessante para seu engajamento.

Os comitês pedem que avise ainda que sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o senhor/a senhora (ou o gênero de sua preferência) pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Essa é uma questão desnecessária se pensarmos num engajamento verdadeiramente ativo e simétrico da sua parte. Pedem que também advirta que sua possível recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores ou qualquer outra instituição. Mas a sua recusa é mais que tolerável: ela é crucial para que pensemos o quão significativa, apropriada ou interessante é nossa pesquisa e nossas questões. Se nós dêssemos mais oportunidades a que aqueles com quem pesquisamos realmente se posicionassem, teríamos talvez coisas mais interessantes a apresentar do que ficar defendendo a objetividade de nossas investigações (supostamente imitando as verdadeiras ciências como a física ou as biomédicas) ou desqualificando a objetividade dos nossos vizinhos de profissão.

Os membros do Comitê de Ética igualmente foram muito insistentes para que eu lembrasse que o seu testemunho será guardado por um período de 5 (cinco) anos após o fim da pesquisa e posteriormente deletado. Daí pergunto: por quê? Por que 5, 10, 20, 10 mil anos? Parece algo ligado às leis de confidencialidade de documentos estatais, ou com um tom de filme de espionagem. Por que essa confidencialidade no trato com seu testemunho? O que ele teria de perigoso, especialmente para você? Temo que aqui estaríamos mais uma vez incorrendo numa assimetria coroada pela tutela. E se quisermos a bela recordação de um encontro inspirado? Todo esse cuidado seria desnecessário numa política de pesquisa mais cooperativa e simétrica em que você seja declaradamente nosso parceiro.

Pedem ainda que assegure que não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação, porém confesso que é disso que mais gostaria. Não me encontro aqui diante da confissão de qualquer modo bizarro de perversidade. Quero, contudo, afirmar o desejo de que minha pesquisa seja levada ao risco. Não o simples risco de estar certa ou errada, mas o risco de estar colocando problemas e questões inócuas e banais. O que desejo é sua participação arisca e arriscada, propondo desafios a nossos modos de construção de conhecimento.

Também podemos proporcionar uma declaração da sua participação, caso seja necessário justificar ausência em qualquer atividade (embora preferíssemos conferir a sua coautoria em nossa produção de conhecimento egoisticamente centrada no pesquisador, enquanto responsável por uma carreira a ser comparada e posta em competição com os demais pesquisadores pelos nossos órgãos de fomento – como vivêssemos em uma gincana colegial de produtividade).

O senhor/a senhora (ou o gênero de sua escolha) receberá uma cópia deste termo onde consta o *e-mail* de contato do pesquisador responsável (?) e do comitê de ética em pesquisa, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer momento.

Mas preferiria que você me ligasse para me convidar para um *chopp* ou para trocarmos uma ideia sobre esta pesquisa.

Desde já agradeço.

ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA
(INSTITUTO DE PSICOLOGIA)
E-mail: arleal@superig.com.br

Acolho de bom grado me articular com o campo desta pesquisa na sua arriscada produção de mundo, julgando-me coautor e personagem-chave nesta produção de conhecimento. Julgo-me ainda esclarecido(a) quanto ao inteiro limite deste e de qualquer outro termo de consentimento, sabendo que ele ainda me coloca numa posição assimétrica de fragilidade, tutela ou personagem menor na produção de conhecimentos. Por isso posso participar livremente da pesquisa, desistindo a qualquer momento de assinar este termo de judicialização, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento por parte dos Comitês de Ética.

Por uma vida menos ordinária.

(Nome Legível)

(Assinatura)

Em _____
(Local e Data)

P.S.: Se você quiser alguma indicação dos livros da nossa querida Vinciane, indico:

DESPRET, Vinciane. *Le cheval qui savait compter*. Paris: Les Empecheurs de Penser en Ronde, 2004.

DESPRET, Vinciane. A leitura etnopsicológica do segredo. *Revista Fractal de Psicologia*. v. 3, n. 1, jan./abr. 2011. Dossiê Despret.

CAROS COLEGAS PESQUISADORES

Rio de Janeiro, novembro de 2012.

Ressonâncias metodológicas: o dia a dia do pesquisarCOM

Desde o dia em que soube que havia ficado combinada a escrita de uma carta, senti uma imensa alegria. Gosto especialmente de cartas. Um texto em particular me fez ter um carinho especial por elas: no livro *Bom dia, angústia!*, Andre Comte Sponville diz que as cartas têm uma característica singular, elas falam ao outro no silêncio. As cartas não são tagarelas, elas portam com calma uma outra possibilidade: falo com o outro enquanto falo comigo. Dessa forma, as cartas nos permitem habitar um mesmo tempo, sem necessariamente estarmos no mesmo espaço. Talvez por isso elas resistam ao tempo: cartas se presentificam a cada vez que são lidas. Avançando um pouquinho, se não for ousadia minha, diria que, hoje, elas podem até se tornar presentes.

Aliás, adoraria que vocês sentissem esta carta como um presente. Posso adiantar que a escrever já foi um presente para mim. Creio que as cartas autorizam um estilo de escrita próximo, elas não são memorandos, nem relatórios: elas precisam contar somente o que precisa ser contado. Pensando nisso resolvi escrever a vocês, colegas, contando duas situações de trabalho de campo que me habitam há tempos e sobre as quais nunca consegui escrever. Decidi arriscar o silêncio da carta para colocar algumas palavras nesses dois momentos. Em particular, entendo que entre as duas há uma possibilidade de cultivar ressonâncias, o que torna o pesquisarCOM, proposto por Marcia Moraes, uma forma de habitar diversas fronteiras. Estar nesse lugar me recitou a pensar que, diante de certas situações, precisarei fazer ressoar por muito tempo o COM. Creio que, quando fazemos isso, aprofundamos ainda mais o viés político dessa opção teórico-metodológica, ou seja, o cultivo das sucessivas ressonâncias faz o COM se tornar COM-UM. O lugar do COM-UM exige a negociação de diferenças, a coragem de partilhar o cotidiano que testemunhamos como pesquisadores.

Nessa escolha teórico-metodológica, não nos é concedido o privilégio de ficar em uma zona de conforto, somos diplomatas em risco – como nos fala Isabelle Stengers –, precisamos levar a

cabo nossa missão. Minha aposta, um tanto ingênua, para lidar com isso é confiar mais nas perguntas do que nas respostas; é fiar, lentamente, uma conta por vez, recusando as generalizações; é buscar um vocabulário e uma maneira de fazer com que o texto seja capaz de transbordar o vivido. Nesse ponto percebo as cartas como aliadas. Elas não pretendem esgotar um assunto; pelo contrário, as cartas abrem conversas, gostam de multiplicar a prosa.

O primeiro momento ou pesquisar com a triangulação do palhaço

Há muitos anos pesquiso palhaços. Eles surgiram em minha vida na época em que havia acabado de passar pela qualificação de minha tese de doutorado. Esse momento não foi fácil, saí bastante desanimada. Dias depois, andando pela rua, encontrei um casal de amigos que me disse: “Estamos fazendo uma oficina de palhaços. É simplesmente maravilhosa, você iria adorar.” Aquele entusiasmo me fez pensar, adicionando uma pitada de bom humor ao já presente ingrediente do desânimo: “Quem sabe?! Já que não dou para acadêmica, de repente dou para palhaça?!” O fato é que fui fazer a tal oficina e foi amor à primeira vista! Até aquele momento os palhaços nunca haviam me chamado especialmente a atenção, desse modo, a oficina foi um acontecimento. Vinciane Despret disse, na conferência de abertura do Colóquio Entre-Redes, que um acontecimento é quando a partir daquele evento sua vida muda de tal maneira que já não é possível voltar atrás. “Aprender a ler é um acontecimento: quando vemos letras já não conseguimos mais não ler”. Pois bem, posso dizer que minha vida mudou e junto com ela minha tese: ela acabou versando sobre essa oficina de palhaços e sobre um grupo de mulheres vítimas de violência intrafamiliar. Em particular me interessei pelos momentos em que, nesses trabalhos pude acompanhar a recalcitrância em ação. Sim, queria saber o que acontece com os vínculos quando as coisas dão errado.

É verdade que Bruno Latour, em suas proposições sobre a Teoria Ator-Rede, chama a atenção para a recalcitrância nos processos de pesquisa. Ali o arranjo de vínculos entre os diversos atores se faz ver em ação. Nesse sentido, ela funciona como uma espécie de porta de entrada para os arranjos do campo de trabalho. Os momentos em que as coisas dão errado têm a potência do deslocamento, convidam (às vezes empurram) o pesquisador para que este se deixe afetar – diria Jeanne Favret-Saada. Gosto de

pensar na recalitrância como uma das situações em que temos a chance de abrir a caixa-preta. Ali há um “não” evidente e nosso exercício é acompanhar o que mais está presente: quais vínculos se rompem e quais vínculos se criam.

A recalitrância se transformou em uma ferramenta do trabalho de pesquisa. Fui acordada para essa questão pelas proposições da teoria Ator-Rede, mas aprendi a desfrutar de seu manejo com os palhaços. Eles são verdadeiros mestres disso. Nossa, já faz mais de dez anos dessa história e hoje percebo como os palhaços me reconduziram à pesquisa. Eles me fizeram encontrar um olhar, um modo de não desistir diante das recalitrâncias. Para que vocês entendam melhor, contarei um pouco como eles fazem isso.

O palhaço, no espetáculo de circo, carrega uma função primordial. Não sei se vocês já se detiveram a pensar sobre o que é um palhaço?! Os palhaços usam a menor máscara do mundo: uma máscara que mais revela do que esconde. Essa máscara pode ou não ser um nariz, mas mesmo quando não há nariz, há algo naquela pessoa que precisa nos fazer saber que se trata de um palhaço. O palhaço é antes tudo abertura, convite. Não existe um palhaço se você não aceitar esse convite. O palhaço é, por excelência, da ordem do vínculo. O palhaço acontece entre uma coisa e outra, entre uma pessoa e outra. Em poucas palavras: o palhaço recruta um outro, mesmo que seja um outro hipotético. É desse lugar que brota o riso, muito embora um bom palhaço faça por nós muito mais do que somente nos fazer experimentar o riso. Um bom palhaço nos faz chorar, sentir vergonha, ruborizar, levar susto... Enfim, a presença de um bom palhaço nos faz viver um pouquinho mais, com um pouquinho mais de sal e, às vezes, pimenta.

Os palhaços existem em muitos lugares do mundo e desde há muito tempo. Para entender os palhaços de nosso tempo, é preciso entender o circo. O circo é um espetáculo de superação, os trapezistas voam, quase caem, mas conseguem pelo enlace de suas mãos superar a gravidade e seguir passando de uma barra a outra. Os contorcionistas não se quebram; eles se dobram e fazem do corpo uma massinha que supera as leis da flexibilidade humana. Os equilibristas fazem pratos, palitos e mais pratos rodarem juntos em ciranda, uma ciranda capaz, mais uma vez, de superar as leis do equilíbrio. Enfim, o espetáculo de circo é um espetáculo de superação. Superação de quê? Superação da humanidade! Essa humanidade comum que nos habita todos os dias, que nos faz tropeçar, desequilibrar, cair e quebrar. Tanto melhor

será o circo quanto mais impressionados ficarmos com as habilidades do artista. Nossa expressão, nossa respiração mostra: “Ohhhhh!” Mal puxamos o ar e lá está o artista novamente a nos fazer entoar o “Ohhhhh!”

Todos sabemos que, para que tenha conseguido aquela façanha, ele treinou muito, não foi fácil, mas ele faz parecer fácil. Os artistas de circo treinam o agradecimento ao final do número: nós não devemos vê-los arfando, desesperados pelo ar. A respiração e o sorriso devem ser calmos, mostrando que aquilo que nos faria cair, para eles, é trivial. O efeito desses números sobre nós é ambíguo: por um lado, ficamos impactados pela habilidade do outro; por outro, sentimo-nos diminuídos em nossa humilde incapacidade de levar mais do que três copos à mesa. É nessa circunstância – quando somos ínfimos diante de todas as façanhas – que o palhaço entra no picadeiro. Pois, quando no circo todos voam, superam a lei da gravidade, do equilíbrio, da flexibilidade, o palhaço é aquele que cai, aquele que tropeça, aquele que deseja sem poder ter, aquele que perde sem ganhar.

Em poucas palavras, o palhaço traz de volta ao espetáculo a humanidade, ele restaura nossa participação no circo. Ele nos faz rir, pois revela o que apartamos. Se nós tropeçamos e quase caímos, ajeitamo-nos rápido, fazemos como se nada houvesse acontecido. O palhaço, ao contrário, fará disso um evento. Ele mostrará, nos mínimos detalhes, o tropeço. Irá em câmera lenta, tirando proveito de tudo que o corpo em possível queda pode mostrar.

Para fazer isso, os palhaços se valem de muita técnica. Em particular, uma técnica me chama a atenção, a triangulação. Os bons palhaços tem profundo domínio da triangulação. Ela consiste, basicamente, no seguinte: o palhaço vê algo ou algo lhe acontece, nesse momento ele compartilha conosco o efeito que aquilo produziu nele. Ele nos olha e assim nos inclui em seu mundo. Os palhaços sabem que o outro, o público, precisa estar dentro – fazer parte – para viver o palhaço. Ele se nutre de nossa humanidade, enquanto a multiplica em seus gestos. Já nós, enquanto os vemos, sentimos nossa humanidade de todos os dias homenageada em sua melhor forma. Em síntese, o palhaço é um perdedor, mas, com sua triangulação, faz existir no mundo muitas das coisas que são apartadas, invisíveis, e desse modo trabalha, parafraseando Bruno Latour, para construir um mundo mais que plural, um mundo comum a todos.

A triangulação dos palhaços me fez apreender um tanto mais sobre o lugar político que nós pesquisadores precisamos ocupar quando estamos em nossos campos de trabalho. A tarefa não é nada fácil, precisamos cultivar com muito esmero nossas afetações. Fica lançado um desafiado cotidiano de trabalhar, de pesquisarCOM.

O segundo momento ou pesquisarCOM o inesperado

Uma das pesquisas que desenvolvo atualmente acontece no Instituto Benjamin Constant, centro de referência nacional para pessoas com deficiência visual. O objetivo da pesquisa é implementar, bem como investigar, um dispositivo clínico para atendimento de grupo de pessoas com deficiência visual. Nesse trabalho tentamos fomentar que as questões não se esgotem no patamar identitário da cegueira, e sim que tomem esse vetor de atravessamento como uma mola propulsora das questões. Portanto, não se trata de um grupo terapêutico PARA cegos, mas de um grupo terapêutico COM cegos. Esse modo de fazer a pesquisa me coloca diante não só das singularidades da experiência do ver e do não ver, mas também diante dos impasses e constrangimentos, o que, por sua vez, me faz lembrar do modo como os palhaços tiram partido desses momentos.

No dispositivo clínico, muitas vezes compartilhamos alegrias e, em outras tantas, partilhamos tristezas, e agora gostaria de lhes contar uma delas. Em um dos atendimentos, Julio (nesta carta vou preferir resguardar seu nome verdadeiro) nos falou de sua alegria: “Fui convidado para um casamento!” Ele é diabético, morava sozinho, e há muito o grupo vinha falando sobre a possibilidade de ele cultivar mais laços, estar com seus amigos, “não ficar tão só”. Foi nesse com-texto que o convite chegou. Todos gostamos de ouvir tanto a notícia do convite quanto da sua vontade de ir à festa. Um agito de movimentos e sorrisos povoaram o dispositivo. Em meio a isso: “Só tem um problema: não tenho sapato e não tenho dinheiro para comprar.” Outra pessoa responde: “Isso não é problema, pede emprestado!” Julio recebe a ideia com ares de “farei isso”. O grupo já estava terminando, o relógio audível, em sua voz mecânica, dizia 3 horas. Na semana seguinte, grande expectativa: “Será que Julio foi ou não foi?! Desistiu?!” Ouve-se a bengala na porta, “pac”, um som seco e

certo. A maçaneta se move, range a porta, pronto: era Julio carregado de notícias e sorrisos. Sua bengala escolhe entre as cadeiras em roda, enquanto o grupo aguarda em respiração suspensa. Enfim, a suspensão do ar abre espaço para as histórias do casamento. Julio era uma festa só, tinha muita comida, alegria e boa prosa. Tudo vinha bem e os ares eram leves. Em meio ao rebuliço de novidades, tinha só um probleminha: “Pedi um sapato emprestado, consegui!” Todo mundo faz cara de pouca surpresa e ele continua, “mas era de um número menor e acabei fazendo uma bolha no pé.” Todos continuam felizes, afinal o que é uma bolha perto de uma festa. Dias se passam, outros temas ganham o dispositivo, só que Julio continua no entrevero com a tal bolha. A equipe pergunta: “Foi ao médico?”, ele rapidamente responde: “Não precisa não, é só uma bolha.” Fica a sugestão no ar e mais uma semana se vai até o dia em Julio não chega. “Ué, o que houve?” “Pois é, gente, o Julio foi internado.” “Como assim? Ele estava tão animado esses últimos tempos, o que houve?” “A bolha.” “Hein? A bolha? Que é que tem a bolha?” “Piorou muito, talvez vai ter que operar.” Silêncio... pouco entendimento... mas todos percebemos que o tal sapato emprestado andava tomando rumos estranhos. De lá do dispositivo ligamos para Julio, o grupo falava em viva-voz: “Vamos te visitar!” Mais dias se passam, visitas que vão e vem trazendo notícias do hospital. “O Julio tá pior...” Uma pequena pausa, capaz de dilatar um segundo em horas. “Eles vão ter que amputar o pé.” Essa notícia fez o chão sumir e um nó na garganta deixava pouco a ser dito. De fato, foi preciso amputar o pé. O tal sapato emprestado, a tal festa de casamento, tudo perdia o rumo, o Julio perdeu o pé.

O hospital público era precário, faltava muita coisa, Julio estava muito deprimido e precisávamos de um médico que pudesse avaliar essa situação. Ligo para uma amiga médica para pedir um contato no Hospital Miguel Couto. Conto a história e ela começa a me responder, pondo sua ordem ao que havia lhe contado: “Nossa, que situação... mas claro, com a diabete ele não sente bem os pés... a dor não tinha como avisar... como é cego, também não viu o pé piorando...” Ela deve ter seguido falando, mas eu fiquei sem escutar. Só ouvia um zumbido, Piiiiiiiiiiiiiiiiiii, o peito era pequeno para a constatação. Na fração de um segundo, muita coisa me passou: ele não pôde sentir o pé, ele não pôde ver o pé, ele mora sozinho, ele

não viu e não foi visto. Naquele momento, aprendi que a cegueira não acontece na deficiência visual, ela se distribui no mundo.

Por fim, escrevo esta carta pois ainda pulsa, para mim – como pesquisadora –, uma pergunta: diante de uma experiência como essa, qual a triangulação necessária para de fato fazer existir um mundo comum? Nesse caso, o pesquisarCOM me fez interrogar até onde a pesquisa dá conta de ir. Escrever um texto sobre isso, e talvez por isso tenha tardado tanto em fazê-lo, me pareceu muito pouco. Claro que a escrita é uma de nossas ferramentas, mas quais são as transformações que precisamos colocar em ação? Penso que certas situações exigem mais: como fazer com que o texto tenha a potência de trasbordar o vivido? Qual a escrita precisa? Ao terminar esta carta fiquei com a impressão de que esse convite que as cartas fazem, para escrever mais de perto, desenhou um triângulo.

Com gratidão pela possibilidade que vocês me deram de poder COMpartilhar,

Alexandra Tsallis

P.S.¹: Gostaria de agradecer especialmente ao Julio, ao Ésio Magalhães e ao Roda Gigante, vocês me dão forças para seguir como pesquisadora.

P.S.²: Se sentirem vontade de me responder, tomara que sim, podem escrever para meu e-mail (atsallis@gmail.com).

P.S.³: Ah, caso vocês se interessem por ler um pouco mais sobre essas coisas que lhes contei, transcrevo abaixo as referências bibliográficas que me aCOMpanham.

- Sobre cartas

SPONVILLE, A. C. *Bom dia, angústia!* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- Sobre o PesquisarCOM e a Teoria Ator-Rede

DESPRET, V. Controvérsias: pesquisas com não-humanos. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rey, v. 6, n. 2, p. 163-169, ago./dez. 2011.

FRAVET-SAADA, J. Ser Afetado. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

LATOURE, B. *Un monde pluriel mais commun*. Paris: L'Aube Poche Essai, 2003.

LATOURE, B. *Políticas da Natureza*. Como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: NAU, 2010. p. 26-51.

- Sobre os palhaços

TSALLIS, A. C. *Entre terapeutas e palhaços: a recalcitrância em ação*. 194f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

TSALLIS, A. C. Palhaços: uma reflexão para a Gestalt-Terapia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 139-151, jan./jul. 2009.

- Sobre o Dispositivo Clínico

KASTRUP, V.; TSALLIS, A. C. Acoplamentos, vínculos e deficiência visual: sobre um vetor de atravessamento Varela-Latour. *Informática na educação: teoria e prática*, v. 12, n. 2, p. 12-22, jul./dez. 2009.

TSALLIS, A. C. et al. Tateando, Fabricando, Explorando, Implementando, Parangoleando um dispositivo clínico. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: NAU, 2010. p. 119-133.

DO “PESQUISARCOM” OU TECER E DESTECER FRONTEIRAS.

Carta aos alunos com quem estive e estou nas disciplinas de metodologia da pesquisa

Niterói, 18 de setembro de 2012.

Queridos alunos,

Por que lhes escrever uma carta se temos nos encontrado em diversas ocasiões, pelas salas de aula, nos corredores da UFF, nos pilotis, nas bancas e em outros eventos? É que a carta porta uma interessante temporalidade que parece estar na contramão do nosso mundo. É um demorar-se nas letras, nas ideias, no desejo de partilha, no estar juntos. Escrevo, pois, esta carta para com ela lhes enviar essa demora nas coisas.

Não é raro que as pessoas à minha volta torçam o nariz quando digo que me encanto com a metodologia da pesquisa. Mas, afinal, o que há de encantador na metodologia da pesquisa? De um lado, as perguntas que vocês me fazem e que via de regra me interpelam num ponto de não saber. E é justamente por aí que nosso encontro me move e comove. Estar perto de vocês quando a inquietação de suas pesquisas lhes causa desassossego: o desassossego do pensar. De outro lado, vivo a metodologia da pesquisa como questão que corta a carne. Explico-me: é que muitas vezes se pensa que método de pesquisa diz respeito apenas ao campo do conhecimento e de suas regras. Nesse caso, o método se confunde com o protocolo, com um caminhar cujo roteiro é definido desde a partida. Sim, talvez para algumas pesquisas o método seja assim conceituado. Mas não é nesse registro que tenho tocado as pesquisas que realizo. É que tomo o método como um modo de fazer política, isto é, discutir sobre método de pesquisa é lidar com modos de estar com outros, com determinada maneira de compor o mundo em que vivemos e de articular o “nós”. E é justamente o desejo de engajar-me em certa composição de mundo que me leva, insistentemente, a voltar para as aulas de metodologia e para a prática da pesquisa.

Na carta que ora lhes escrevo, partilho algumas preocupações que têm me ocorrido no campo da pesquisa que realizo com

peças cegas e com baixa visão. Tenho orientado essa pesquisa através de um método que chamei de pesquisarCOM. Do que se trata esse método de pesquisa? Se considerarmos, como Bruno Latour sugere, o método de pesquisa como um guia de viagem, ou como uma mala que levamos quando saímos em viagem, eu diria que nessa mala não podem faltar algumas coisas. Poucas e relevantes coisas. Eis a lista que faço: a) o outro que interpelamos é tomado como sujeito agente e expert e não como objeto passivo, como alvo de nossas ações; b) os mal-entendidos são pistas relevantes que podem anunciar novas e interessantes versões de mundo; c) pesquisar e intervir são inseparáveis, de sorte que a pesquisa, mais do que representar o mundo, é uma ação de produzi-lo, ou seja, pesquisar é performar certos mundos, é delinear fronteiras, fazer movê-las, alargá-las e problematizá-las.

Assim, tendo enveredado pelo estudo da deficiência visual, digo-lhes que não sigo as essências, mas as variações, os modos como o cegar se inscreve nas vidas das pessoas, em seus cotidianos. A pergunta pelos invariantes não é o que move o pesquisarCOM. Há que se dizer que a pesquisa científica – na psicologia, inclusive – tem fascínio pelos invariantes. E talvez eles até importem, em alguma medida, em algum cenário, quem sabe? Mas, de minha parte, devo dizer, não sou instigada por eles e não os tenho levado adiante. É a variação que me interessa seguir. A porosidade das fronteiras, os caminhos pelos limiares. Nesta carta, dado o limite de linhas, gostaria de lidar com um dos temas do pesquisarCOM: aquele que diz respeito às fronteiras. Donna Haraway afirma que a objetividade é definida como um projeto de fronteiras. Trata-se pois, de uma questão política. Para a autora, os objetos enquanto tais, em si mesmos, não existem, eles são antes desenhados através de práticas de mapeamento. Eis o que fazemos em nossas pesquisas. O que conta e o que não conta no mundo que fazemos existir com nossas pesquisas? Situando um pouco mais essa pergunta, trazendo-a para o campo da deficiência visual, pergunto: o que conta e o que não conta como deficiência? Como, onde, com que elementos são tecidas as fronteiras entre eficiência e deficiência? É possível nelas interferir, movê-las?

Por certo, já se gastou muita tinta para desenhar a deficiência nos limites do corpo: um corpo lesado, defeituoso, é um corpo não eficiente. A deficiência é assim definida pela falta, pelo déficit. No entanto, quando pesquiso o cegar, o que está em jogo é justamente seguir as e interferir nas variações das fronteiras en-

tre eficiência e deficiência. Dito com outras palavras, o que está em jogo é seguir os arranjos locais, situados, heterogêneos que definem eficiência e deficiência. Assim, não é mais no limite da pele que se faz a fronteira do corpo, mas nas suas mediações, nas suas associações com os mais díspares e heterogêneos elementos: bengalas, regletes, ombros, cães guia, pisos táteis e muitos outros atores performam e fazem existir de um ou de outro modo o que conta como eficiência e deficiência. Com quantas mediações é feita a sua eficiência? Em que arranjos ela se tece? Com que elementos ela lhe faz fazer coisas como andar, falar, amar, criar filhos, molhar as plantas?

Recentemente, assisti a um filme chamado *Uma garrafa no mar de Gaza*, dirigido por Thierry Binisti, que tocava justamente nesse ponto das fronteiras, das diferenças. E o fazia lançando mão de uma carta. A protagonista chamava-se Tal, uma menina de 17 anos, judia, nascida na França e que mora em Jerusalém. Após uma terrível explosão (terrorista?) ocorrida em um café, próximo à sua casa, Tal escreve uma carta dirigida a alguém que ela não conhece, um palestino, um interlocutor inicialmente imaginário. Coloca a carta numa garrafa e pede a seu irmão, militar, que a lance no mar de Gaza. Para que e por que Tal escreve essa carta? Porque ela ansiava por compor o mundo de outro jeito; porque, com a carta, ela imaginava ser possível abrir uma fresta naquele mundo em que ela vivia e que a seus olhos parecia tão estupidamente dividido entre palestinos e judeus, bandidos e mocinhos, deus e o diabo, o centro e a periferia, a ralé e os bem de vida, os senhores e os empregados... Tal queria compor o mundo de outra maneira. A carta enviada a alguém imaginário guardava nela, antes de tudo, uma aposta: a de que um mundo comum seria possível, um mundo no qual as diferenças pudessem contar, não pela insígnia do ódio. A distância entre a casa de Tal e Gaza, destino final de sua carta, era de apenas 70 km. No entanto, o fosso cotidiano que a separava do seu destinatário imaginário parecia-lhe a cada dia mais profundo: era cavado no rancor cotidiano das piadas grosseiras e preconceituosas e na rotineira suspensão da respiração provocada pela visão do inimigo encarnado no que deveria ser somente uma pessoa. A carta fora escrita e lançada ao mar na expectativa de que a partir dela fosse possível povoar o mundo com outras histórias, outros modos de tecer as relações e as diferenças entre judeus e palestinos. Era esse o desejo de Tal. E foi por isso que, quando Gazaman, o seu interlocutor em Gaza,

lhe perguntou por que afinal de contas ela havia lançado aquela carta ao mar, ela disse: “porque eu queria outras respostas e não podia chegar a elas sozinha”.

Não é fácil para *Gazaman* e Tal se engajarem numa relação. Não é fácil que se interessem pelo que interessa ao outro. Muitas vezes, os automatismos fáceis e os estereótipos se instalam na relação entre eles. Com o tempo, no entanto, vão tecendo outras tramas, fazendo outros laços, criando outras histórias, inauditas para o mundo dos estereótipos. Sairão ambos transformados por esse encontro.

Penso que esse filme toca em um dos pontos que são caros ao pesquisarCOM outros. Estar com outros, interessar-se pelo que interessa ao outro, abrir mão das classificações, dos saberes antecipados tanto sobre o que é e deve ser o lugar do pesquisador quanto por relação ao que é e deve ser o lugar do pesquisado. Aí também o que está em cena é a definição das fronteiras. Porque é justamente nos momentos em que os nossos quadros de referência claudicam que podemos nos reinventar, nós, pesquisadores, e eles, os pesquisados. É nas hesitações que nos transformamos. Há um gaguejar que é parte inextrincável da relação de pesquisa. Lançar-se numa relação de pesquisarCOM outros causa vertigem. COM-por com outros é um desafio.

O pesquisarCOM se lança precisamente no desafio de desfazer e refazer certas fronteiras e, com isso, se engaja na aposta de fazer um mundo comum, mais heterogêneo, onde mais e mais atores contem. Para lidar com as fronteiras, o pesquisarCOM é um modo de fazer pesquisa que preza pelo caráter situado daquilo que se faz com o outro no campo de pesquisa. Não se movem as fronteiras com posições desengajadas. Ao contrário, elas são movidas quando nos engajamos, dia após dia, na tarefa de movê-las e problematizá-las. Sem dúvida, uma das formas de desfazer e refazer as fronteiras está nas narrativas que fazemos do nosso trabalho de campo. Ao narrarmos incluímos certas cenas, deixamos outras de fora. O que fica dentro de nossas narrativas ganha consistência, faz outros laços, se articula em outros domínios, outros textos. Narrar é, pois, uma das formas de interferir e de produzir objetividade, no sentido definido por Haraway.

Narro, agora, para vocês um episódio que me foi contado por Roberto, um homem de 50 anos, cego há pouco mais de dois anos. É uma narrativa sobre fronteiras: as que separam e desenhavam os limites do guiar e do ser guiado, duas ações tão comuns

no cenário da deficiência visual. Guiar e ser guiado suas duas ações que parecem bastante distintas. De saída, uma é ativa, enquanto a outra é passiva. No entanto, Roberto faz pensar que, na vida, os limites entre as duas formas verbais são limiares, fronteiras móveis, capazes de subverter qualquer dualismo fácil que separa em blocos estanques as duas ações e tudo o mais que a elas se ligam: confiança, sons, silêncios, respiração, segurança, formas de ver e não ver, mundos que se partilham. Roberto ficou cego já adulto. Durante muito tempo, caminhou pelas ruas do Rio de Janeiro apoiado nos braços de sua mãe. Ele, guiado. Ela, guiando. Ela, vendo. Ele, sem ver. A aprendizagem do uso da bengala não foi processo fácil, nunca é. Há que se fazer um corpo capaz de ser afetado pela bengala. Um corpo que confia no tato, nos sons, nos odores, que se choca aqui e ali com alguma coisa que a bengala não alcançou, que, aqui e ali, pergunta se o ônibus que parou no ponto é mesmo o que se espera, enfim, um corpo que precisa ir mais longe do que o alcance do braço da mãe.

Dona Maria, mãe de Roberto, temia que o filho andasse pela rua sozinho, sem seu braço, longe de suas vistas. A bengala não seria tão capaz de protegê-lo dos perigos do mundo quanto ela o fazia. Mas, um dia, Roberto resolveu que era a hora de sair de casa com a bengala. E foi. Sua mãe não foi consultada sobre a decisão do filho e, tendo percebido que ele saiu de casa, foi atrás dele, silenciosa, a vigiá-lo, a cuidar para que o seu olhar seguisse protegendo o filho dos perigos do mundo: uma queda, o encontro imprevisto com a maldade humana, um buraco na calçada, um orelhão pelo caminho. Estando Roberto sob suas vistas, ela talvez ainda estivesse a guiá-lo. No ponto do ônibus, d. Maria observa Roberto pedindo ajuda a alguém: Você pode me avisar quando chegar o ônibus? Sim, sim, aviso. D. Maria ouviu a resposta gentil. Ela seguia Roberto de perto, de modo que o toc toc da bengala no chão era audível também para ela. O ônibus chega, Roberto entra. Era o mesmo ônibus de todos os dias, o mesmo motorista, no mesmo lugar. A diferença é que Roberto chegava com a bengala. O motorista, alegre por vê-lo mais um dia, o cumprimenta efusivamente. Roberto ouve o bom dia caloroso do motorista e ouve, logo a seguir, o silêncio da palavra não dita pelo motorista. Imediatamente Roberto se dá conta da presença de sua mãe. O motorista ia cumprimentá-la, mas nada diz, ao ver o gesto da mãe ao levar o dedo indicador à boca, pedindo ao homem silêncio e cumplicidade. Foi esse silêncio que Roberto ouviu. Sua mãe, até

então invisível, tornou-se visível: a palavra não dita, o gesto não visto, mas intuído, a respiração suspensa do motorista, o alívio da mãe com a cumplicidade instalada. Tudo isso, fez com que dona Maria fosse visível também para Roberto. Ele aquiesceu. Consentiu com o silêncio audível da presença de sua mãe. Aquele, sem dúvida, seria um percurso inédito, pois que era o silêncio que ele ouvia, era da cumplicidade que sua mãe surgia visível. Ao chegar no ponto onde deveria descer, Roberto, avisado pelo motorista, desce do ônibus. Sabe ser visto pela mãe. Com sua bengala, ele não hesita em seguir em frente, agora ele guiando os passos de sua mãe. Pode senti-la atrás dele. Aquele olhar que lhe chega pelas costas, com o qual ele aquiesceu, talvez seja o fio tênue que lhe dá confiança para seguir, agora guiado por seu tato, pelos sons, pelo toc toc da sua bengala. Roberto podia guiar os seus passos e os de sua mãe. O olhar, que durante tantos anos o guiava, agora lhe chegava pelas costas. À frente, a bengala e o mundo que com ela se descortinava. Quando Roberto entrou no Instituto Benjamin Constant, seu destino desde que saiu de casa, o porteiro alegremente o cumprimenta, rapidamente estendendo as boas-vindas a dona Maria. Pronto! A visibilidade silenciosa de d. Maria ganha os contornos do sonoro “Bom dia, Roberto; bom dia, dona Maria” recebido do porteiro! D. Maria ruboriza, Roberto pode sentir o calor que sobe às faces de sua mãe. O rubor de quem se viu descoberto no seu esconderijo! Roberto finge não saber de nada, surpreende-se: Ué, você estava aí? Pergunta, rindo da vergonha que a mãe não consegue esconder. A situação se desfaz no sorriso partilhado. É que experimentar subverter os sentidos de guiar e ser guiado é vivido com alegria. Roberto experimentou guiar sua mãe com sua bengala: era ele quem ditava os caminhos a serem seguidos. Sabia, no entanto, que aquele olhar que lhe chegava pelas costas também o guiava. A presença silenciosa da mãe era uma presença forte. Um laço, um elo que o fazia mover-se muito mais livremente do que quando tinha em suas mãos o braço da mãe. Pois nesse percurso de silêncios, de cumplicidades, gestos, de limiares entre o ver e o não ver, quem guiava quem? Roberto guiava sua mãe, ou a mãe guiava Roberto? O mestre Chico, de olhos da cor do céu, já dizia, surpreso: “Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela, será que ela mexe o chocalho ou o chocalho é que mexe com ela?” É justamente essa a pergunta que Roberto e sua mãe nos fazem formular. E é por isso que seguimos adiante, investindo no pesquisarCOM como uma forma de fazer

mover as fronteiras e de redesenhar o que conta e o que não conta como eficiência e deficiência. Pois, com Roberto e dona Maria, sabemos que eficiência e deficiência são fronteiras móveis, porosas e que bengalas, cumplicidades, vergonhas, parcerias, sons, silêncios, tudo isso conta num mundo em que eficiência e deficiência se definem local e heterogeneamente.

Deixo aqui algumas dicas de leitura e despeço-me na expectativa de que esta carta, como aquela lançada ao mar, os alcance onde estiverem, e que com ela façamos ainda mais vivos nossos encontros. Abraços da

Marcia Moraes

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 4-41, 1995.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: Edufba, 2012.

MORAES, Marcia. Política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: NAU/Faperj, 2010.

CARTA A UM ADOLESCENTE INQUIETO: SUBSTANTIVOS, ADJETIVOS E SINÉDOQUES

Venho por meio desta carta dizer que vocês da UFRJ são muito importante na minha vida, pois compartilhei com vocês momentos de uma aparente felicidade, tristeza, raiva e etc., sou muito grato a vocês por tudo que vocês fazem por nós aqui dentro, entre festas, palavras amigas, companheirismo e etc., aprendi com vocês que amizade é tudo na vida a pessoa sem amigos não é nada, é admirável ver o respeito que vocês tem por nós presos, diferente das pessoas lá de fora “sociedade” que só sabe malhar as pessoas, falar mal e esquece de se olhar no espelho e enxergar a si próprio, mais não em vez de ajudar só atrapalha e prejudica as pessoas que precisam de ajuda verdadeiramente, diferente de vocês que se preocupa com nós e nos ajuda de todas as formas, brigado que deus abençoe a vocês e ajude a vocês como vocês nos ajuda aqui dentro.

Brigado novamente. Parabéns por este grupo.

Rio de Janeiro, dezembro de 2012.

Esta minha carta é uma forma de resposta a você. No exato dia 15 de setembro de 2011, quando você escreveu as palavras que reproduzo acima, sua lembrança inscreveu-se em minha memória de forma indelével. A memória é algo estranho: um recorte daquilo que temos como mais íntimo, recolhido das cenas que vivemos em público; ela elege, reparte, guarda e esquece; acho mesmo que a memória é a seleção daquilo que nos faz nós mesmos. Eu serei, então, eterna mutante, colhendo da vida os fragmentos que me desenham num presente que é sempre, por isso, o passado atualizado, a vida renovada em seus eternos devires. Mas não guardamos todos os fragmentos do vivido... Como se a memória fosse algo tão nobre que a ela se reservam apenas lapsos do tempo passado, ela se reserva o direito de esquecer um pouco e, assim, fazer brilhar com mais intensidade umas poucas histórias, momentos fugidios atravessados por afetos intensos. A memória é isso, então: pedaços intensos de mim que um dia compartilhei com alguém, porta de entrada do mundo, varanda da outriedade...

Sei que respondi a você naquele mesmo dia. Sei que disse a você o quanto aquelas palavras importavam e como elas en-

contravam outros para além de mim, porque o mundo não se esgota em mim e há outros mins no mundo. Mas sei também que é preciso dizer mais, dizer algo impossível de ser dito no calor daquele momento: porque foi a memória que emprestou à sua carta um valor maior. Acalentando suas palavras, posso ver agora, e preciso dizer agora, que você é um pedaço de mim porque me habita desde então.

Não sei o quanto a cena permaneceu em você. Não importa, na verdade – outro dos mistérios da memória, que se compraz em compartilhar consigo própria... Na dúvida, rememoro: estávamos em um de nossos encontros, numa sala um tanto inóspita que recheávamos com nossos sonhos e às vezes com nossos pesadelos. Aquele era um dia de pesadelos. Como por mágica, alguns dos jovens com que dividíamos umas poucas horas na semana saíram em briga. Briga feia. Briga dura. Briga que parecia gratuita, mas nenhuma briga é gratuita... Uns brigavam, falavam alto, outros apartavam, falando alto também, alguém dizia do absurdo da situação... Impossível entender todas as palavras, acompanhar todos os olhares, aquilatar todos os sentimentos. Palavras e afetos atropelavam minha percepção quando vi – no canto da atenção – alguém que, em silêncio, escrevia. Aquela figura queria me capturar pelo descompasso. Em meio aos ruídos das vozes e à intensidade das falas, o que emanava dali era surpreendente e inusitado. Como do outro só sabemos as perguntas que lhe endereçamos, eu então me indagava se a cena falava de paz ou de inquietação, de implicação ou de alheamento.

Então, a figura se levanta. Faltavam uns poucos minutos para que aquele encontro se encerrasse, e nada indicava que pudesse se concluir naquele pouco tempo. Era seu último encontro. Naquele dia, você encerrava uma fase de sua vida, retornava aos seus, concluía as conversas que pudemos partilhar por alguns meses. Você se levanta e anuncia, numa voz surpreendentemente calma, que quer ler alguma coisa. *Ler?* – foi a reação coletiva. *Ler!* Foi sua resposta firme. Foi então que a mágica se produziu: as vozes se calaram, as atenções foram capturadas, os desentendimentos cessaram. Um silêncio reverente se impôs na sala e ela se fez acolhedora, solidária, generosa. Se é impossível esquecer suas palavras, mais impossível é esquecer os efeitos delas: as fisionomias se alteraram, os cenhos se desfizeram, os lábios duros passaram a sorrir. Alguns olhos se molharam. Tudo isso, pela força de suas palavras.

“Tornar a linguagem possível significa isto: fazer com que os sons não se confundam com as qualidades sonoras das coisas, com o burburinho dos corpos, com suas ações e paixões. O que torna a linguagem possível e o que separa os sons dos corpos e os organiza em proposições, torna-os livres para a função expressiva. É sempre uma boca que fala; mas o som cessou de ser o ruído de um corpo que come, pura oralidade, para tornar-se a manifestação de um sujeito que se exprime” (DELEUZE, 1998, p. 187).

Estudante eterna da Psicologia que sou, chamo a essa conversa de agora alguém que em alguma medida me auxilia a entender a mágica produzida, agigantando-a. Essa terceira pessoa, feita nosso interlocutor, chama-se Gilles Deleuze. Ele nos ensinou que as palavras não podem ser entendidas apenas como sons. Elas são isso sem dúvida, e só existem porque produzem ruídos que chegam a cada um de nós; elas são paixões no mais das vezes, pois carregam algo da emoção que procuram expressar. Mas em alguns poucos momentos, estes então raros e preciosos, elas são mais que palavras: são uma linguagem. Esses momentos raros que fazem com que a palavra possa ser alçada à sua condição mais nobre se definem pela força daquilo que a palavra expressa: algo que transcende o som e funde, num instante, os afetos, conferindo-lhes um sentido único, singular. Conjunto de ruídos por trás dos quais nos é dado conhecer – no melhor sentido da palavra – algo da pessoa que as profere. Sons que transcendem mesmo aquele que fala, articula aquilo que o circunda e por essa via articula também os afetos de tantos quantos ouvem. Naquela carta, você encontrou sua expressão.

Quem é você? A curiosidade que move essa pergunta é a própria curiosidade que move este instante de escrita. Ao longo desse ano em que sua carta esteve carinhosamente guardada, as perguntas sobre você, sobre aquela pessoa que tão fortemente se expressou numa tarde de setembro, nos aproximam. Reunindo os fragmentos de história que me foram dados a conhecer, dou-me conta do quão pouco sei. Sei que você é um adolescente, que nos seus poucos 15 anos de vida chegou a algo que fez com que cumprisse uma medida judicial. Foi nessa internação que nos conhecemos. A rigor, nunca soube da história que o conduziu até ali. Sei – porque assim fui contada – que a internação e tudo quanto a produziu foram acidentes em sua vida. Histórias de tráfico. *“Eu nunca precisei disso, meu problema foram as drogas”*, você dizia. Filho de um casal de classe média baixa, ambos os pais empregados, você contava que vivia com seus pais e irmãos quando

aventurou-se nas drogas. Ouvindo-o, eu me perguntava de que coisas então você poderia *precisar*, as coisas tentadas produzir nessa aventura; eu me perguntava por que você se declarava a um só tempo preenchido e lacunar. Eu me perguntava, mas não perguntava a você, ciente de que a sua era uma história a ser guardada; entendia, como entendo agora mais, que o *acidente* representava um curto-circuito do entendimento que o incomodava, que provocava movimentos e tentativas incessantes de resignificação. O *acidente* bifurcava sua história e era tomado, então, como linhas irreduzíveis uma à outra, percursos que disputavam sentido, séries apartadas e por isso enigmáticas. Nosso interlocutor Deleuze diria que nessa cisão você buscava um *acontecimento* que tornasse possível a linguagem, o sentido. A intensidade com que buscava suas respostas, seus sentidos era desde então o sinal desse investimento. Você não parecia saber. Eu não tinha como sabê-lo. Mas acompanhava suas perguntas, escuta atenta e solidária.

“[...] Na medida em que o acontecimento incorporal se constitui e constitui a superfície, ele faz subir a esta superfície os termos de sua dupla referência: os corpos aos quais remete como atributo noemático, as proposições às quais remete como exprimível. E estes termos ele as organiza como duas séries que separa, uma vez que é por e nesta separação que ele se distingue dos corpos de que resulta e das proposições que torna possíveis” (DELEUZE, 1998, p. 188).

É preciso dizer, eu não estava só. Alunos, quase adolescentes também eles, me acompanharam nessa trajetória de escuta, acolhendo suas questões. Como bons ouvintes, eles me secundaram na tarefa de fazer circular os afetos, de permitir que a mesma pergunta se repetisse à exaustão, de fazer com que as séries apartadas fossem nomeadas, outra vez e ainda outra, buscando proposições. Numa dessas ocasiões, eu observava você à distância, nesse mesmo esforço, desta feita num diálogo com outros ouvidos. Não se pode dizer, no entanto, que sua pergunta fosse sempre idêntica a si mesma. Assistindo a isso, eu podia ver que as palavras eram buscadas, a construção da frase se transformava, como se uma mesma questão comportasse nuances, multiplicidades, tonalidades que era imperioso explorar. A cada vez você formulava, afinal, a mesma pergunta renovada. Dessa vez, a pergunta – dirigida a uma estagiária, ouvida por todos quantos estavam na sala – saiu assim: *“Vocês também pensam que os meninos que estão aqui presos são marginais?”* A concepção de *acidente*, com a qual você recusava essencialismos, sequer permitia que o locutor se apresentasse como sujeito da frase... Curiosos movimentos que nos fazem ocupar e

recusar um lugar... E a estagiária respondeu ao mesmo sujeito indefinido da frase, corporificado nos seres inquietos que, além de você, aguardavam resposta. Ela disse sorrindo (e aqui escrevo a você usando as palavras dela) que aquela era uma pergunta muito boa e que nenhum menino tinha perguntado isso antes, não tão diretamente. Disse também que sustentamos preconceitos sem conhecer a realidade e contou – agora ela olhava firmemente nos olhos de cada um – a mesma história com que respondia a todas as pessoas que perguntam a razão pela qual quer tanto trabalhar com esses meninos. Disse que, na primeira conversa travada naquele espaço, o menino contou todos os detalhes de seu ato infracional, para a seguir perguntar-lhe se sentia medo dele por isso. Ela conta então que não sentiu medo, pois via que o mesmo menino que contava histórias escabrosas falava também da sua família, do amor pelo irmão morto em combate, das suas singularidades, dos seus afetos. O medo, dizia ela, começa a se dissipar porque é possível reconhecer em cada um deles muito mais que o peso do ato infracional; muitos deles se deixavam capturar pelo ato, mas não podiam se esquecer de que eram muito mais do que aquilo que os levava a cumprir a medida judicial. E que, para além do ato infracional que cometeram, sofreram outras violências, comumente ignoradas, pois parece mais fácil culpar cada um, individualmente. Ao mesmo tempo, achava que eles deviam tomar para si as suas escolhas e responsabilizar-se por elas.

Essas palavras contêm uma triste verdade: é que acreditamos que, para conhecer, precisamos partir, classificar e categorizar. E em nenhum desses movimentos somos ingênuos. Ao classificar, atribuímos um sentido moral e, afinal, julgamos. Na sua história, assim como na história de tantos outros vocês, elegemos os atos dignos de reconhecimento e aqueles que só merecem censura e repúdio. A depender do ato, ou de seu autor, tendemos mesmo a relevar e – o que é ainda mais grave – a esquecer as nuances, os matizes que repousam no interior dos atos e em suas inúmeras e inesperadas combinações. Em suma, o *acidente* não é seu. Seu *acidente* provém de uma partição engendrada muito antes de você vir ao mundo, e daí a força dessa captura. Desde os gregos, acreditávamos ora numa justaposição de nomes e adjetivos, ora no verbo e na ação. No primeiro caso, a qualidade de cada coisa ou pessoa reside naquilo que a designa) – a pedra pode ser feia ou bela, o homem pode ser bom ou mau. No segundo caso, conta a ação e o modo como ela se articula aos sentidos que a antecedem e sucedem. Epicuristas, os primeiros; estoicos, os últimos.

“Os dois grandes sistemas antigos, epicurismo e estoicismo, tentaram designar nas coisas o que torna a linguagem possível. Mas o fizeram de maneira muito diferente. Pois, para fundamentar não somente a liberdade, mas a linguagem e seu emprego, os Epicuristas elaboraram um modelo que era a declinação do átomo, os Estóicos, ao contrário, a conjugação dos acontecimentos. Não é, pois, surpreendente que o modelo epicurista privilegie os nomes e os adjetivos, os nomes sendo como átomos ou corpos linguísticos que se compõem por sua **declinação** e os adjetivos, qualidades destes compostos. Mas o modelo estóico compreende a linguagem a partir de termos ‘mais nobres’: os verbos e sua **conjugação**, em função dos laços entre acontecimentos incorporais” (DELEUZE, 1998, p. 189).

Aqui acima, usei o plural: entendemos, somos, elegemos, julgamos. Isso foi proposital, pois acredito que saber algo não é necessariamente repeti-lo. Se sei que os julgamentos estão presentes é porque busco sabê-lo apenas para me afastar desse lugar que aprisiona o outro tanto quanto a mim. A aposta, é preciso dizer, foi no contrário, desde o início. Desde que, com os alunos que me acompanharam nesse desafio, decidi adentrar aqueles espaços segregados em que você e tantos outros faziam circular suas inquietações, e o fiz na certeza de que era possível identificar ali não só o adjetivo, mas os verbos e suas conjugações... Os sentidos em plena produção. A identidade e a diferença. Acreditei que seria possível fazer com que os muros e seus ocupantes fossem habitados de afetos, cercados de contradições, atravessados por diferenças irreduzíveis a partilhas ingênuas e aprisionamentos limitadores. Aposta. Aposta em que aquilo que chamamos Sujeito – assim mesmo, com S maiúsculo – nasce e morre a cada instante, renova-se, e que esse movimento não cessa quando comete a ação passível de censura, nem tampouco quando se encerra em decorrência dela. Ao contrário, para Sujeitos sensíveis como você, é a contratação entre a acolhida dos pais e dos irmãos e a violência do ato cometido, inominável, que se revela como linhas apartadas que cobram sentido.

Você perseguiu ativamente essas contradições, explorando-as em todos os nossos encontros, trazendo-as à linguagem. Ora dizia que *estava lá* [na unidade de internação] *por falta de vergonha na cara*, ora assumia a lógica das facções afirmando que *não se pode falar com garotos de outra facção se não quando saísse poderia até morrer*, para poucos minutos depois afirmar que *vai sair do tráfico por causa de sua filha* [por nascer], pois, se antes *podia fazer suas aventuras, porque não tinha ninguém neste mundo que dependesse de você*, agora seria

diferente. A pessoa que afirmava que, *quando a raiva sobe à cabeça, as pessoas brigam na frente de qualquer um*, era a mesma criança que – toda feliz – colocava a bala rápido na boca pra ninguém ver, garantindo seu quinhão na divisão dos doces que às vezes açucaravam nossos encontros. Você era a metamorfose ambulante. Pensando assim, eu me indago agora se a intensidade daqueles encontros, que compartilhamos ao longo de 8 meses em 2011, não pode em parte ser creditada a você. Você vocalizava intensamente a contradição. Você era o disparate. Você era os muitos personagens que circulam naquele espaço e foi capaz, ao vesti-los todos, de externar a diversidade, o embate de forças, as cisões internas. Dou a impressão de responsabilizá-lo? Talvez eu pense mesmo que você seja responsável – pelo movimento. Pois se você não era o único atravessado por contradições (e quem não é?), era você que surgia com as perguntas e os atos inesperados que faziam vir à tona tudo quanto se colocava latente. Nos momentos de calma, lá vinha você com o anúncio do tráfico. Quando tudo era conflito, não surgiu você com sua carta? Afetos na contramão, esta a sua especialidade, capaz de catalisar tudo quanto a alma queria calar. Vida. Intensidade. “*O todo não pode, pois, ser descrito por um movimento simples, mas por um movimento de ida e de volta, de ação e de reação lingüísticas...*” (DELEUZE, 1998, p. 189).

Alguém já disse que um substantivo é composto por muitos adjetivos. Quando rememoro suas falas, vejo que você fez viver muitos adjetivos, à sua maneira, na sua linguagem. Com eles, você produziu uma apresentação dissonante de si que só compreendo como esforços de fazer sentido para além da dissonância. É algo que só se pode mesmo ver a posteriori. A raiz de sua indagação (*Vocês também pensam que os meninos que estão aqui presos são marginais?*) leio agora como tentativa de escapar às totalizações imperfeitas, às *más generalizações*.

O subtítulo que proponho para esta carta é, por isso, uma homenagem a você. Metonímia e sinédoque são figuras de linguagem que falam de tomar a parte pelo todo. Para alguns, metonímia e sinédoque são quase o mesmo. Mas a sinédoque herda seu sentido do grego *synedoché* (compreensão). Em seu dicionário, Houaiss ensina que a sinédoque é um tipo especial de metonímia baseada na relação quantitativa entre o significado original da palavra e o conteúdo ou referente mentado. É assim que a parte tende à hipertrofia e à dominação do todo, produzindo ao mesmo tempo efeitos de totalização e aprisionamento. Era com esses

efeitos que você se batia, ora rendendo-se a eles, ora recusando-os. Era esse seu caminho para buscar a coesão no interior mesmo de seus *acidentes*. Suas partes, intensamente percebidas, incomodavam-no a ponto de se tornarem veículos para a busca do todo.

Nesse seu movimento, fomos todos seu Outro: os estagiários que conduziam a atividade, com frequência convocados a responder suas indagações – *Vocês também pensam...?* –, mas também todos os demais adolescentes presentes aos encontros semanais. A eles a pergunta não era endereçada como uma interrogação a ser respondida, mas suas metamorfoses movimentavam sentidos múltiplos, contraditórios, ferreamente perseguidos, como se a resposta aos efeitos da sinédoque implícita na medida judicial estivesse sendo processada. Contradição. Movimento. Luta. Vida.

No último dia em que participou dos encontros, sua carta pareceu indício e signo de superação. Ali, onde o conflito se instalou com mais força, foi justamente o instante em que você colocou em palavras algo de superação. Ao dizer *das pessoas lá de fora, a “sociedade” que [se esquece] de se olhar no espelho e enxergar a si própria*, você anuncia a compreensão de que os efeitos de positividade da sinédoque estão dentro dos muros da internação, mas os excedem. O silêncio que seu texto impôs e o efeito de fazer cessar o conflito que sua escrita produziu indicam que essa compreensão pode haver excedido inclusive a você mesmo. Pouco importa se nada disso chegou propriamente a habitar sua consciência, pois é das emoções que se trata. Suas mãos trêmulas, a firmeza de sua voz, a eloquência do silêncio que você provocou, as cabeças baixas, tudo isso diz algo da compreensão que extravasa o texto (a carta) e torna-se acontecimento.

“O infinitivo puro é o Aion, a linha reta, a forma vazia ou a distância; ele não comporta nenhuma distinção de momentos, mas não cessa de se dividir formalmente na dupla direção simultânea do passado e do futuro. [...] Ele põe a interioridade da linguagem em contacto com a exterioridade do ser. Assim, herda da comunicação dos acontecimentos entre si; e a univocidade se transmite do ser à linguagem, da exterioridade do ser à interioridade da linguagem. A equívocidade é sempre a dos nomes. O Verbo é a univocidade da linguagem, sob a forma de um infinitivo não determinado, sem pessoa, sem presente, sem diversidade de vozes. Assim a própria poesia. Expressando na linguagem todos os acontecimentos em um, o verbo infinitivo exprime o acontecimento da linguagem, linguagem como sendo ela própria um

acontecimento único que confunde agora com o que a torna possível (DELEUZE, 1998, p. 190).

Não sei se você lembra. Nós nos encontramos mais tarde, você transitando livre pelo *campus* da Universidade na Praia Vermelha. É meu local de trabalho, e você estava ali participando de uma atividade que lhe abria suas próprias possibilidades de trabalho. Seu sorriso era amplo, o rosto generoso e tranquilo. Você não era mais apenas uma carta. Você era pura poesia.

Hebe Signorini Gonçalves

P.S.: Meu amigo Ronald Arendt me apresentou a um lindo livro em que os textos são apresentados assim, aos pedaços, que são deixados ali para conversar. Pensando nisso, eu envio de presente umas caixinhas de texto que também servem para conversar.

Referência

DELEUZE, G. (1969). *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CARTA ABERTA SOBRE DIÁLOGOS NAS E COM AS PRÁTICAS DE PESQUISA

Maceió, dezembro de 2012.

Faz tempo que não escrevo uma carta. A rotina acadêmica nos envolve com a escrita de artigos, capítulos, ofícios, relatórios... Instituíram-se regras sobre os modos de falarmos e comunicarmos nosso pensamento e trabalho. Como diz um autor chamado Michel Foucault, o discurso científico não se legitima apenas pelo conteúdo que é dito, mas pelas formas e normas de se falar de algo, que ele chama de regras de enunciação. E é assim que as coisas funcionam nas universidades: para falarmos, sermos escutados e permanecermos nas instituições de ensino e pesquisa, acatamos essas regras de enunciação e, mais do que isso, desenvolvemos com elas certa relação de cumplicidade. Elas nos dão não apenas referências sobre como falar, mas também nos oferecem, pelo cumprimento de seus procedimentos, uma sensação de segurança e conforto. Mesmo quando nos sentimos limitados e até incomodados por tais procedimentos, não oferecemos grandes resistências e adequamos nossas produções escritas a um modelo que nos impõe não somente uma estrutura de texto, mas conduz nosso pensamento, nossa criação e (e) dita o que pode e o que não pode aparecer em uma comunicação de pesquisa.

E assim, assumindo nossos compromissos acadêmicos de produção, desaprendemos não só a escrever cartas, mas também a escrever sobre coisas que, embora digam respeito às nossas práticas de pesquisa, não cabem no modelo acadêmico. E acredito que em grande parte desaprendemos também a nos comunicar com as pessoas que estão diretamente envolvidas em nossas pesquisas e que não necessariamente compartilham tais regras acadêmicas ou convivem nesse universo. Será que nossa produção não as interessa? Ou talvez elas, as pessoas, deixem de nos interessar depois de cumpridos os objetivos de nossas pesquisas? Será que procedimentos de “devolução” encerram nosso compromisso acadêmico e ético com essas pessoas?

Pois eis que um dia, falando sobre essas e outras coisas do cotidiano acadêmico com colegas pesquisadores, surgiu a proposta de escrevermos uma carta. Como assim? Uma carta escrita por pesquisadores? Para quem: para pesquisadores? Para “pesquisados”? Sobre pesquisa? O que pode dizer uma carta, nesse mundo

regrado das publicações acadêmicas? O que pode comunicar? O que a escrita de uma carta poderia trazer de contribuição para a academia? (Afinal, já não temos tempo para escrever coisas que não contribuam para a academia.)

A própria proposta suscita uma série de interrogações e, diferentemente do que demandam as regras de enunciação acadêmica, que nos situam em jogos de legitimação e disputas de alguns discursos, em que precisamos mostrar um conhecimento produzido; a proposta de escrita de uma carta me convoca a posicionar-me no plano da ética. Uma carta sobre meu trabalho seria uma oportunidade não para falar de teorias ou resultados das minhas pesquisas, mas da relação ética que se constrói nos encontros com os sujeitos que fazem parte de minhas práticas de pesquisas.

Relação ética aqui compreendida não como procedimento burocrático, como protocolo, como termo de consentimento, mas como posicionamento e forma de relação com aqueles com quem pesquisamos. Dimensão de uma relação ética que usualmente não se insere nos protocolos formais das escritas acadêmicas. Oportunidade de escrever sobre a mútua afetação que ocorre nas trajetórias de pesquisa, sobre os dilemas das responsabilidades, da relevância e dos efeitos do trabalho realizado, sobre a relação de respeito entre os atores da pesquisa e as possíveis situações de constrangimento do pesquisador nesse processo.

Assim, ao escrever esta carta me proponho a falar de algumas relações, lugares, compromissos e inquietações como pesquisadora. Falo a partir de minha inserção no campo da psicologia social, desenvolvendo trabalhos que dialogam com as teorizações foucaultianas, e trazem portanto, formas específicas, porém não exclusivas, de se compreender a produção do conhecimento. Além disso, assinalo que as reflexões aqui desenvolvidas advêm principalmente de duas situações particulares de pesquisa/intervenção com pessoas e, portanto, não pretendo que sejam consideradas como pertinentes a todo e qualquer tipo de pesquisa, nem mesmo em psicologia social. Dirijo-me, principalmente, aos que dialogam, de diferentes maneiras, nas e com as práticas de pesquisa. Ou aos que se interessam por isso...

Escrevo e pesquiso a partir de uma posição que chamarei de *estrangeira*, de quem vem de fora e habita um outro lugar. Entendo que, como pesquisadores, sempre habitamos outro lugar, e aprendermos a nos relacionar a partir desse outro lugar é parte imprescindível do processo de produção da pesquisa. Se não hou-

ver uma aproximação, a distância nos impedirá de conhecer. Se negarmos a distância eliminando toda a diferença, perderemos a potência de estranhamento e soma que ela traz consigo. Ser pesquisador é ser um estrangeiro que transita por outros territórios deixando algumas marcas e trazendo de lá, para o universo acadêmico, tantas outras. A questão talvez seja o que nos permitimos, ou conseguimos, deixar e trazer, como selecionamos o que vamos trocar nesses contatos e o que faremos do que dele resultar.

Com tantas questões impertinentes aos objetivos, metodologias, resultados e conclusões de artigos e relatórios acadêmicos (segundo os modelos e as diretrizes para autores que orientam tais produções), aproveito a escrita desta carta para falar desses aspectos que constituem as práticas de pesquisa com pessoas, a partir dos cenários e diálogos entre uma pesquisadora-estrangeira, novos lugares e seus habitantes. Esses cenários, além de expressarem a obviedade de que, antes de conhecê-los, não os imaginava para minhas pesquisas, fazem pensar sobre as capturas, os envolvimento, as redes e os compromissos que firmamos a partir dessa posição de pesquisador.

Mas antes gostaria de lembrar que nós pesquisadores, durante nossa formação, desenvolvemos (e facilmente nos apegamos bastante a) um arcabouço teórico-metodológico supostamente capaz de orientar nossas práticas de pesquisa no decorrer de nossa carreira acadêmica. Esse arcabouço costuma dar sustentação à nossa competência como pesquisadores, ainda que circunscrita a determinados modelos ou perspectivas de pesquisa.

No entanto, se como pesquisadores-estrangeiros transitamos por diferentes territórios, percebemos que a cada novo lugar há algo novo a aprender sobre pesquisar. Ser estrangeiro não é uma experiência que se repete de forma idêntica ou se constitui apenas a partir de nós mesmos. Assim como na experiência de pesquisar – principalmente quando saímos dos laboratórios e decidimos explorar “a vida como ela é” –, trata-se do estabelecimento de uma relação com outros (pessoas, lugares, culturas, valores...). Não é a mesma coisa fazer pesquisa (ou ser estrangeira) em qualquer lugar, com quaisquer pessoas.

Compreendo que pesquisar com pessoas é algo que não se produz a partir de uma relação unilateral do pesquisador em direção ao problemas ou sujeitos que estão no mundo aguardando ser pesquisados. Certamente essa afirmação é contestável e levanta de imediato questionamentos sobre a assimetria nas relações

entre quem define o que e como pesquisar, podendo ser combatida pelo argumento de que a delimitação da pesquisa se dá arbitrariamente pelo pesquisador. De fato, as pessoas que participam de nossas pesquisas não tendem a ser consultadas ou participarem do estabelecimento de nossos objetivos, metodologias e teorias. Mas deixem-me explicar. A elaboração de um projeto de pesquisa é o resultado, em maior ou menor intensidade, de um diálogo entre os interesses do pesquisador e os interesses daqueles e daquilo que compõe o cenário de pesquisa. E não me refiro aqui a diálogo no sentido de um atendimento de demandas demarcadas socialmente; ou de colocar a pesquisa, de modo instrumental, a serviço da resolução de problemas enfrentados nesses diferentes cenários; ou ainda de construir projetos de pesquisa coletivamente com as pessoas com quem vamos pesquisar (embora essa última alternativa me pareça particularmente interessante em várias situações). Ao referir-me a um diálogo de interesses, afirmo que a formulação de uma proposta de pesquisa não se dá no vácuo, mas na relação estabelecida com pessoas, lugares e problemáticas com as quais nos permitimos entrar em contato. Trata-se de como as pesquisas vão ganhando contornos a partir de um emaranhado de condições que se entrelaçam com nossa trajetória acadêmica, constituindo-se como questão a ser pesquisada. Trata-se de como pessoas e outros elementos de cada novo lugar com que entramos em contato como pesquisadores reverberam em nossos interesses acadêmicos, criando algo que não havia anteriormente aos encontros ocorridos com atores cujas preocupações podem passar longe da organização e produção sistemática de um conhecimento científico. E no entanto aí se fazem presentes... Pelo menos nesse sentido, o pesquisador não define sozinho o que fazer, ainda que o faça, quase sempre, ao redigir seus projetos e estabelecer seus objetivos, metodologias e referenciais teóricos, ou ao relatar os resultados de sua pesquisa (poderia se diferente?).

Dito isso, permitam-me retomar de forma mais direta algumas reflexões sobre a experiência de pesquisa/intervenção em territórios estrangeiros.

Cheguei a Alagoas em 2008, vinda do sul do país. Lugares que sintetizam realidades e culturas no mínimo contrastantes. Apesar de trazer comigo o tal arcabouço teórico-metodológico, que muito prezo e sustenta minhas atividades como pesquisadora, há outras coisas que preciso aprender sobre fazer pesquisa nesse novo lugar. Estranhamentos recíprocos têm delineado os

rumos da minha produção acadêmica e de minhas pesquisas. Tenho refletido bastante sobre a escolha do que pesquisar, especialmente a partir de um cenário tão peculiar (e muitas vezes eu diria também limite) como o do estado de Alagoas.

A vivência de mais de quatro anos nesse contexto histórico, social, político, cultural e institucional tem, desde o começo, deslocado meu olhar de questões que me eram muito caras quando meu lugar era outro. Novas questões reverberam no meu interesse acadêmico, construídas pelo deixar-me afetar pelas pessoas e acontecimentos, e se formulam sempre numa tensão relacionada tanto às especificidades locais quanto à consideração da relevância e das responsabilidades do trabalho de pesquisa diante dessas especificidades.

Dois importantes encontros nessa trajetória como pesquisadora me situam no cerne de conflitos políticos históricos muito densos na realidade local: o direito ao território em uma comunidade de pescadores; a vida em uma comunidade localizada na propriedade de uma usina de cana-de-açúcar. Em ambos destaca-se a assimetria das relações que envolvem o poder econômico e institucional local. Provavelmente, o escancaramento de tais assimetrias tenha sido exatamente o que tenha me aproximado dessas realidades trazendo-as para o campo acadêmico. E a força dessas mesmas assimetrias é o que me coloca diante de impasses como pesquisadora, que se produzem no encontro com esses e outros atores, em torno do medo, da coragem e da resistência. E que pontuam insistentemente a reflexão sobre como (se) as atividades de pesquisa, por sua vez, podem reverberar nesses lugares, ou o que fica, nesses lugares, com a passagem dessa pesquisadora-estrangeira?

Em 2009, conheci, junto com um amigo e colega pesquisador, Marcos R. Mesquita, uma vila de pescadores localizada na orla urbana de Maceió, ao lado do porto da cidade, onde juntos passamos a desenvolver atividades de extensão. Essa comunidade, frequentemente chamada de favela, travava uma luta (não finalizada) com a administração pública municipal que muito contribuiu com sua favelização, pelo direito à permanência no território ocupado por pescadores há pelo menos 80 anos, e sua urbanização. Com o crescimento urbano da capital e sua entrada nos roteiros dos cruzeiros turísticos, a área com localização privilegiada passou a ser foco de um projeto da prefeitura com o objetivo “de embelezamento da cidade” e construção de uma marina,

implicando, esse projeto, a completa remoção dos moradores/pescadores que tradicionalmente habitaram o lugar. Infelizmente, não conseguiria, nesta carta, detalhar a complexidade da luta que ainda se estabelece ou mesmo das formas como nos aproximamos do trabalho com essa comunidade. No entanto, gostaria de registrá-la como o primeiro cenário de pesquisa/intervenção a partir do qual desenvolvo minhas reflexões nesta carta, que serão retomadas mais adiante.

O segundo encontro, foi constituído a partir do contato com o chamado sistema de moradia nas usinas de cana-de-açúcar. Trata-se da constituição de comunidades formadas por trabalhadores das usinas e suas famílias, nas propriedades das usinas, que, embora venham sofrendo transformações e tornando-se cada vez menos frequentes, ainda podem ser encontradas no estado. Mais uma vez, não poderei aqui descrever as especificidades desse contexto peculiar, mas gostaria de situá-lo como o segundo cenário de pesquisa/intervenção, onde passei a desenvolver uma pesquisa sobre modos de subjetivação e resistência.

Pesquisadora-estrangeira, fui capturada por esses territórios minados e seus habitantes e colocada diante da coragem dessas pessoas que lutam e resistem frente a essas assimetrias institucionalizadas. Não porque compreenda que preciso, como pesquisadora, produzir uma solução para esses ou outros problemas da realidade local (ainda que muito me alegraria conseguir fazê-lo), mas porque elas reverberam no meu arsenal teórico e nos meus interesses acadêmicos.

Quando volto desses territórios para os lugares onde não sou estrangeira, os espaços acadêmicos, frequentemente ouço perguntas a respeito do que conseguimos mudar com nosso trabalho, de ter ou não medo de transitar por tais espaços e, quando não, alertas de cuidado, pois há um perigo que perpassa o enfrentamento de tais questões políticas, dizem as pessoas que conhecem a realidade local. E essa dinâmica recoloca sempre o dilema das responsabilidades, das potências e dos limites como pesquisadora diante desses e outros cenários de pesquisa.

Em meio a estratégias que buscam dar visibilidade aos conflitos e fortalecer as ações de resistência na vila de pescadores; em meio a pactos de silêncio entre pesquisadores e pesquisados sobre quem fala e o que é dito da vida na comunidade situada na propriedade da usina (firmados para mais adiante poder compartilhar e ampliar certos testemunhos de uma experiência que

é singular e que ao mesmo tempo marca os modos de subjetivação no estado), permanecemos construindo laços entre a academia e esses territórios onde se impõe a brutalidade e a beleza da realidade local, onde se entrelaçam a violência e a riqueza e potência da cultura.

E é inevitável que nesses encontros e afetações formule-se o questionamento sobre o alcance dessas pesquisas e dessas intervenções. E, nesse ponto, volto ao começo e à posição de pesquisadora-estrangeira. Se ser de outro lugar tem marcado desde o princípio esses encontros, às vezes com curiosidade, às vezes com desconfiança, percebo que é também essa condição que tem permitido, em outros momentos, a constituição de um compromisso mútuo e da confiança. E ser de outro lugar não é apenas não ser dessa cidade ou desse estado. Ser de outro lugar é circular em outros espaços, ter acesso a outros recursos, ocupar outro lugar institucional. A posição de estrangeiro do pesquisador, que o faz retornar ao universo acadêmico, é o que lhe permite, por essa posição, acionar discursos e recursos, de outro modo inacessíveis a esses parceiros.

Desse modo, quando penso na relação ética na pesquisa com pessoas, entendo que não basta que o comitê de ética aprove nossas pesquisas, que as pessoas consentam em participar e mantenhamos seus nomes em sigilo. Nesse tipo de pesquisa, quando envolvemos em nossos interesses acadêmicos outras vidas também interessadas, não podemos encerrar aí a dimensão ética de nosso trabalho. É importante considerar qual a potência disso na produção de outras possibilidades para essas pessoas, que fazem conosco nossas pesquisas. Acredito que essa questão também não pode ser respondida apenas pelo pesquisador. E se em algumas situações temos essa resposta quase que espontaneamente, em outras ainda precisamos criar estratégias para ouvi-las.

Até o momento, de minhas andanças como estrangeira visitando outros territórios, tenho trazido a compreensão de que, na abertura desse espaço de interlocução (que se estabelece quando na universidade podemos falar e/ou escrever sobre esses cenários e as lutas dessas pessoas; quando podemos possibilitar que eles venham e até solicitem vir à universidade para compartilhar suas experiências; ou quando nós, habitantes do universo acadêmico, passamos não apenas a frequentar, mas a enxergar seus territórios, muitas vezes invisibilizados), produzimos ações como efeitos de nossas pesquisas. E considerando essas experi-

ências, acredito que alguns dos seus principais resultados não estejam nos relatórios e textos acadêmicos (talvez ainda não tenha encontrado como enquadrá-los nas tais diretrizes e modelos), mas nos processos disparados por esses encontros, por esses espaços de visibilidade e comunicação que extrapolam as regras de enunciação científicas.

E se, hoje, muitas dessas pessoas que encontrei nesses cenários de pesquisa/intervenção sinalizam sentirem-se prestigiados e satisfeitos por essa relação com a universidade, em troca elas me ensinam a coragem da resistência, mesmo onde muitas vezes chegamos a pensar que só há submissão e impotência. E suspeito que isso deve ser importante não apenas no território dos outros, em que somos estrangeiros, mas no nosso próprio território. Ou será que a relação ética terá sempre que ser discutida fora dos artigos acadêmicos? Será que a comunicação com quem pesquisamos será sempre algo que ocorre (quando ocorre) em paralelo à comunicação científica ou como um momento pontual da pesquisa?

Hoje, sinto-me tão afetada por esses encontros que meu dilema como pesquisadora é como seguir e potencializar os efeitos das minhas pesquisas em favor desses parceiros. Considerando as escolhas acadêmicas e os encontros ocorridos em minha trajetória, não me parece possível fugir dos conflitos políticos, mas trabalhar junto para inventar outras formas de resistência, buscando maneiras de enfrentar os limites e constrangimentos de habitar, mesmo que temporariamente, outros territórios e, ao fim do dia, voltar para a universidade. E continuar lutando e resistindo...

Simone Maria Hüning

**SOBRES OS(AS)
AUTORES(AS)**

SOBRES OS(AS) AUTORES(AS)

Alexandra Cleopatra Tsallis

Pós-doutorado em Psicologia/UFRJ. Doutorado em Psicologia Social Uerj/École des Mines – Paris. Professora adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Uerj. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/Uerj. Pesquisadora do Núcleo de Cognição e Coletivos/UFRJ. Pesquisadora do Grupo Entre_Redex/UFF.

Andrea Cristina Coelho Scisleski

Psicóloga; doutora em Psicologia (PUC-RS); docente do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) – Campo Grande (MS). Coordena o Grupo de Pesquisa “Psicologia, Políticas Públicas e Subjetivação”.

Anita Guazzelli Bernardes

Psicóloga e doutora em Psicologia pela PUC-RS, docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação/Mestrado da Universidade Católica Dom Bosco. Endereço: Avenida Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, Campo Grande – MS, CEP: 79.117-900. Tel.: (67) 3312-3300/ 3312-3800 (Mestrado em Psicologia). E-mail: <anitabernardes@ig.com.br>.

Arthur Arruda Leal Ferreira

Pós-doutorado em História da Psicologia (Uned/Espanha). Doutor em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Professor associado I, Instituto de Psicologia da UFRJ e membro dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da UFF e da UFRJ, além do HCTE/UFRJ. Bolsista de produtividade CNPq. Financiamento de pesquisa: Capes e CNPq. E-mail: <arleal@superig.com.br>.

Gilead Marchezi Tavares

Doutora em Psicologia (PPGP/Ufes), Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Ufes, Pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Políticas – Nepesp/CNPq. E-mail: <gilead.dindin@ig.com.br>.

Hebe Signorini Gonçalves

Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1975), Mestre (1993) e Doutora (2001) em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro associado do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre a Infância e Adolescência Contemporâneas (Nipiac) e professora do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ.

Irme Salete Bonamigo

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), docente do Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e do Curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Integra o Grupo de Pesquisa Entre_Redes/CNPq. E-mail: <bonamigo@unochapeco.edu.br>.

Lílian Rodrigues da Cruz

Psicóloga; pós-doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS); doutora em Psicologia (PUCRS); docente e pesquisadora do Departamento de Psicologia na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Integra o Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Modos de Subjetivação e o Núcleo *e-politics* – Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação. E-mail: <lilian-cruz2@terra.com.br>.

Luciana Lobo Miranda

Psicóloga, doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Professora associada I do Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (Lapsus). Endereço: Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Av. da Universidade, Benfica. Fortaleza, Ceará, Brasil. CEP: 60.000-000. Financiamento da pesquisa: CNPq.

Luciana Rodrigues

Psicóloga; mestre e doutoranda em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Integra o Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Modos de Subjetivação e o Núcleo *e-politics* – Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação.

Lutiane de Lara

Mestre em Psicologia (PUC-RS). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, bolsista Capes.

Marcelo Santana Ferreira

Mestre e doutor em Psicologia pela PUC-RJ. Professor de Psicologia Social do Departamento de Psicologia/UFF e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFF: Estudos da Subjetividade. Editor de *Fractal: Revista de Psicologia*. E-mail: <mars.ferreira@yahoo.com.br>.

Marcia Moraes

Pós-doutorado em Psicologia Social/Uerj e Lancaster University. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Professor associado IV, Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Entre_Redes/CNPq, bolsista de produtividade CNPq. Financiamento de pesquisa: Faperj e CNPq. E-mail: <marciamoraes@id.uff.br>.

Neuza Maria de Fátima Guareschi

Doutora em Educação – University of Wisconsin-Madison (1998). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordena o Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Modos de Subjetivação e o Núcleo e-politics – Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Psicólogo, doutor em Psicologia. Professor do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Financiamento de pesquisa: Faperj e Cenpes-Petrobras. E-mail: <ppbicalho@ufrj.br>.

Ronald João Jacques Arendt

Pós-doutorado em Psicologia Social/Université Paris 8. Doutor em Psicologia Social pela FGV-RJ. Professor titular em Psicologia Social do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do

Rio de Janeiro (Uerj). Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Uerj. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Entre_Redes / CNPq. E-mail: <arendt.ronald@gmail.com>.

Rosa Pedro

Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação/UFRJ. Professor associado III, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia/CNPq. Financiamento de pesquisa: CNPq. E-mail: <rosapedro@globocom.com>.

Simone Maria Hüning

Psicóloga, doutora em Psicologia pela PUC-RS, docente pesquisadora do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Ufal. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação e integrante do Núcleo *e-politics* – Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação.

Solange Jobim e Souza

Doutora em Educação pela PUC-Rio. Professora associada do Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Professora adjunta da Faculdade de Educação da Uerj. Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade e do Núcleo Interdisciplinar de Memória, Subjetividade e Cultura, Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Pesquisadora do CNPq e Faperj.

Zuleika Köhler Gonzales

Doutoranda no PPGPSI/UFRGS, participante do Núcleo *e-politics* – Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação.

Esta publicação foi composta utilizando-se a família tipográfica Legacy Serif.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.





Os autores que se reúnem nesta coletânea investem numa outra estética de produção de conhecimento: a carta. A carta assume uma intensidade de compor no papel aquilo que fazemos em nosso cotidiano: o exercício do diálogo, do endereçamento, da parceria, da conexão, das zonas de vizinhança que nos retiram de uma condição de apenas relatores solipsistas de conhecimento para uma relação imanente ao pensamento – o outro. A carta é uma tecnologia que nos insere no tempo, nos afetos, nos desejos. A carta é sempre parte de um percurso, aberta, portanto, história de um processo, ade um momento. A carta apresenta um caráter de indiscernibilidade entre escrita e vida.



 **EDUFES**

ISBN 978-85-7772-207-5



9 788577 722075 >